

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

BRENDA MELO BERNARDES

**MEMÓRIA, COTIDIANO E AS PROPOSTAS INSTITUCIONALIZADAS
DIRECIONADAS AO BAIRRO LAGOINHA EM BELO HORIZONTE/MG:
MÚLTIPLAS VISÕES DE UM MESMO LUGAR**

**BELO HORIZONTE
Escola de Arquitetura da UFMG
2016**

BRENDA MELO BERNARDES

**MEMÓRIA, COTIDIANO E AS PROPOSTAS INSTITUCIONALIZADAS
DIRECIONADAS AO BAIRRO LAGOINHA EM BELO HORIZONTE/MG:
MÚLTIPLAS VISÕES DE UM MESMO LUGAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Linha de pesquisa: Planejamento e dinâmicas sócio territoriais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raquel Garcia Gonçalves.

BELO HORIZONTE
Escola de Arquitetura da UFMG
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

B518m	<p data-bbox="496 1167 782 1198">Bernardes, Brenda Melo.</p> <p data-bbox="496 1200 1329 1310">Memória, cotidiano, e as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha em Belo Horizonte - MG [manuscrito] : múltiplas visões de um mesmo lugar / Brenda Melo Bernardes. - 2016. 165 f. : il.</p> <p data-bbox="536 1344 976 1375">Orientadora: Raquel Garcia Gonçalves.</p> <p data-bbox="496 1402 1329 1462">Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.</p> <p data-bbox="496 1507 1329 1682">1. Planejamento urbano – Bairro da Lagoinha (Belo Horizonte, MG) - Teses. 2. Política urbana – Bairro da Lagoinha (Belo Horizonte, MG) - Teses. 3. Patrimônio cultural – Bairro da Lagoinha (Belo Horizonte, MG) - Teses. 4. Bairro da Lagoinha (Belo Horizonte, MG) – História - Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.</p> <p data-bbox="948 1709 1165 1736">CDD 711.40981511</p>
-------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU – da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 07 de julho de 2016 pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves (EA-UFGM) Raquel Garcia Gonçalves

Prof. Dr. Altamiro Sérgio Mol Bessa (EA-UFGM) Altamiro Mol Bessa

Profa. Dra. Alexandra do Nascimento Passos (UniBH/Una) Alexandra do Nascimento Passos

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido esta oportunidade de aprendizado, por guiar meus passos e me amparar em todos os momentos.

À minha família e amigos pelo carinho, pela paciência e por me incentivarem a continuar nesta jornada. Em especial, agradeço minha mãe, meu pai, minha irmã, minha vó e à Julia por terem me ajudado na condução das entrevistas, pelas orações, pelas conversas que me deram forças para continuar e por demonstrarem interesse pela minha pesquisa.

Ao Lucas pelo apoio nas situações difíceis, pela companhia e pela compreensão nos momentos de ausência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG pelos ensinamentos, pelas indicações de literatura, pelos debates promovidos nas disciplinas cursadas e por me auxiliarem no amadurecimento da minha proposta de pesquisa. Meu carinho e agradecimento especial à Raquel, por ter aceitado me orientar, pela confiança depositada, pelo incentivo durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho e pelas conversas que contribuíram para o avanço de reflexões sobre o tema.

Ao professor Altamiro e à doutoranda Vanessa pelas contribuições no Exame de Qualificação. As críticas e sugestões de literatura foram fundamentais para o prosseguimento da dissertação.

Aos amigos e também colegas de profissão do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix por demonstrarem interesse no andamento da pesquisa, pelas sugestões e por torcerem por mim.

Meu profundo agradecimento aos moradores, lideranças e frequentadores da Lagoinha que carinhosamente me concederam as entrevistas e que foram tão solícitos e atenciosos na condução da pesquisa. A contribuição de vocês foi fundamental para compreensão da riqueza da memória coletiva e do cotidiano da Lagoinha.

À Izabel Dias e ao Tiago Esteves, arquitetos e urbanistas da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH, pela atenção e pelas entrevistas concedidas sobre as diretrizes da OUC ACLO para o Bairro Lagoinha.

Agradeço muito a todos que de alguma forma contribuíram para o andamento desta pesquisa.

RESUMO

A incorporação de conceitos empresariais no planejamento urbano e as frequentes parcerias público-privadas estabelecidas vêm se apresentando como uma forte tendência na condução das políticas públicas nas cidades brasileiras. Neste sentido, em Belo Horizonte surgem propostas de renovação urbana de áreas significativas por meio das operações urbanas. A Operação Urbana Consorciada Nova BH (2013), posteriormente denominada de Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste(2014) foi aprovada pelo Conselho Municipal de Política Urbana e apresenta-se na atualidade como foco de várias discussões pela magnitude da proposta que abarca vários bairros do município, pela condução do processo participativo e de gestão da operação na sua formulação e pelas possíveis consequências que poderá gerar para os moradores e áreas da cidade. O Bairro Lagoinha, foco de estudo deste trabalho, está sendo contemplado na 1ª etapa dessa operação e tem sido, ao longo de décadas, foco de intervenções viárias diante da importante ligação estabelecida da região com o Centro e o Vetor Norte de BH. Não obstante, dependendo da forma como for conduzida a OUC ACLO, poderá constituir uma ameaça às características histórico-culturais do bairro que já se encontra em progressivo estado de degradação. Ao mesmo tempo, a frequente dessemantização da área pelo poder público e pela mídia, manifestado por meio de imagens e adjetivos depreciativos que são evidenciados no imaginário construído sobre o bairro, configura-se como ação estratégica para justificar as propostas da operação urbana direcionadas para a Lagoinha. Contudo, a vivência cotidiana, as memórias construídas por seus moradores e frequentadores e a riqueza do patrimônio material e imaterial do bairro mostram outros significados e interesses que muitas vezes se diferem ou não são contemplados nas propostas institucionalizadas preconizadas para a Lagoinha. A partir dessas ideias, o objetivo principal desta pesquisa é estabelecer um contraponto entre as propostas institucionalizadas direcionadas ao bairro através da OUC ACLO com as práticas cotidianas, que podem revelar outras perspectivas do bairro, por meio da vivência dos moradores da Lagoinha.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Operação Urbana Consorciada. Bairro Lagoinha. Memória. Cotidiano.

ABSTRACT

In Brazilian cities, the business concept incorporation in urban planning, and private-public partnership established has frequently been presented as a strong tendency in the political public conduction. In this sense, in Belo Horizonte city comes up renovation proposals of significant urban areas by Urban Operations. *Nova BH* Urban Operation (2013), it became on 2014 *Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste* Operation Urban, was approved by *Conselho Municipal de Política Urbana* (COMPUR), and nowadays, introduce itself as many discussion aim, because this proposal is huge and includes lots of municipal neighborhoods, and introduces participative process, and management operation in its formation, besides that, this project will can generate progress to residents and to some city areas. *Lagoinha* neighborhood, proposal aim in this research, is gifted in the operation first phase, and over the decades, it has been roadway intervention goal in front of important connection between BH North area and downtown. Despite of *Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste* Operation Urban (OUC ACLO) conduction way, this might be a threat to neighborhood cultural historical characteristics, which has already met in progressive degradation state. At the same time, dehumanization area by public government and communication way, through depreciative images and adjectives, which are given evidence in the neighborhood building imaginary, it appears as strategical action to justify the direction of operation urban to *Lagoinha*. However, quotidian life, built memories from residents and other people that go there a lot, and neighborhood material and immaterial richness, it shows other means and interests that many times differ themselves or do not are presented in public proposal to *Lagoinha*. In this sense, this research aim is established a contrast between public proposal in *Lagoinha* neighborhood by OUC ACLO with residents quotidian life, which can reveal others neighborhood expectation by *Lagoinha* residents quotidian life.

Keywords: Urban Planning. Urban Operation. *Lagoinha* Neighborhood. Memories. Quotidian life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área contemplada na OUC ACLO.....	61
Figura 2 - Limites Oficiais do Bairro Lagoinha e bairros vizinhos	71
Figura 3 - Barreiras físicas no Bairro Lagoinha	72
Figura 4 - O Bairro Lagoinha em destaque na Planta Cadastral	74
Figura 5 - Praça Vaz de Melo em 1930, demolida para dar lugar ao complexo viário	76
Figura 6 - Mutilações na Lagoinha. 1973/1994/1999/2008	79
Figura 7 - Área de adensamento e centralidades. Programa 1	80
Figura 8 - Zoneamento (Lei 7166/1996 e alterações). Programa 1	81
Figura 9 - Distribuição do coeficiente de aproveitamento máximo. Programa 1	84
Figura 10 - Área de Diretrizes Especiais (ADEs). Programa 1	92
Figura 11 - Premiações Comenda do Mérito Artístico Rômulo Paes, Troféu Clara Nunes (1998) e o Troféu Tamborim de Ouro (2010) concedidas ao Sr. Lagoinha....	99
Figura 12 - Mensagens de motivação escritas semanalmente na porta do estabelecimento comercial de Pablo Lima	101
Figura 13 - Quintal do Sr. Izidro Muniz.....	102
Figura 14 - Vista do Bairro Bonfim a partir da Rua Botelhos (ao fundo, no lado direito, o Cemitério Bonfim)	105
Figura 15 - Harmônio e Órgão que pertenciam a D. Terezinha. Seu acervo está atualmente guardado no Santuário Nossa Senhora da Conceição	106
Figura 16 - Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição e homenagem à D. Terezinha Brandão de Araújo (<i>in memoriam</i>).....	109
Figura 17 - Abaixo-assinado coordenado pelo Movimento Lagoinha Viva para revogação do Decreto nº15.252/2013.....	112
Figura 18 - 1º Festival de Samba da Lagoinha promovido da Prefeitura de Belo Horizonte e Fundação de Cultura.....	122

Figura 19 - Fachada do galpão que funcionou como sede da Associação Fabricarte 128

Figura 20 - Intervenção Naquele Bairro Encantado realizada no Bairro Lagoinha pelo Teatro Público..... 131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADE – Área de Diretrizes Especiais

ARCA Bonfim – Associação Recreativa e Comunitária dos Amigos do Bairro Bonfim

BEPREM – Beneficência da Prefeitura Municipal

CAb – Coeficiente de Aproveitamento Básico

CAmáx – Coeficiente de Aproveitamento Máximo

CCNC – Comissão Construtora da Nova Capital

CDL/BH – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte

CEPAC – Certificado de Potencial Adicional de Construção

COMPUR – Conselho Municipal de Política Urbana

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

EC – Estatuto da Cidade

EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança

EVEF – Estudo de Viabilidade Econômica Financeira

FADE – Fórum da Área de Diretrizes Especiais

GPUs – Grandes Projetos Urbanos

GT – Grupo de Trabalho

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

Mcidas – Ministério das Cidades

MNRU – Movimento Nacional pela Reforma Urbana

ODC – Outorga Onerosa do Direito de Construir

OM – Área de Ocupação Moderada

OUC ACLO – Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/ Pedro I - Leste-Oeste

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PNDU – Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano

PPP – Parceria Público-Privada

REIV – Relatório de Estudo de Impacto de Vizinhança

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SMAPU – Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano

ZAR – Zona de Adensamento Restrito

ZEIS – Zona de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 UM OLHAR CONCEITUAL SOBRE ESFERA PÚBLICA, ESPAÇO PÚBLICO E DEMOCRACIA: DESAFIOS ATUAIS.....	23
1.1 O discurso de descentralização e a participação institucionalizada	28
1.1.1 A participação popular institucionalizada em Belo Horizonte.....	38
1.1.2 Os arranjos participativos em Belo Horizonte: a busca pelo consenso	44
1.1.2.1 O Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR).....	45
1.1.2.2 A IV Conferência Municipal de Política Urbana	51
2 A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA NO CONTEXTO BRASILEIRO	56
2.1 A Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste	60
2.2 As audiências públicas sobre a Operação Urbana Consorciada Nova BH e sua alteração para Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste	68
3 O BAIRRO LAGOINHA.....	71
3.1 Breve histórico sobre o Bairro Lagoinha.....	73
3.2 Diretrizes preconizadas para o Bairro Lagoinha a partir da OUC ACLO	79
3.2.1 O Programa Corredor Cultural da Lagoinha e Bonfim	84
3.2.2 Audiência pública Lagoinha/Bonfim	88
3.2.2.1 A Área de Diretrizes Especiais (ADE) da Região da Lagoinha	90
3.3 Memória e cotidiano no Bairro Lagoinha	94
3.3.1 Personalidades no Bairro Lagoinha e adjacências	107
3.3.2 Mobilizações e lideranças	111
3.3.2.1 O Movimento Lagoinha Viva	116
3.3.3 Projetos sociais na Lagoinha	119
3.3.3.1 Mercado Popular da Lagoinha	121
3.3.3.2 Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora da Conceição.....	123

3.3.3.3	O Jornal Gazeta da Lagoinha e o Jornal Daqui – UniBH	125
3.3.3.4	Projetos de interesse artístico e cultural	127
3.3.4	Verticalidades e horizontalidades no Bairro Lagoinha e adjacências	131
3.3.5	Perspectivas futuras: a OUC ACLO na visão dos moradores da Lagoinha e adjacências.....	134
4.0	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	160
	APÊNDICE B – Roteiro geral das entrevistas realizadas com os moradores do Bairro Lagoinha e adjacências.....	162
	APÊNDICE C – Roteiro geral das entrevistas realizadas com o corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH.....	164

INTRODUÇÃO

No cenário de competição intermunicipal tem sido acentuada a transposição de conceitos empresariais para o planejamento urbano com o intuito de potencializar o desenvolvimento dos municípios sob a perspectiva do turismo, do espetáculo e do entretenimento, características inerentes ao modelo de cidade-empresa¹.

Uma das críticas que tem sido atribuída à elaboração dos planos estratégicos urbanos consiste na falta de articulação das políticas públicas com a participação efetiva da sociedade. Apesar de a participação popular ocupar posição de destaque nos discursos políticos e na legislação, as políticas públicas têm sido caracterizadas, predominantemente, como instrumentos de negociação para viabilizar lucros para os setores privados. Destaca-se como uma das estratégias incorporadas pelos municípios o estabelecimento de parcerias público-privadas entre o poder público e os setores empresariais.

O que se observa, neste sentido, é a influência que o mercado imobiliário tem exercido sobre os parâmetros urbanísticos ao definir estratégias de flexibilização, conforme interesses particulares.

Em Belo Horizonte/MG, tem sido frequente a adoção de parcerias público-privadas ancoradas no interesse do poder público em promover a renovação da cidade para atração de investimentos externos. Um dos instrumentos que constitui uma forma de parceria público-privada é a operação urbana consorciada. O mecanismo tem sido utilizado com o intuito de potencializar a renovação urbana de áreas de interesse de mercado em Belo Horizonte².

¹ De acordo com Vainer (2013, p.84) a analogia ao modelo de cidade-empresa ou cidade-negócio é oriunda da “[...] possibilidade de transposição do planejamento estratégico de seu território natal (a corporação privada) para o território (público) urbano”. Nesse sentido, a cidade passa a ser vista como um produto a ser vendido para investidores externos (VAINER, 2013).

² A partir da síntese desenvolvida por Cota (2010) sobre as Operações Urbanas aprovadas em Belo Horizonte, podemos citar como exemplo de aplicação do instrumento no planejamento do município a Operação Urbana do conjunto arquitetônico da Avenida Oiapoque (Lei nº 8.728/2003), que teve como interesse do poder público requalificar o bem tombado subutilizado situado na área central de BH, concedendo a possibilidade de flexibilização dos parâmetros urbanísticos da área para investidores interessados. Outro exemplo em Belo Horizonte consiste na aprovação da Operação Urbana do Parque Linear Bulevar Andradas (Lei nº 9.568/2008), tendo em vista o interesse do empreendedor de aumento do potencial construtivo na área da operação para construção do *Shopping América* sendo

No contexto brasileiro, as parcerias público-privadas têm sido instituídas voltadas ao atendimento dos interesses especulativos de empresas privadas e para a realização de melhorias urbanísticas pelo poder público.

Contudo, a prioridade de melhorias urbanas e a transformação drástica da paisagem que têm sido provocadas pelos Grandes Projetos Urbanos (GPUs) têm ocasionado reações por parte da população residente, insatisfeita com a forma como tem sido conduzidas as políticas públicas.

Nesse contexto, a aprovação da Operação Urbana Consorciada Nova BH (2013), posteriormente denominada de Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/ Pedro I - Leste-Oeste (2014) pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), provocou reações na sociedade civil diante da falta de transparência quanto aos interesses, agentes envolvidos e da sua subordinação às lógicas de mercado.

Por outro lado, muitas vezes são ignoradas práticas cotidianas e a diversidade de interesses e de agentes sociais como elementos fundamentais para leitura das cidades. O que se tem presenciado, portanto, é uma disputa constante pela apropriação de lugares, de um lado representado pelos interesses hegemônicos dos setores privados e do poder público e, do outro lado, pela população residente que tem atuado contra essas ações dominantes na produção do espaço urbano.

Um dos bairros que tem presenciado situações conflituosas, no que tange a disputa por lugares entre setores privados, o poder público e a população residente, é o Bairro Lagoinha, definido como Estudo de Caso deste trabalho. O bairro tem passado por transformações nas últimas décadas por meio de intervenções conduzidas pelo poder público e, no momento atual, tem sido foco de propostas urbanas por meio da OUC ACLO.

Situado na região noroeste, o Bairro Lagoinha ocupa uma posição estratégica de ligação entre o Centro e o Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Tal importância assumida pelo bairro de conectividade viária no âmbito metropolitano tem exercido grande influência nas inúmeras

intervenções urbanas conduzidas nas últimas décadas pelo poder público e parceiros privados.

Inserido nesse contexto metropolitano, o Bairro Lagoinha tem sido alvo de intervenções urbanas voltadas para a constante necessidade de ampliação da sua capacidade viária que tem resultado em fragmentações do seu tecido urbano e provocado à descaracterização do bairro sob os aspectos histórico-cultural, sócio espacial e econômico.

Recentemente, a aprovação da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste (OUC ACLO) pelo COMPUR (2013) pode configurar, dependendo da forma como for conduzida, uma ameaça às suas características históricas e socioculturais, tendo em vista os interesses diversos e muitas vezes contraditórios, no que tange a população residente e os agentes envolvidos na proposta de renovação urbana³, direcionados ao bairro a partir das diretrizes de ocupação divulgadas pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

Ressalta-se aqui que as diretrizes de renovação urbana divulgadas pela PBH para esse bairro flexibilizam os parâmetros urbanísticos impostos no Bairro Lagoinha, que define parâmetros restritivos de ocupação em função da sua importância histórico-cultural. Ainda, em razão de o bairro ocupar uma posição de destaque de conectividade entre o Centro e o Vetor Norte da RMBH, torna mais iminente a possibilidade de renovação urbana, tendo em vista que a 1ª Etapa prevista pela OUC ACLO contempla o setor Centro – Lagoinha.

Assim, diante da possibilidade de renovação urbana do Bairro Lagoinha a partir da OUC – ACLO tornou-se necessária a análise do bairro em um contexto micro, tendo em vista que o direcionamento do olhar sobre as práticas cotidianas possibilitaria compreender o bairro a partir de outras perspectivas, que se difere das visões construídas pelo poder hegemônico.

³ A aplicação do conceito de renovação urbana teve como cidades precursoras, segundo Del Rio (2000), as cidades norte-americanas de Boston, São Francisco e Baltimore e as europeias Londres e Glasgow. Oriundo de experiências internacionais, o conceito passa, dessa forma, a ser utilizado no Brasil, sobretudo, a partir da década de 1970, para designar intervenções pontuais voltadas para a revitalização de áreas centrais ou portuárias subutilizadas e/ou degradadas, com o intuito de possibilitar novos usos a partir do aproveitamento da infraestrutura já existente. Entretanto, é importante mencionar que tais intervenções são conduzidas em áreas valorizadas ou que tenham maior visibilidade de mercado, resultam, portanto, em planos estratégicos de requalificação para potencializar investimentos externos nos municípios (ARANTES, 2013).

A partir dessa contextualização, podemos levantar algumas questões norteadoras que serviram de base para a definição dos objetivos desta pesquisa:

- Quais as mudanças presenciadas do Projeto Nova BH para o atual (OUC ACLO) no que tange os interesses direcionados ao bairro? Há um maior envolvimento da população residente no bairro com a nova proposta?

- Como a participação e os interesses dos moradores do Bairro Lagoinha têm sido abarcados na proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (OUC ACLO)?

- O que os moradores antigos da Lagoinha e os filhos e netos de famílias que viveram no Bairro Lagoinha – entendem da OUC ACLO? Veem como algo positivo?

- Na análise do cotidiano do bairro podem ser identificadas práticas de resistência às transformações urbanas e visões que têm sido construídas sobre o bairro? De que forma elas se manifestam no espaço urbano?

Assim, o objetivo geral do trabalho é de analisar as práticas cotidianas em contraponto com as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha, tendo como pano de fundo as diretrizes da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste. Para tanto foram definidos como objetivos específicos:

- Analisar as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha tendo como enfoque a OUC ACLO;

- Apresentar uma abordagem histórica da Lagoinha para contextualização das transformações que têm sido presenciadas no bairro nas últimas décadas e sua influência sobre o espaço urbano da região;

- Investigar a vida cotidiana no Bairro Lagoinha para compreensão das práticas socioculturais existentes e memória da região;

- Analisar o imaginário construído sobre o bairro a partir da visão das forças (horizontais e verticais) que atuam na Lagoinha - representado pelos moradores, trabalhadores da região, associações e instituições que estabelecem vínculo social com o bairro, pela população flutuante e pelo corpo técnico da prefeitura.

Para a investigação proposta, levanta-se como hipótese que, tendo em vista a força da ideologia⁴ política e econômica e considerando os interesses mercadológicos que incidem sobre o Bairro Lagoinha, há uma forte percepção de que tal bairro encontra-se dessemantizado⁵. Contudo, parte-se da ideia de que o cotidiano pode revelar, em um contexto micro, outras perspectivas e significados do bairro apoiadas na vivência coletiva e no imaginário⁶.

Longe de apresentar conclusões, buscou-se por meio desse trabalho apresentar evidências sobre os questionamentos levantados ressaltando a importância de revelar práticas socioculturais que muitas vezes são ocultas diante das operações ideológicas políticas e econômicas que têm atuado na organização dos imaginários construídos sobre a Lagoinha, apoiado nos interesses das forças hegemônicas. Procurou-se, portanto, mostrar outros caminhos construídos pelos moradores do Bairro Lagoinha inseridos no cotidiano.

Esta tentativa de dessemantização da Lagoinha, que faz com que muitas vezes o bairro seja reconhecido negativamente como “local de passagem” ou “perigoso”, tem servido de instrumento para alimentar a necessidade de ressemantização desse bairro a partir da possibilidade de renovação urbana da região pela proposta da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste.

Nesse sentido, foi considerado fundamental entender os atores sociais que fazem parte do Bairro Lagoinha, como se apropriam do espaço urbano e como tem lidado com essa possibilidade de ressemantização a partir da operação urbana.

⁴ A ideologia, segundo reflexões colocadas por Chauí (1980) a partir de uma visão marxista, consiste na definição de ideias ou teorias tomadas como conhecimento universal, a partir da análise de aspectos isolados da realidade, desconsiderando sua inserção social ou histórica. Essas ideias, muitas vezes vazias de significado ou de construção crítica, sobrepõem as possibilidades de percepção sobre os fatos reais.

⁵ De acordo com Coelho Netto (1979), o processo de semantização corresponde à atribuição de significação, tanto física quanto subjetiva a um determinado espaço. Quando um espaço sofre o processo de dessemantização pode ser resultado tanto pela perda de sua significação física ou imaginária, quanto de discursos ideológicos formulados para alguma finalidade.

⁶ O imaginário se difere da ideologia por ser constituído pela relação entre a consciência do sujeito e do objeto de forma não organizada. Já a ideologia constitui um ato deliberado de organização dos imaginários com alguma finalidade, constitui uma representação da relação do sujeito com a realidade (COELHO NETTO, 1979).

Tornou-se necessário, dessa forma, estabelecer um contraponto a partir dessa dialética existente de ideologias e ações manifestadas de um lado, pelas forças verticais que caracterizam as intervenções conduzidas no bairro nas últimas décadas e, do outro, pelas manifestações espontâneas, cotidianas, nas quais a cidade passa a ser apropriada em função da realidade social.

Procurou-se por meio desse trabalho tentar elucidar essas questões sem, no entanto, esgotar as possibilidades de interpretação, tendo em vista a complexidade de questões sociais, políticas e econômicas imbricadas no Bairro Lagoinha.

Entende-se que, refletir sobre alternativas contra-hegemônicas implica no conhecimento das práticas socioculturais existentes em âmbito local. Ao analisar as propostas institucionalizadas direcionadas ao bairro, que resultam, por muitas vezes, em ações consentidas e conformistas, tornou-se necessário contrapor com a manifestação espontânea das práticas cotidianas dos moradores e frequentadores do bairro que pressupõe o dissenso e, por vezes, ações conflituosas e contraditórias no espaço urbano.

Sobre os métodos de procedimento, a dissertação proposta foi desenvolvida a partir de uma pesquisa qualitativa por se tratar da análise de um fenômeno social.

Diante do interesse de se estabelecer uma contraposição entre as forças verticais e horizontais que atuam no Bairro Lagoinha, representado, de um lado, pelos processos presenciados no bairro nas últimas décadas e pelas propostas institucionalizadas vinculadas a operação urbana consorciada e, do outro, pelas práticas socioculturais inscritas no cotidiano dos moradores do Bairro Lagoinha, o trabalho foi estruturado em quatro etapas.

O primeiro capítulo corresponde a uma abordagem conceitual para contextualização dos desafios atuais na incorporação da participação popular nos processos decisórios, do reconhecimento da esfera pública como local de discussão dos interesses comuns da sociedade e dos arranjos participativos em Belo Horizonte. Nesse capítulo foi analisada a participação institucionalizada como indutora do planejamento urbano no contexto atual e a instituição dos espaços de participação em Belo Horizonte por meio da apreciação das atas de reuniões do COMPUR e conferências realizadas.

No segundo capítulo foi analisada a instituição do instrumento de operação urbana no Brasil e as diretrizes da OUC ACLO preconizadas para o Bairro Lagoinha. Esse capítulo teve importância fundamental na compreensão dos entraves existentes para incorporação da participação popular a partir da proposta da OUC ACLO. Para tanto, foi necessário recorrer a fontes primárias de arquivos documentais como arquivos públicos, atas do COMPUR, pesquisa de campo, projetos de lei, debates, relatórios e entrevistas realizadas com o corpo técnico municipal. Essa análise teve por intuito explicar questões que não estão esclarecidas ou que não foram divulgadas sobre as propostas de intervenção na região.

Ainda, foi importante nessa etapa identificar os entraves e oportunidades existentes no bairro para consolidação das propostas de renovação urbana.

O terceiro capítulo corresponde à análise do Bairro Lagoinha, objeto de estudo da dissertação. Essa etapa foi fundamentada em uma pesquisa de campo onde foram utilizados como métodos de investigação a observação direta e o registro de história oral.

O método de investigação e registro de depoimentos por meio da história oral tornou-se fundamental nessa pesquisa por contribuir para a análise de visões que os moradores, pessoas ou grupos atuantes no bairro têm sobre o histórico e cotidiano da região, bem como suas perspectivas futuras.

Deste modo, a história oral, conforme colocações de Alberti (2005), ao ser coletada por procedimentos técnicos adequados, constitui um documento relevante e assume o papel importante na contraposição entre ideias que fazem parte do senso comum e visões individuais ou de grupos sobre acontecimentos e/ou conjunturas, admitindo o caráter subjetivo das entrevistas na pesquisa qualitativa.

A opção pelo desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa possibilitou descobrir fatos ocultos do bairro, que não seriam possíveis de serem revelados apenas por meio de publicações ou que seria limitado se utilizado técnicas de amostragem devido à necessidade de seleção dos indivíduos a serem entrevistados conforme sua experiência pessoal e capacidade de reter lembranças (ALBERTI, 2005). No caso específico do Bairro Lagoinha, a investigação por meio de entrevistas semiestruturadas contribuiu para a identificação de momentos significativos da história e do cotidiano da região.

Sobre a escolha dos entrevistados, foram estabelecidos como critérios de seleção os indivíduos que ocupam uma posição relevante em grupos sociais na Lagoinha e que tiveram conhecimento, presenciaram ou vivenciaram aspectos importantes ligados à história e ao cotidiano do bairro. Assim, foram considerados indivíduos em potencial para a realização de entrevistas: representantes da Matriz Nossa Senhora da Conceição, pelo fato da igreja, situada ao final da Rua Além Paraíba, constituir uma importante referência no bairro como local de encontro da comunidade para participação em cultos, procissões e festas religiosas do passado até os dias atuais. Ainda, foi fundamental para atingir os objetivos da pesquisa, realizar entrevistas com moradores antigos, filhos e netos de moradores antigos da Lagoinha e lideranças no bairro que sejam representativos na região.

As lideranças do bairro configuram grupos sociais ou indivíduos que lutam por causas vinculadas à região como representantes de associações de bairro, de instituições religiosas e outras pessoas que atuam na construção e na reivindicação de melhorias do espaço urbano do bairro. Dessa forma, foi possível analisar as visões e interesses das principais lideranças sobre as perspectivas futuras da Lagoinha.

Foram foco de pesquisa também famílias tradicionais, conhecidas na região, que vivenciaram a história do bairro: como personalidades que contribuía para disseminar a musicalidade do bairro; donos de estabelecimentos comerciais que contribuía para a definição de características singulares à região (como donos de lojas de antiguidades, botecos) etc. Ainda, o diálogo com jovens que residem na Lagoinha possibilitou identificar múltiplas visões que permeiam a região, com o intuito de compreender quais as perspectivas futuras que são construídas sobre o bairro a partir do relato dos moradores.

Assim, a seleção dos entrevistados perpassou por lideranças e famílias tradicionais do bairro, que configuram fontes primárias de pesquisa e as informações coletas foram complementadas e contrapostas com fontes secundárias publicadas a partir de artigos de jornais e revistas, livros, monografias e dissertações sobre o bairro. O interesse quanto à diversificação dos entrevistados está vinculado à possibilidade de se extrair visões heterogêneas, e por vezes contraditórias, que se têm sobre o bairro e suas perspectivas futuras.

Foram realizadas 24 entrevistas⁷ semiestruturadas tendo em vista a necessidade de definição de um roteiro prévio para direcionamento do depoimento aos objetivos da pesquisa sem, contudo, esgotar a possibilidade de relato de outros assuntos que não estejam previamente definidos, mas que constituem informações relevantes da trajetória pessoal do entrevistado (ALBERTI, 2005). As entrevistas foram gravadas a partir da prévia autorização dos entrevistados para, posteriormente, serem transcritos trechos significativos para o desenvolvimento da dissertação.

Outra técnica empregada juntamente com as entrevistas sobre história oral foi a utilização do registro fotográfico no resgate de memórias particulares dos indivíduos entrevistados sobre localidades e cotidiano no bairro. A evocação de imagens do passado auxiliou na recuperação de lembranças sobre fatos importantes ocorridos na Lagoinha.

⁷ Os entrevistados assinaram um termo de consentimento autorizando a publicação na dissertação (o modelo utilizado consta no Apêndice A). Foram realizadas, no total, 24 entrevistas (o roteiro geral das entrevistas com os moradores consta no Apêndice B e o roteiro geral das entrevistas com o corpo técnico da PBH consta no Apêndice C) entre os meses de setembro e novembro de 2015, a saber: entrevista com o Filipe Thales dos Santos, realizada no dia 25 de setembro de 2015 no Mercado Popular da Lagoinha; entrevista com o Leri Faria Junior, realizada no dia 29 de setembro de 2015 no Shopping Diamond Mall; entrevista com a Lorena Peret Teixeira Tárzia, realizada no dia 01 de outubro de 2015 no Centro Universitário UniBH; entrevista com a Maria Teresa Vergueiro Silva, realizada no dia 06 de outubro de 2015 em sua residência; entrevista com Jullie Utch, realizada no dia 07 de outubro de 2015 na Praça da Liberdade; entrevista com Pedro Vinícius Pereira, realizada no dia 13 de outubro de 2015 na Rua Diamantina; entrevista com a Maria Aparecida Batista Dantas, realizada no dia 14 de outubro de 2015 em sua residência; entrevista com Oscar Fernandes Vieira Gonçalves, realizada no dia 15 de outubro de 2015 em seu escritório de advocacia na Rua Araguari; entrevista com o Sr. Izidro Cirilo Muniz, realizada no dia 18 de outubro de 2015 em sua residência; entrevista com o Morador 1(solicitou sigilo dos dados pessoais), realizada no dia 18 de outubro de 2015; entrevista com Rosemary Freitas Bakir, realizada no dia 19 de outubro de 2015 no Mercado Popular da Lagoinha; entrevista com Manoel Aparecido Almeida, realizada no dia 22 de outubro em seu estabelecimento comercial na Rua Itapecerica; entrevista com a Olga de Souza Silveira, realizada no dia 22 de outubro de 2015 em sua residência; entrevista com Eberth Guimarães da Silva, realizada no dia 24 de outubro na Praça da Liberdade; entrevista com Pablo Araújo Lima, realizada no dia 26 de outubro em seu estabelecimento comercial situado na Rua Adalberto Ferraz; entrevista com a Izabel Dias de Oliveira Melo, realizada no dia 27 de outubro de 2015 na Avenida Augusto de Lima nº 30 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento da PBH; entrevista com D. Juraci Ferrari, realizada no dia 28 de outubro em sua residência; entrevista com D. Iolanda, realizada no dia 30 de outubro de 2015 em sua residência; entrevista com José Gonçalves Filho, realizada no dia 30 de outubro em sua residência; entrevista com Creso Campos, realizada no dia 06 de novembro de 2015 no Mercado Popular da Lagoinha; entrevista com Frederico Santana Rich, realizada no dia 09 de novembro na sede da Ação Social e Política Arquidiocesana (Rua Além Paraíba, nº 208); entrevista com Tiago Esteves, realizada no dia 11 de novembro na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da PBH; entrevista com o Milton Horta (Sr. Lagoinha), realizada no dia 16 de novembro de 2015 em sua residência; entrevista com o Paulo Pontes, realizada no dia 29 de novembro em sua residência.

A subdivisão desse capítulo em análise histórica, da memória e do cotidiano do bairro teve por intuito revelar as práticas socioculturais que definem singularidades ao bairro e os atores sociais que fazem parte da Lagoinha. Essa análise contribuiu também, a partir da abordagem histórica e dos imaginários construídos sobre a Lagoinha, para compreensão das ações do presente e perspectivas futuras do bairro, tendo em vista a influência do poder hegemônico no processo de dessemantização da Lagoinha.

Por fim, o quarto capítulo foi destinado às reflexões sobre como as práticas cotidianas podem contribuir para o fortalecimento da memória e identidade do bairro, como subsídio para políticas públicas mais coerentes com a realidade social e como táticas de resistência as constantes mutilações presenciadas no espaço urbano para atendimento às demandas no âmbito metropolitano.

1 UM OLHAR CONCEITUAL SOBRE ESFERA PÚBLICA, ESPAÇO PÚBLICO E DEMOCRACIA: DESAFIOS ATUAIS

Em um contexto de crise de representatividade, lidamos com o enfraquecimento do reconhecimento da esfera pública como espaço voltado ao debate de interesses comuns aos cidadãos tendo em vista que, nos espaços institucionalizados, destinados a discussões e deliberações de políticas públicas, têm predominado decisões consensuais que desconsideram a diversidade de opiniões e, muitas vezes, os anseios dos setores populares. Assim, torna-se fundamental compreender como têm sido institucionalizados esses espaços tendo como embasamento teórico as contribuições de Arendt (2007) e Habermas (1984), sobre a definição conceitual de esfera pública, e de Bobbio (1986), Santos e Avritzer (2002), sobre os conceitos de democracia representativa e participativa.

Para os gregos, a esfera pública correspondia à vida na polis e a esfera privada à esfera da família. Na visão de Arendt (2007) a polis grega era, nesse sentido, considerada o espaço público onde as ações dos indivíduos ocorriam por meio do diálogo e da persuasão, ou seja, o espaço público, frequentado pelos cidadãos livres, era visto como campo político onde os indivíduos eram considerados livres quanto as suas decisões e ações.

Também a partir do conceito de esfera pública burguesa de Habermas, segundo Reese-Schafer (2009), a esfera pública pode ser entendida como o potencial de um espaço público para debates. Assim, a esfera pública não estava estritamente vinculada às características físicas dos espaços, mas a sua capacidade como local de expressão e de discussão.

Tanto Habermas (1984) quanto Arendt (2007) ressaltam que com a sociedade moderna, a ascensão da esfera social promoveu a transfiguração do caráter político da esfera pública. Deste modo, as ações e o discurso passam a ser substituídos pelo comportamento, considerado fundamental para a manutenção do controle e do consenso entre os membros da sociedade (ARENDR, 2007). Ainda, ao interpretar Habermas (1984), podemos dizer que a esfera pública passa a ser dissolvida quanto a sua capacidade de liberdade de expressão e como campo de discussões.

O que é presenciado, neste sentido, com a sociedade moderna, é a imposição de normatizações pelo poder hegemônico e a definição de um consenso

que, ao invés de ser construído a partir da opinião pública, o que pressupõe a necessidade de diálogo como defendia Habermas, passa a ser imposto pelas instituições estatais sem o envolvimento ou consentimento dos cidadãos (REESE-SCHAFER, 2009). Habermas (1984, p.170) coloca que:

[...] surge uma esfera social repolitizada, que escapa à distinção entre “público” e “privado”. Ela também dissolve aquela parte específica do setor privado em que as pessoas privadas reunidas em um público regulam entre si as questões gerais de seu intercâmbio, ou seja, a esfera pública em sua configuração liberal.

Logo, pode-se dizer que a dissolução da esfera pública, colocada por Habermas (1984), associado ao poder da mídia como mecanismo manipulador e controlador de opiniões; a conversão do público em sociedade de massa, que implica na perda da capacidade crítica dos indivíduos com a redução da participação na vida política; e as influências do mercado no controle dos interesses privados, evidenciam a transformação da esfera pública em espaços institucionalizados, onde o discurso torna-se limitado ao consenso (HABERMAS, 1984).

No contexto atual a esfera pública tem sido caracterizada como espaços destinados às ações planejadas, onde a participação popular torna-se limitada aos arranjos participativos (audiências, conferências, conselhos e fóruns). Essas limitações reduzem a diversidade de opiniões e o próprio envolvimento da sociedade civil nas políticas públicas diante da lógica conservadora do poder hegemônico e dos interesses predominantes de setores empresariais em parceria com o poder público no processo de tomada de decisões. Assim, no espaço urbano que é cotidianamente construído por atores sociais que, muitas vezes, lidam diariamente com a disputa pelo espaço com atores hegemônicos e com a ameaça constante de mutação do espaço urbano por influência do mercado, os interesses da população residente são, em grande parte, ignorados nos processos de decisões.

Neste sentido, sobre os conceitos de esfera pública e espaço público Gonçalves (2008, p.41) ressalta que:

[...] entende-se que a esfera pública refere-se a uma arena institucionalizada de discussão de interesses gerais e comuns de uma sociedade; enquanto os espaços públicos são ambientes variados de negociação entre atores societários, cujas decisões serão levadas à esfera pública. Os espaços públicos surgem justamente pela incapacidade da esfera pública de incorporar o conjunto dos cidadãos, o que caracteriza um hiato entre os atores da esfera pública e o público.

Neste contexto torna-se fundamental refletir também sobre os modelos de democracia para compreensão da forma como tem sido abarcada a participação

popular na esfera pública, bem como, os entraves para seu exercício, tendo em vista as experiências de associação de princípios da democracia direta no modelo representativo no contexto brasileiro e mais especificamente em Belo Horizonte, onde se encontra inserido o objeto de pesquisa.

Santos e Avritzer (2002) expõem como problemas recorrentes no exercício da democracia representativa a limitação do procedimento ao formato institucional, a burocracia nos processos participativos e a dificuldade em se articular as escalas local, regional e global de participação em amplas unidades territoriais. Sobre o formato institucional, os autores enfatizam que, muitas vezes, os procedimentos legais ficam restritos aos interesses de uma minoria ao invés de abarcar a pluralidade de interesses de atores de segmentos sociais diversos; ainda, Santos e Avritzer (2002) ressaltam que a burocracia que tem predominado na democracia representativa dificulta a articulação de problemas que fazem parte do cotidiano dos cidadãos, já que apenas questões gerais de interesse comum podem fazer parte da agenda pública.

Bobbio (1986, p.47) enfatiza que:

[...] as democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria.

Entretanto, ainda que no modelo representativo o papel assumido pelos representantes seja de agir em prol de interesses comuns da sociedade, o que tem prevalecido na agenda pública são interesses específicos de setores ligados ao mercado.

Outra questão limitadora para o exercício da democracia representativa relaciona-se com a inevitabilidade de se considerar a representação para o exercício da democracia em grandes escalas territoriais. Ademais, Santos e Avritzer (2002) colocam que nesse formato torna-se difícil conciliar a pluralidade de identidades e a prestação de contas, já que é mais suscetível à possibilidade de manipulação de interesses e de falta de transparência nos processos decisórios.

Já em relação à democracia participativa Bobbio (1986) ressalta que, pelo fato de ser caracterizada pela participação e deliberação direta dos cidadãos por meio de assembleias, desconsiderando a necessidade do intermédio de

representantes para delegar o poder de decisão, na prática é considerada, em sua forma pura, utopia. Assim, nesse modelo torna-se impraticável recorrer a deliberações coletivas tendo em vista a diversidade de interesses e opiniões que compõe a sociedade civil (BOBBIO, 1986).

Bobbio (1986), Santos e Avritzer (2002) corroboram a ideia de que é necessário recorrer simultaneamente aos dois modelos de democracia para o fortalecimento do seu caráter participativo no âmbito local, sem, contudo, tornar inviável o sistema na sua articulação com outras escalas pela complexidade de deliberação de questões de interesse coletivo em função da pluralidade de interesses envolvidos. Neste sentido, é necessário pensar na variação dos formatos de participação por meio da combinação de elementos da democracia representativa e da democracia direta.

O fortalecimento da participação popular nos processos decisórios pode contribuir para minimizar distorções no exercício do poder pelos representantes políticos e técnicos, para maior transparência quanto ao orçamento público e, ainda, para conscientização dos cidadãos quanto à responsabilidade que envolve a tomada de decisões e, conseqüentemente, para maior legitimidade das intervenções feitas pelo poder público perante a sociedade civil.

É importante ressaltar que, no contexto atual, se de um lado convivemos com a perda de reconhecimento da esfera pública como local de discussões de interesses comuns da sociedade, por outro lado, presenciamos a retomada do caráter político dos espaços públicos que passa a ser palco de reivindicações e manifestações, inserido em ações cotidianas. Dessa forma, em grande parte dos processos decisórios, as mobilizações têm ocorrido fora da esfera pública e os espaços públicos políticos têm adquirido um caráter efêmero.

Abrahão (2008) também enfatiza a importância da dimensão política do espaço público, entendido como o potencial que um espaço apresenta para reivindicações, direitos e decisões e para conscientização dos cidadãos quanto à realidade social. Ainda, o autor evidencia a tendência de esvaziamento do conteúdo político dos espaços públicos diante da sua transfiguração como local do consumo, foco de investimentos e de controle de uso e acesso (ABRAHÃO, 2008).

Assim, paralelamente a atuação das forças hegemônicas sobre o espaço buscando criar racionalidades, entendidas aqui como ações

controladoras/manipuladoras direcionadas a interesses específicos, surge, em contrapartida, as contrarracionalidades, que revelam experiências contra-hegemônicas, ancoradas no próprio cotidiano, frente à realidade existente (SANTOS, 2006).

O espaço urbano, de acordo com Santos (2010) é, portanto, imbricado pelas ações de forças verticais, dominantes, que modificam o espaço por meio de processos muitas vezes estranhos as especificidades locais, e do outro lado, por forças horizontais que transformam o espaço urbano cotidianamente. Neste sentido, as forças horizontais enfrentam, em diversas situações, a necessidade constante de adaptação e resistência às ações e interesses provenientes das forças verticais sobre o lugar.

Em relação às forças verticais sobre o espaço urbano, Ribeiro (1996) menciona como no contexto metropolitano é frequente a construção de imagens-síntese no imaginário dos indivíduos sobre os lugares que acabam resultando em visões redutoras da complexidade dos espaços e da sua heterogeneidade, tendo em vista a manipulação da vida coletiva pelo poder político ou econômico. Ribeiro (1996, p. 56) ressalta que estas imagens-síntese:

[...] conformariam crenças e saberes, instruindo aqueles que, envolvidos com o marketing moderno e a mídia, procuram articular a atividades econômicas e sociais, determinados elementos de consensos discursivos sobre a vida em espaços metropolitanos.

É importante, neste sentido, analisar como que as intervenções conduzidas nas últimas décadas no Bairro Lagoinha e os discursos ideológicos criam relações tensionadas “com a história do lugar, com a vida cotidiana e com o senso comum” (RIBEIRO, 1996, p.57).

Diante das múltiplas dimensões que passam a fazer parte do cotidiano dos indivíduos, sobretudo levando em consideração a hibridez dos lugares, que são apropriados por indivíduos com interesses e modos de vida diversos, o confronto entre as formas de controle e a espontaneidade de ações inseridas no cotidiano torna-se cada vez mais frequente (SANTOS, 2006).

Assim, para atender aos interesses da pesquisa proposta é preciso investigar tanto as forças verticais e horizontais que têm sido dominantes no planejamento urbano, mais especificamente a partir da proposta da OUC ACLO em Belo Horizonte, onde se insere o bairro em estudo, quanto às forças verticais e horizontais presentes no cotidiano do Bairro Lagoinha.

1.1 O discurso de descentralização e a participação institucionalizada

A crise do planejamento tradicional no Brasil, de cunho racionalista e tecnocrático, fomentou os discursos que sucederam o final da década de 1970 e início da década de 1980, ancorados nos ideais de descentralização e de incorporação da participação popular nos processos decisórios. Todavia, ainda que nos discursos prevaleça o interesse de se instituir uma gestão democrática, seu exercício tem sido comprometido diante dos privilégios concedidos a uma minoria e da alienação de grande parte da sociedade civil quanto à tomada de decisões no que tange o interesse coletivo.

No Brasil, a democracia representativa configura um arranjo institucional que confia aos representantes do poder público e da sociedade civil a tomada de decisões no âmbito administrativo e legislativo. Souza (2011) destaca que, ao atribuir a responsabilidade a alguns representantes sobre os interesses coletivos, torna-se limitada a possibilidade de articulação de demandas, por vezes divergentes, da sociedade civil nas pautas governamentais e, em contraponto, torna-se favorável a distorção do exercício democrático conforme as forças atuantes no sistema.

Deste modo, é frequente observar que, muitas vezes, o que é apresentado em discurso não é colocado em prática, sendo recorrente a apropriação dos termos “participação” e “democracia”, segundo interesses particulares, culminando no esvaziamento do seu significado perante a sociedade.

Logo, entende-se que há uma propensão dos arranjos participativos passarem por um processo de cooptação conforme interesses empresariais ou de adquirirem caráter reducionista pela eleição dos representantes. Nessa situação é presumível que não sejam incorporados nos arranjos participativos à heterogeneidade de interesses da sociedade civil na elaboração e aplicação de leis, na condução dos processos relativos à política urbana e no direcionamento de intervenções públicas (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Apesar das limitações mencionadas no que tange os arranjos participativos, a promulgação da Constituição em 1988 alimentou a esperança de mudança em relação ao planejamento tradicional e a possibilidade de incorporação de ideários de reforma urbana.

O envolvimento dos movimentos sociais⁸ vinculados a “partidos políticos, entidades profissionais, sindicatos, ONGS e pesquisadores universitários” (SOUZA, 2010, p.275) fomentaram os princípios de democracia, participação, descentralização e de fortalecimento da autonomia dos municípios como ideais a serem perseguidos e contribuíram para a articulação das reivindicações populares nas emendas da nova Constituição.

Assim, tendo em vista a predominância de ideias tecnocráticas, centralizadoras e autoritárias no histórico das ações governamentais e a inutilidade dos planos urbanísticos⁹ desenvolvidos até o momento, inicia-se o processo de busca por modos alternativos de planejamento que sejam eficazes no atendimento aos ideais de justiça social e de democratização da gestão e do planejamento das cidades.

É importante mencionar que a oportunidade concedida pelo Congresso Nacional de incorporar emendas à nova Constituição de 1988 resultou na elaboração de propostas voltadas para a Reforma Urbana pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que contou com a adesão de cerca de 130.000 eleitores. Todavia, apesar da pressão exercida pelos movimentos populares para sua aprovação, apenas uma parcela do conteúdo foi anexada à Constituição (SOUZA, 2011).

Entre as questões reivindicadas pela Emenda Popular, segundo Fernandes (2010), ressaltam-se a maior autonomia atribuída aos governos municipais, o cumprimento da função social da propriedade, a gestão democrática das cidades e o combate à retenção especulativa de terras, sendo essas questões

⁸ Verifica-se uma significativa produção acadêmica voltada para a análise da contribuição dos movimentos sociais na luta pelos ideais de reforma urbana e de inclusão social. Entre essas produções destacamos a dissertação de Brandão (2011), que aborda a relação dos movimentos sociais ao longo da elaboração da Constituição de 1988 e Bassul (2002), para conhecimento dos ideais defendidos nos movimentos de luta pela Reforma Urbana, bem como sua incorporação no Estatuto da Cidade.

⁹ Maricato (2000) enfatiza que apesar dos inúmeros planos produzidos durante a Era Vargas, grande parte das propostas permaneceram engavetadas e limitadas ao plano-discurso, enquanto na prática os problemas urbanos ganhavam novas dimensões. Ressalta-se ainda que durante o regime militar, foi significativa a produção de planos no Brasil, contudo, as propostas eram elaboradas em grande parte por profissionais que não vivenciavam a realidade sociocultural local, sem abertura para a participação popular.

limitadas em dois artigos constitucionais que apresentam disposições gerais sobre a política urbana. A partir da transcrição abaixo da Constituição Federal (1988) constata-se os princípios incorporados relativos às atribuições que passam a ser concedidas ao poder local e a necessidade de previsão no plano diretor de instrumentos voltados ao combate à retenção especulativa de terras:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor [...] (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 182).

Apesar de apenas parte das propostas colocadas pelo MNRU terem sido incorporadas na Lei Federal de 1988, a descentralização e a transferência da responsabilidade do planejamento e gestão das cidades para os planos diretores municipais¹⁰ resultou na possibilidade de incorporação da participação popular na política urbana e de maior aproximação entre o poder local e a sociedade civil, tendo em vista a maior autonomia alcançada pelos municípios. Ainda, é notória a conquista de maior abertura à participação popular por vias institucionais a partir da promulgação da Constituição de 1988. Brandão (2011) confirma essa constatação ao colocar que:

As especificidades da Constituinte tornaram este processo algo muito mais amplo ao se estabelecer um ciclo de confrontos em que múltiplos movimentos e organizações procuraram influenciar diferentes pautas. A soma da mobilização acabou se tornando maior do que cada caso específico e a interação que caracterizou o processo Constituinte acabou estimulando transformações expressivas na dinâmica da participação popular e na dinâmica político-legislativa (BRANDÃO, 2011, p.156).

¹⁰ Villaça (2005) ressalta que um dos grandes problemas relacionados à ineficiência de aplicação dos Planos Diretores pode ser atribuído à falta de articulação das diretrizes do plano com a proposta de zoneamento tradicional, tendo em vista que ainda prevalecem sistemas rígidos de zoneamento que não reconhecem a diversidade e especificidades das cidades. Se tratando da participação popular na elaboração dos planos, Villaça (2005) enfatiza que são muito mais significativas as pressões exercidas pelo poder Executivo, imprensa do que as manifestadas nos espaços formais de debate (VILLAÇA, 2005).

Diante da incorporação de alguns ideais de reforma urbana pela Constituição e das persistentes negociações entre os movimentos sociais, representantes da sociedade civil e as instituições governamentais, surge, posteriormente, uma proposta de lei de âmbito federal que tinha, dentre os objetivos principais, garantir o cumprimento da função social da propriedade e regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam da questão urbana.

Promulgado em 2001, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) designou instrumentos que orientam o combate à retenção especulativa de terras, a regularização fundiária e que se vinculam aos princípios de gestão democrática das cidades, inclusão social e equilíbrio ambiental. A Lei Federal 10.257/2001 contribuiria, neste sentido, para instituir a aplicabilidade dos princípios de reforma urbana expressos pela Constituição Federal e para ampliação dos mecanismos jurídicos que regulamentam a questão urbana.

É importante mencionar que os instrumentos regulamentados pelo Estatuto da Cidade (EC), que visam o combate à retenção especulativa de terras, se vinculam às diretrizes expressas pela Constituição Federal de 1988 de que a terra deve cumprir sua função social, ou seja, deve ser utilizada, parcelada ou edificada tendo como pressuposto que o bem comum sobrepõe aos interesses individuais do proprietário. Neste sentido, o Estatuto designa como mecanismos o IPTU progressivo no tempo (BRASIL, Lei 10.257/2001, Cap.II, Seção III) e a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública (BRASIL, Lei 10.257/2001, Cap. II, Seção IV). Ambos os instrumentos penalizam o proprietário que mantém o terreno subutilizado, não edificado ou não parcelado.

Ainda, esses instrumentos regulamentados pelo Estatuto, juntamente com a contribuição de melhoria (BRASIL, Lei 10.257/2001, Cap. II, Seção IX), exercem também a função de contribuir para arrecadações pelo governo municipal, a partir da cobrança de tributos dos proprietários que mantém o imóvel ou terreno ocioso ou que sejam beneficiados com a possibilidade de aumento do potencial construtivo de uma área. No caso da contribuição de melhoria, o valor arrecadado pelo poder público, mediante o pagamento de contrapartida pelo proprietário, é destinado a investimentos em melhorias urbanas. Desta forma, esse mecanismo permite ao governo adquirir recursos voltados ao interesse coletivo diante do ônus gerado com a valorização imobiliária da área beneficiada com aumento de potencial construtivo.

Outra questão instituída pela Constituição Federal e regulamentada pelo Estatuto da Cidade foi a definição de prazo para elaboração do plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes. Rodrigues e Barbosa (2010) ressaltam que em muitos municípios foi conflituosa a implementação dos planos tendo em vista a resistência quanto à incorporação da participação popular na sua elaboração, o que reflete o caráter conservador e tecnocrático da gestão e planejamento das cidades herdado no contexto histórico brasileiro.

Contudo, a maior autonomia concedida aos municípios e a obrigatoriedade de elaboração do plano diretor, no que se refere ao planejamento e gestão em âmbito local, constituiu um avanço para a aproximação entre o poder público e sociedade civil nos processos decisórios e para regulamentação dos instrumentos tributários e de controle de uso do solo urbano, conforme a dinâmica de desenvolvimento dos municípios. Mol (2004) constata esse avanço a partir do Estudo de Caso da cidade de Belo Horizonte, ao analisar as diretrizes previstas no Plano Diretor/96 e sua aplicabilidade pela Lei de Uso e Ocupação do Solo/96:

[...] pode-se considerar que o processo de elaboração e aprovação do PD e da LPOUS/96 mostrou-se positivo em alguns aspectos, a considerar, primeiramente, a 'abertura' do Poder Executivo aos diversos setores (seja para fins de legitimação e/ou aprovação) e, em segundo, de conseguir aprovar instrumentos de utilização de solo urbano que caminham no sentido da tentativa de atendimento dos diversos segmentos da sociedade, tentando dar cumprimento àquilo que se reforçou no texto Constitucional – a chamada função social da propriedade (MOL, 2004, p.71).

Outros mecanismos regulamentados pelo Estatuto da Cidade condizentes com os interesses de investigação deste trabalho são aqueles direcionados para as parcerias estabelecidas entre o Estado e os setores privados e os que têm por intuito contribuir para a incorporação efetiva da participação popular na gestão das cidades.

Um dos instrumentos que tem sido utilizado com frequência no planejamento urbano e que tem potencializado o desenvolvimento de grandes projetos urbanos é a operação urbana consorciada, tendo em vista a possibilidade de emprego do instrumento, previsto no Estatuto da Cidade, para o processo de renovação urbana de áreas pontuais por meio da flexibilização dos parâmetros urbanísticos.

O artigo 32 do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) define como operação urbana consorciada:

Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados,

com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental (BRASIL, Lei 10.257, 2001, art. 32).

Assim, dependendo da correlação de forças que atuam em parceria com o poder local, esse instrumento pode ser visto como uma importante alternativa para a transformação de áreas que carecem de renovação urbana e que, muitas vezes, não são requalificadas devido às limitações de recursos públicos. Ressalta-se aqui que um dos requisitos impostos pelo Estatuto da Cidade para a aplicação do instrumento consiste no compartilhamento das melhorias urbanas entre os moradores que se situam dentro do perímetro da operação, o poder público e os proprietários privados. Ainda, para esses últimos poderá ser concedido como benefício o aumento do potencial construtivo em troca de contrapartidas que contribuam para a melhoria de infraestrutura urbana da região.

Também é regulamentada pelo Estatuto da Cidade a necessidade de elaboração do estudo de impacto de vizinhança (EIV) - previsto no Art.36 da Lei, para licenciamento de projetos urbanos. Para a aplicação efetiva desse mecanismo é fundamental o comprometimento do poder público em avaliar rigorosamente os impactos urbanos provocados por grandes empreendimentos e, quando atestada a viabilidade de implantação, prever medidas compensatórias com o intuito de minimizar os efeitos negativos conforme a magnitude do projeto.

Por fim, um dos principais eixos previstos pelo Estatuto da Cidade corresponde à gestão democrática das cidades (BRASIL, Lei 10.257/2001, cap. IV). Para sua efetivação, o Estatuto estabelece, além da representatividade dos cidadãos por meio do processo eleitoral, a criação de instâncias participativas para a incorporação efetiva da sociedade na elaboração dos projetos de lei, bem como, o comprometimento do poder local com a transparência perante a sociedade no destino dos recursos públicos.

Souza (2011) coloca que caso não haja o monitoramento dos mecanismos de participação pelos cidadãos, tais instrumentos podem ser manipulados segundo os interesses de uma parcela da sociedade. Assim, muitas vezes é complexa a possibilidade de se manter espaços destinados às discussões e monitoramento de leis e ações governamentais tendo em vista os interesses, muitas vezes divergentes, da correlação de forças que atuam nos processos decisórios e da sociedade civil.

Dentre os mecanismos validados pelo Estatuto (BRASIL, Lei 10.257/2001, Art. 43) podemos destacar a instituição de órgãos como conselhos, com o intuito de coordenar os rumos da política urbana, a realização de audiências e conferências públicas para legitimação da participação popular nas ações municipais. Ainda, tem sido frequente a prática do orçamento participativo tendo em vista a possibilidade de incorporação da participação popular direta no direcionamento dos recursos públicos, conforme as demandas existentes em cada local (definido na escala de bairro ou unidades territoriais).

Avritzer (2008) ressalta que no caso do orçamento participativo, o instrumento apresenta um desenho instituído “de baixo para cima”, que se pauta na incorporação da participação popular por meio de delegados eleitos e conselheiros que fazem a intermediação das reivindicações dos cidadãos ao poder local.

Embora existam críticas quanto à aplicação do orçamento participativo frente a outros modelos de instituições participativas, ele cumpre o papel de incorporar um maior número de representantes da sociedade civil. Contudo, é importante ressaltar que nesse modelo o Estado exerce o papel fundamental na efetivação do sistema, uma vez que as demandas são previamente estabelecidas para votação (AVRITZER, 2008). Assim, cabe destacar que, apesar do orçamento participativo configurar um instrumento mais democrático pela sua capacidade de maior adesão da sociedade civil, está também sujeito a manipulação para atendimento de interesses governamentais.

Sobre as conferências de política urbana, Costa (2011) coloca que elas são instituídas pelos conselhos de política urbana e passam a ser realizadas diante da necessidade de implementação e revisão de leis e monitoramento das políticas públicas pela sociedade civil, contribuindo também para o amadurecimento quanto à possibilidade de incorporação da participação popular nas questões urbanas.

Ao contrário das audiências públicas, nas conferências – geralmente convocadas pelo chefe do poder executivo – o cidadão tem a oportunidade de averiguar o andamento das políticas urbanas no âmbito local, estadual e nacional e de deliberar sobre questões em que haja necessidade de revisões ou na elaboração de novos planos. Assim, as conferências adquirem um caráter periódico e são vinculadas à incorporação das deliberações de conferências anteriores.

Já nas audiências públicas, os cidadãos são informados sobre decisões tomadas no âmbito administrativo ou legislativo, nesse caso não há abertura para alteração do que está sendo proposto. Souza (2011, p. 338) esclarece essa questão ao colocar que:

[...] quando se fala de “participação consultiva” (ou “opinativa”) em contraposição a uma “participação deliberativa” (no primeiro caso, a participação – na verdade, um tipo tão fraco de participação – restringe-se a ouvir os envolvidos ou atingidos; só no segundo caso é que estes tomam, de fato, decisões).

Outro avanço no que tange a gestão democrática das cidades, segundo Maricato (2011), ocorreu com a criação do Ministério das Cidades no governo Lula, em 2002. Ressalta-se aqui que a implantação do Ministério foi uma conquista proveniente da luta pela reforma urbana e pela institucionalização da participação popular na gestão das cidades, constituindo um importante canal de comunicação e de debate sobre os problemas urbanos e de desenvolvimento de políticas públicas integradas com as diversas áreas de conhecimento, apesar das limitações de atuação do Estado frente aos interesses de mercado (MARICATO, 2011).

Um dos canais de participação mais relevantes no que concerne a gestão de políticas públicas implantado pelo Ministério das Cidades consiste na implementação do Conselho das Cidades e na realização periódica das Conferências das Cidades. De acordo com o Ministério das Cidades¹¹:

A Conferência das Cidades é um fórum de discussão e de proposições para a política de desenvolvimento urbano e suas temáticas, no âmbito de cada esfera da Federação com o objetivo de promover a participação cidadã de setores sociais, tais como: movimentos populares e sociais, sindicatos, entidades empresariais, ONGs, OSCIPs, instituições de ensino superior e de pesquisa, entidades profissionais e os órgãos do Poder Público em todos os níveis da Federação que intervêm sobre o território, com especial atenção aos mais excluídos (BRASIL, 2006, p.24).

Assim, os debates conduzidos a partir das conferências e as emendas resultantes do fórum servem de subsídio para a condução de políticas públicas e para formulação de programas pelo Ministério das Cidades. Entre os temas¹² discutidos nas conferências podemos citar: a regulamentação dos conselhos das

¹¹ BRASIL. Governo Federal. Resolução da 2ª Conferência Nacional das Cidades: Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ministério das Cidades, 2006. Disponível em <www.cidades.gov.br>. Acesso em 28/04/2015.

¹² Os temas listados foram constatados a partir dos relatórios produzidos pelas quatro primeiras conferências realizadas, coordenadas pelo Ministério das Cidades.

idades no âmbito nacional, estadual e municipal e a proposição de diretrizes para seu funcionamento; a implementação dos demais canais de participação popular no que concerne a gestão pública; a regulamentação das competências e atribuições dos entes federados; o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento urbano no âmbito regional e metropolitano; a criação de planos e implementação de programas de habitação; discussão de diretrizes e proposição de ações voltadas para o transporte e mobilidade.

Entretanto, apesar da maior autonomia concedida aos municípios a partir da Constituição de 1988, da promulgação do Estatuto da Cidade como aparelho regulador da função social da propriedade urbana e da cidade e da incorporação de instrumentos voltados para a gestão democrática, a efetividade de aplicação desses mecanismos, previstos legalmente, requer o comprometimento dos agentes envolvidos na gestão municipal, bem como dos parceiros privados. Esse comprometimento torna-se necessário principalmente no sentido de proporcionar a efetiva participação dos cidadãos nos processos urbanos e um maior empenho no direcionamento de políticas públicas para o bem coletivo.

Santos Junior (2008) também atenta sobre a necessidade de envolvimento entre os diversos agentes sociais em âmbito local e sobre o desafio de se articular demandas, muitas vezes antagônicas, no direcionamento das políticas públicas em conformidade com os ideais de reforma urbana:

O que nos interessa nessa formulação é chamar a atenção para a necessidade de análise mais complexa da dinâmica socioespacial, que levem em consideração a interação entre esses diferentes aspectos, as práticas institucionais, a dinâmica econômica, a intervenção dos agentes e as cotidianidades (SANTOS JUNIOR, 2008, p.147).

Pode-se apontar também como fator limitante quanto à gestão democrática, a contradição existente entre a necessidade de que a terra cumpra sua função social e os interesses privados de uma minoria que detém a concentração de propriedades para fins especulativos. Neste sentido, os direitos sociais previstos constitucionalmente muitas vezes são violados frente ao modelo de submissão aos interesses do capitalismo.

Neste contexto, vale ressaltar que as práticas atuais de planejamento ancoradas no modelo neoliberal, que ganham força paralelamente ao período de difusão dos ideais de gestão democrática no Brasil, também têm exercido influência

sobre o direcionamento das políticas públicas e na apropriação indevida dos instrumentos previstos pelo Estatuto. Fernandes (2008, p.129) ressalta que:

[...] de modo geral esses Municípios têm usado esses instrumentos do Estatuto da Cidade tão somente para fins de arrecadação de recursos ou então para fins de intervenções pontuais que não correspondem a um projeto de cidade, a uma visão articulada e a uma política ampla para a cidade, e sobretudo o fazem sem critérios jurídicos claros, com o que a legalidade dessas novas estratégias de gestão urbana já está sendo questionada. De fato, essas formas de gestão público-privadas e os processos de envolvimento do setor privado na gestão urbana têm sido cada vez mais questionados judicialmente pela falta de critérios jurídicos adequados.

É importante mencionar que o modelo neoliberal surge como alternativa para assegurar o desenvolvimento urbano das cidades diante da crise mundial na década de 1970 que resultou em um período de recessão econômica representada pela crise do petróleo (CAPEL, 2007). Predomina nesse modelo de planejamento a atuação do “mercado livre”, sob a justificativa de que o mercado por si só torna-se capaz de impulsionar o desenvolvimento econômico e de proporcionar maior liberdade aos indivíduos na satisfação de suas necessidades (SOUZA, 2011). Assim, o papel do Estado, neste sentido, passa a ser voltado não somente para planejamento e gestão das cidades, mas assume também um papel central na intermediação das negociações entre setores privados e sociedade civil.

Logo, de forma contraditória aos princípios de democracia e inclusão social defendidos no processo histórico da constituição de direitos no Brasil, ganha força a incorporação dos preceitos neoliberais. Neste cenário, a flexibilização das leis, subordinadas aos interesses de mercado, e a competitividade intermunicipal por investimentos externos passam a mover a economia e negociações nas cidades (ROLNIK, 2012).

Ressalta-se aqui que a disputa por lugares na cidade valorizados pelo mercado tem influenciado no direcionamento das políticas públicas, de tal modo, que a regra passa a ser definida pelos agentes mais fortes, com maior poder de influência política e/ou econômica. Em vista disto, ao invés dos instrumentos previstos pelo Estatuto contribuírem para a inclusão social, apesar de a participação popular ocupar posição de destaque nos discursos políticos e na legislação, na prática, muitas vezes têm resultado em instrumentos de negociação para viabilizar lucros para os setores privados.

Desta forma, apesar dos avanços em se tratando da gestão democrática, direito à cidadania e dos marcos regulatórios que tratam da função social da propriedade e da cidade, o acesso desigual dos direitos pela sociedade civil, a inserção do país no contexto neoliberal e as ações, por vezes arbitrárias, do poder público têm influenciado negativamente o rumo das questões urbanas. A predominância de ideologias antagônicas, tendo em vista a existência simultânea do modelo neoliberal e de democracia participativa no exercício político-administrativo, acaba por influenciar nos caminhos para a formalização da participação e definindo entraves para a sua incorporação efetiva nas condutas públicas pelo poder local.

1.1.1 A participação popular institucionalizada em Belo Horizonte

Diante da incorporação dos ideais de descentralização e de gestão democrática a partir da Constituição de 1988, verifica-se em Belo Horizonte um rompimento com o modelo de planejamento rígido e funcionalista tendo em vista a promulgação, em 1996, do Plano Diretor (Lei nº 7165/96) e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 7166/96). Costa (2011) ressalta a respeito da elaboração do Plano Diretor que:

A quebra da lógica funcionalista e tecnocrática dos modelos anteriores, enriquecida pela inclusão de instrumentos e mecanismos voltados para a transformação da cidade em um direito extensivo às classes populares, representou o diferencial da proposta (COSTA, 2011, p.107).

É importante mencionar que os planos concebidos anteriormente as propostas do Plano Diretor/1996 e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo/1996 tratavam a cidade a partir da delimitação de setores que desconsideravam as especificidades locais na definição de parâmetros urbanísticos de uso e ocupação. Sobre a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de 1976 (Lei nº 2662/76), Mol (2004) enfatiza que a maior permissividade quanto aos parâmetros urbanísticos se restringia as áreas centrais, mais especificamente a zona comercial situada ao longo dos corredores viários existentes. Desse modo, a delimitação dos setores residencial, comercial e das indústrias sem promover a devida mistura de usos, induziu a concentração de atividades nas vias que atraíam maior fluxo (MOL, 2004).

Já na Lei de Parcelamento de 1985 (Lei nº 4034/85), apesar de terem sido previstas algumas mudanças expressivas como a incorporação do uso misto

nas vias principais que davam acesso a Zona Pericentral, o fato de não serem consideradas as particularidades de cada região em se tratando das características do sistema viário, de adensamento e das condições topográficas existentes, bem como, a maior permissividade atribuída às áreas valorizadas pelo mercado, provocou a saturação das áreas centrais (COSTA, 1998).

Gonçalves (2008) ressalta que a Lei de 1985 constituiu uma revisão da Lei anterior sem, contudo, promover alterações significativas quanto ao uso intensivo do solo e a rigidez na setorização. Nesse sentido, foi previsto o controle dos parâmetros urbanísticos em áreas que já apresentavam acentuado adensamento e a desconcentração de atividades econômicas, que se restringia aos principais corredores viários. Ainda, a autora complementa essa análise sobre as leis que antecedem o Plano Diretor Participativo de 1996 ao afirmar que:

Nota-se que a Lei nº 2.662/76 e a Lei nº 4.034/85 reforçaram a estrutura centralizadora já contida no plano inicial de Belo Horizonte. Também incentivaram o adensamento populacional na área central e estimularam o desenvolvimento do uso comercial ao longo dos corredores de tráfego, gerando conflitos entre a necessidade de fluidez do trânsito e as atividades econômicas atratoras de veículos (GONÇALVES, 2008, p.89).

Ressalta-se que não constitui objeto de estudo desta pesquisa a análise histórica do planejamento urbano em Belo Horizonte, entretanto é cabível destacar as mudanças significativas presenciadas nas legislações em Belo Horizonte para melhor compreensão do contexto de promulgação do Plano Diretor/1996 e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo/1996, tendo em vista a crise do modelo de planejamento tecnocrático e a necessidade de se pensar o planejamento articulado com as questões sociais e com a participação popular.

As propostas do Plano Diretor/1996 e da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo/1996, diferente dos planos anteriores, contribuíram para a definição de parâmetros urbanísticos mais condizentes com a dinâmica do município. Destaca-se a maior preocupação quanto à compatibilidade de uso e ocupação do solo com as particularidades locais, no que tange as possibilidades de adensamento; a adequação dos parâmetros ao sistema viário e condições topográficas; e a necessidade de definição de diretrizes específicas para áreas com relevância histórica, cultural, ambiental, arqueológica, paisagística ou artística.

Sobre o caráter participativo dos planos, Costa (2011) enfatiza que, apoiados pelas diretrizes expressas na Lei Orgânica de 1990, tanto o Plano Diretor/96 quanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo/96 contribuíram para a

experiência da gestão democrática com a instituição de mecanismos que visavam à incorporação da participação popular, como o Conselho Municipal de Política Urbana, e a obrigatoriedade de realização das conferências de política urbana a cada novo mandato do governo municipal.

Também a participação popular nos planos foi presenciada ao longo do processo de definição das diretrizes e na sua formulação, sendo estabelecido um diálogo permanente entre os órgãos do governo e segmentos da sociedade civil. Assim, a partir do fórum de discussões a sociedade civil tinha a oportunidade de conhecer e debater sobre as propostas de lei, o que foi considerado essencial para a legitimação da legislação pertinente no âmbito popular (COSTA, 2011).

Gonçalves (2008) ressalta a importância da elaboração da Lei Orgânica Municipal, que antecede a elaboração do Plano Diretor de 1996, no que tange a possibilidade de abertura das decisões públicas sobre o espaço urbano à participação popular, que acabaram orientando, posteriormente, a elaboração do Plano Diretor com caráter participativo. Sua elaboração contou com significativa participação de diversos segmentos sociais nas reuniões e discussões realizadas pelo poder legislativo:

Pelo registro constante das atas de tais reuniões pode-se perceber a presença de um número significativo de associações comunitárias e de movimentos sociais em cada plenária. Várias sugestões apresentadas referiam-se aos princípios da reforma urbana - função social da propriedade e gestão democrática (GONÇALVES, 2008, p. 93).

Sobre os fóruns de discussões, apesar da intenção de envolvimento da sociedade civil na elaboração e implementação dos planos, muitas vezes a linguagem técnica utilizada pelos representantes do poder público dificulta a compreensão das propostas pela população. Souza (2011) coloca a importância da utilização de linguagem acessível e que contribua para a formação de uma opinião crítica dos cidadãos sobre as políticas públicas propostas.

Ainda sobre a elaboração do Plano Diretor de 1996, Gonçalves (2008) ressalta que uma das questões mais debatidas corresponde à instituição das áreas de diretrizes especiais (ADEs), diante das pressões por parte das associações de bairro para a definição de parâmetros mais restritivos quanto à incorporação de usos diversos em áreas residenciais e o zoneamento.

Sobre a elaboração do Plano Diretor Participativo, que condiz com as diretrizes instituídas pelo Estatuto, Valle (2007, p.29) enfatiza que:

Não é um trabalho exclusivamente técnico, apesar de levar em conta parâmetros e critérios técnicos e legais, mas fundamentalmente político, envolvendo a participação popular e ampla negociação entre os diversos atores que interagem no espaço municipal - empreendedores, poder público e cidadãos. Os interesses são os mais diversos, muitas vezes conflitantes e o consenso nem sempre possível. Mas o interesse público e o bem estar coletivo devem fundamentar as negociações, buscando o equilíbrio entre interesses e direitos individuais e coletivos, através da articulação entre a administração pública, os agentes econômicos e a sociedade civil.

As diretrizes expressas no Estatuto (BRASIL, Lei 10.257/2001, cap. III, art. 40) estabelecem no âmbito legislativo e executivo a necessidade de incorporação da participação na elaboração e implementação do plano diretor, bem como, institui a obrigatoriedade de realização de audiências públicas e a divulgação de todo o material produzido e o seu monitoramento pela sociedade civil.

Outra questão regulamentada pelo Estatuto consiste na necessidade de especificação no plano diretor dos instrumentos previstos pela Lei Federal para que ele possa ser efetivamente aplicado (BRASIL, Lei 10.257/2001, Cap. III, Art. 40). Com a revisão do Plano Diretor em 2010 (Lei nº 9.959/ 2010) são regulamentados, além das diretrizes para aplicação do mecanismo de operação urbana, os instrumentos: parcelamento, edificação e utilização compulsória, IPTU progressivo no tempo e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública. Esses instrumentos tributários visam penalizar o proprietário que mantém terrenos vazios ou subutilizados para fins especulativos (BELO HORIZONTE, Lei nº 9.959/ 2010, acréscimo no Cap. VI).

Outros instrumentos regulamentados com a revisão do Plano Diretor (BELO HORIZONTE, Lei nº 9.959/ 2010, acréscimo nos capítulos VII, VIII, IX, X e XI) são o consórcio imobiliário, direito de preempção, concessão urbanística, estudo de impacto de vizinhança e a outorga onerosa do direito de construir.

O consórcio imobiliário é estabelecido por meio da parceria entre o poder público e proprietários de terras e possibilita ao poder municipal construir empreendimentos nos terrenos dos proprietários em troca de unidades equivalentes ao valor da terra, já o direito de preempção concede preferência ao poder público na aquisição no mercado de terras.

O instrumento de concessão urbanística possibilita que o poder público realize obras de urbanização e reurbanização conforme diretrizes expressas no Plano Diretor, mediante a licitação de uma empresa ou de um consórcio de

empresas, bem como, realizar desapropriações quando for necessário (BELO HORIZONTE, Lei nº 9959/2010, Cap. X).

Assim, é relevante enfatizar que os instrumentos IPTU progressivo no tempo, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, consórcio imobiliário, direito de preempção e concessão urbanística podem ser aplicados visando atingir os objetivos de renovação urbana do município, mediante a aplicação do instrumento de operação urbana consorciada. Dessa forma, esses instrumentos possibilitam a constituição de reserva de terras para políticas habitacionais, a destinação de áreas para equipamentos comunitários e contribuem para a execução de melhorias urbanísticas pelo poder público (BELO HORIZONTE, 2015c).

Além disso, outros instrumentos que adquirem importância significativa na aplicação da operação urbana é o estudo de impacto de vizinhança, que permite avaliar o impacto de empreendimentos futuros; e a outorga onerosa do direito de construir, que possibilita aos setores privados edificarem além do limite estabelecido pelo potencial construtivo básico mediante o pagamento de contrapartidas ao poder público. Ambos os instrumentos podem ser associados à operação urbana tendo em vista os impactos urbanísticos e socioeconômicos que poderão resultar no processo de renovação urbana, bem como, a possibilidade de arrecadação do poder público para realização de investimentos em infraestrutura nas áreas destinadas à operação por meio da venda de potencial construtivo aos empreendedores.

Ainda sobre o processo participativo no planejamento urbano, o Conselho das Cidades¹³, que possui como uma das suas atribuições orientar os municípios quanto a implementação das diretrizes expressas no Estatuto, estabelece por meio da Resolução n. 25 de 18/03/2005, instruções sobre a elaboração do plano diretor participativo. Destacam-se entre elas: a necessidade de participação popular em todos os processos de elaboração do plano; a comunicação do poder público com a sociedade civil por meio de linguagem acessível; a necessidade de divulgação de reuniões externas e do material para discussão com, no mínimo, 15 dias de

¹³ Valle (2007, p.29) discorre que uma das atribuições do Ministério das Cidades (Mcidades) é de regular as questões referentes ao Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e ressalta que: “O ConCidades é a instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisão sobre as políticas executadas pelo MCidades integrantes da PNDU, nas áreas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial”.

antecedência; a instituição de audiências públicas em horários e dias acessíveis para a sociedade civil em geral e a necessidade de divulgação dos resultados das reuniões para os cidadãos.

Ademais, em Belo Horizonte, verifica-se o esforço em se instituir elementos da democracia direta com a incorporação do orçamento participativo¹⁴ a partir de 1993, com a criação do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR) e com a instituição de espaços de participação por meio da realização de conferências e audiências públicas.

De acordo com Costa (2011), o COMPUR foi criado em Belo Horizonte com o objetivo de fiscalizar a implementação das leis urbanísticas vigentes, bem como, favorecer o exercício da gestão democrática municipal por meio da incorporação da sociedade civil na condução dos processos urbanos, o que engloba a participação popular na aprovação e revisões de leis e o conhecimento sobre as políticas urbanas adotadas pelo governo. Um dos mecanismos de participação abarcados pelo COMPUR consiste na realização de conferências de política urbana a cada início de mandato do prefeito, do qual participam o corpo técnico municipal e representantes da sociedade civil. São foco de discussão nas conferências as legislações municipais vigentes ou em trâmite de aprovação com abertura para proposição de alterações.

Avritzer (2008) ressalta que o fato dos conselhos adotarem o modelo paritário minimiza a capacidade de manipulação do instrumento para atendimento dos interesses de uma minoria, tendo em vista o poder atribuído à sociedade civil na aplicação de sanções em casos de violação da participação popular na aprovação das ações do poder público.

¹⁴ Pires (2003, p.4) coloca que em Belo Horizonte, o orçamento participativo “[...] consiste em um procedimento de decisão que envolve a participação popular para a definição das prioridades que orientarão a distribuição de investimentos públicos no território do município. Esse processo envolve duas rodadas de assembleias regionais intercaladas por uma rodada de reuniões nos bairros (ou como veremos mais adiante nas Unidades de Planejamento). Numa segunda fase, realizam-se os fóruns de prioridades regionais, onde elegem-se os delegados para o monitoramento dos empreendimentos aprovados através das COMFORÇAS. E a finalização técnica e administrativa da peça orçamentária ocorre na Secretaria de Planejamento.”

1.1.2 Os arranjos participativos em Belo Horizonte: a busca pelo consenso

Em Belo Horizonte, podemos citar como mecanismos de participação destinados às discussões de políticas urbanas que se vinculam aos objetivos deste trabalho: as reuniões do COMPUR, realizadas, geralmente, mensalmente; as audiências públicas¹⁵, convocadas em situações de necessidade de discussão sobre política urbana com a sociedade civil; e as conferências de política urbana, realizadas quadrienalmente a cada novo mandato do governo municipal que propõem alterações para as legislações urbanísticas em vigor.

Para compreensão de como a participação tem sido abarcada nesses arranjos participativos e, posteriormente, das propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha a partir da OUC ACLO, será apresentada uma análise que contempla as atas das reuniões do COMPUR, abrangendo o período de 2010 a 2016 (até o mês de janeiro), totalizando 81 atas. Considera-se esse período de análise importante diante da necessidade de estabelecer um comparativo em maior intervalo de tempo entre os anos anteriores e posteriores a 2013, tendo em vista que, a partir do ano de 2013, tornam-se mais frequentes os questionamentos e insatisfações dos conselheiros e do setor popular com os rumos da política urbana, diante da divulgação da proposta da Operação Urbana Consorciada Nova BH. Coincidentemente, corresponde também ao ano em que eclodiram as manifestações populares com o evento da Copa das Confederações da FIFA (Junho, 2013).

Além disso, será apresentada também uma análise sucinta da IV Conferência de Política Urbana com ênfase para a proposta da Operação Urbana Consorciada Nova BH (2013), posteriormente intitulada OUC ACLO (2014). A análise das audiências públicas também será limitada as mudanças presenciadas do Projeto Nova BH para a OUC ACLO - condizente com os interesses da pesquisa - tendo em vista as irregularidades averiguadas pelo Ministério Público na divulgação das propostas no intuito de garantir o cumprimento das diretrizes expressas pelo

¹⁵ Sobre as audiências públicas, ver Capítulo 2 da dissertação: “A aplicação do instrumento de operação urbana no contexto brasileiro”, subtítulo: “As audiências públicas sobre a Operação Urbana Consorciada Nova BH e sua alteração para Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste”.

Plano Diretor (Lei 7.165/96) e pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), em relação aos mecanismos de participação no processo de gestão democrática.

1.1.2.1 O Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR)

A partir da apreciação do regimento interno do COMPUR, é importante mencionar que constituem atribuições do conselho: o acompanhamento de processos relacionados com a estrutura urbana municipal com a proposição de intervenções e soluções, quando se fizer necessário; a realização de seminários, palestras e cursos de temas relevantes ao planejamento urbano; a promoção de audiências públicas e/ou a recorrência a outros instrumentos participativos para garantia do envolvimento da sociedade civil na elaboração, apreciação e proposição de planos, projetos urbanísticos de interesse coletivo e na tramitação de projetos de lei (BELO HORIZONTE, 2013f).

As reuniões do COMPUR são realizadas, em sua maioria, mensalmente em um espaço destinado à discussão de matérias relacionadas com o Plano Diretor e com a Lei de Uso e Ocupação do Solo, onde participam os setores: Executivo, Legislativo, Técnico, Popular e Empresarial, que atuam como conselheiros na apreciação e deliberação das temáticas apresentadas em reunião.

Sobre a composição dos representantes do conselho, de acordo com o Regimento Interno do COMPUR:

§ 3º Constituem o setor técnico as universidades as entidades de profissionais liberais e as organizações não governamentais ligadas à questão urbana. [...]

§ 5º Constituem o setor popular as organizações comunitárias, de moradores, e as entidades de movimentos reivindicativos setoriais específicos vinculados à questão urbana, todas legalmente constituídas.

§ 6º Constituem o setor empresarial as entidades patronais da indústria, do comércio e de serviços (BELO HORIZONTE, 2013f, p.2-3).

Desta forma, fica evidente a disparidade na capacidade de influência sobre as decisões relativas à política urbana pelos representantes da sociedade civil no COMPUR, tendo em vista a diversidade e, por vezes, divergência de interesses entre os membros do conselho. Apesar de o COMPUR apresentar composição paritária - constituído por 8 membros do Executivo, 2 do Legislativo, 2 do setor

técnico, 2 do setor empresarial e 2 do setor popular, totalizando 16 integrantes, Costa (2001, p.135) coloca que:

No caso do COMPUR, o conteúdo dos pareceres e decisões é eminentemente técnico, condição que favorece o governo e suas representações. Os gestores tendem a buscar fórmulas administrativas mais eficazes, com vistas a minimizar falhas que muitas vezes levam ao cerceamento da autonomia dos espaços públicos institucionalizados. Por esse prisma, manter as rédeas de um Conselho de Política Urbana torna-se parte das estratégias de governo para garantir acertos nos processos de gestão.

Ainda, a utilização frequente do recurso de voto “em bloco” nas reuniões, no qual o voto deixa de ser nominal e passa a ser designado por acordo entre os conselheiros divididos entre o setor executivo (8 representantes) e sociedade civil (8 representantes), reflete ações de controle sobre as deliberações tendo em vista o maior peso do setor executivo nas votações. Ademais, é recorrente o compartilhamento de interesses do poder público com o setor empresarial nessas situações, o que reforça a baixa adesão de demandas populares nas políticas públicas.

É importante mencionar que em situações de empate na apreciação de matérias prevalece o voto de minerva do presidente do poder executivo, fato que pode ser averiguado em algumas reuniões do COMPUR (GONÇALVES; SIMÃO; BERNARDES, 2015), como exemplificado abaixo:

Na sequência, o presidente passou à votação das outras duas questões – a proposta da conselheira [...] sobre o debate aberto e sobre o prosseguimento da reunião do grupo de trabalho. As votações acima destacadas culminaram em empate, e o presidente proferiu o seu voto de minerva, manifestando-se contrário à realização de debate aberto sobre o Estudo de Estoque. Ata da reunião do COMPUR realizada no dia 23/05/2013 (BELO HORIZONTE, 2013c, p.3-4).

Em relação aos conteúdos abordados nas reuniões, verifica-se o predomínio de questões relacionadas com classificação de atividades econômicas, licenciamento de edificações, regularização de loteamentos, permissividade de usos em vias, definição de zoneamentos, apresentação de empreendimentos sujeitos aos estudos de impacto de vizinhança e de relatórios de estudo de impacto de vizinhança (REIVs) para apreciação e deliberação pelo COMPUR.

Verifica-se, neste sentido, um predomínio de demandas pontuais, em detrimento às questões de maior complexidade, impacto ou abrangência relacionada à política urbana, como matérias ligadas às operações urbanas consorciadas, que passam a adquirir relevância nas discussões somente a partir de 2013

(GONÇALVES; SIMÃO; BERNARDES, 2015). Ainda, muitas das questões apresentadas são de interesse do setor empresarial relativas, por exemplo, a alterações de zoneamento em áreas com parâmetros urbanísticos restritivos como em Zonas de Proteção Ambiental e o licenciamento de empreendimentos em Áreas de Diretrizes Especiais.

Vale ressaltar que nos anos anteriores a 2013, as reuniões, de maneira geral, se limitavam a votação de matérias relacionadas com questões pontuais, sendo inexpressiva a participação popular nos assuntos abordados. Essa pouca adesão é reforçada pelos termos técnicos empregados entre os conselheiros, o que dificulta a compreensão pelo setor popular, e pela restrição de tempo destinado a manifestação da população presente em reunião (GONÇALVES; SIMÃO; BERNARDES, 2015). Fato que pode ser comprovado a partir da transcrição abaixo:

Após a leitura, o presidente colocou a matéria em discussão e abriu a palavra para manifestações, no tempo limite de três minutos. [...]. O presidente lembrou que a pauta estava extensa, que limitaria a fala a mais duas pessoas [...] Ata da reunião do COMPUR realizada no dia 01/03/2012 (BELO HORIZONTE, 2012, p.3).

Entretanto, a partir de 2013, as discussões são intensificadas, bem como, a participação do setor popular, principalmente por meio das associações de bairro, e torna-se evidente o descontentamento por parte de conselheiros e da sociedade civil sobre a forma como tem sido conduzida a Operação Urbana Consorciada Nova BH (2013), posteriormente alterada para OUC ACLO (2014).

Deste modo, apesar do COMPUR ser destinado à discussão de políticas urbanas, temas relevantes como as OUCs não são discutidos em sua complexidade, sobretudo no que tange os impactos sociais (relocação da população que será atingida pela operação, risco de gentrificação com a valorização da área da operação) e abertura quanto à participação popular (GONÇALVES; SIMÃO; BERNARDES, 2015). Verifica-se também intransigência quanto à possibilidade de alterações nos planos urbanísticos das operações em discursos do presidente.

Ainda, tanto os conselheiros quanto o setor popular têm manifestado indignação, constatado nas atas das reuniões do COMPUR, diante da falta de transparência da operação urbana em relação aos estudos e planos urbanísticos, os agentes envolvidos e a sua subordinação às lógicas de mercado.

Destaca-se, além disso, o descumprimento pelo poder público, evidenciado a partir de questionamentos registrados na Ata do dia 28/11/2013

(BELO HORIZONTE, 2013e), da necessidade de informar a população por meio de audiências sobre as OUCs antes da abertura para votação pelo COMPUR, conforme explicitado no Plano Diretor/96. Também foi manifestada pelos participantes da reunião do COMPUR a necessidade do cumprimento do prazo de realização da conferência municipal de política urbana no início de cada mandato do governo municipal, tendo em vista o adiamento da IV Conferência Municipal de Política Urbana, que deveria ter sido convocada em 2013.

Ademais, é notória a resistência por parte do setor executivo quanto à possibilidade de realização de audiências públicas (verificado nas atas das reuniões dos dias 23/05/2013 (BELO HORIZONTE, 2013c) e 27/06/2013 (BELO HORIZONTE, 2013d), ainda que previsto no regimento interno do conselho. Torna-se contraditório, neste sentido, o posicionamento de alguns membros do COMPUR e do presidente ao votar contra a possibilidade de realização de audiências públicas sobre a operação urbana sob a alegação de probabilidade de enfraquecimento de competência do conselho, tendo em vista que um dos objetivos do conselho está na promoção de debates com a sociedade. Desta forma fica claro como o consenso predomina como estratégia de controle de questões de interesse coletivo e para o atendimento dos interesses do poder executivo em detrimento a possibilidade de participação efetiva da sociedade civil no planejamento urbano.

Ainda sobre a OUC, verifica-se na Ata do dia 23/01/2014 (BELO HORIZONTE, 2014a), discordância entre os conselheiros sobre a apreciação e votação pelo COMPUR do REIV, tendo em vista as recomendações do Ministério Público sobre as ilegalidades do processo e o curto prazo para análise do REIV pelos conselheiros, o que dificulta uma avaliação crítica diante da complexidade da questão apresentada.

Outro questionamento apresentado por um dos conselheiros na Reunião Extraordinária do dia 30/01/2014 relaciona-se com o desequilíbrio de forças ao mencionar que o COMPUR tem em sua composição o “integrante da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) e, simultaneamente, estar presente no plenário o vice-presidente dessa instituição e também Secretário Municipal Adjunto de Desenvolvimento Econômico” (BELO HORIZONTE, 2014b, p.3). Assim, há um predomínio dos interesses econômicos a partir de parcerias estabelecidas entre o poder público e setores privados na condução da operação urbana.

Costa (2011) também enfatiza a vantagem de representação no COMPUR pelos setores técnico e empresarial em comparação com o setor popular, que vai além da diferença em relação ao número de cadeiras ocupadas no conselho. Essa vantagem pode ser verificada em razão das matérias apresentadas no COMPUR serem de conteúdo muito específico e de linguagem técnica, estritamente vinculada às áreas de Arquitetura e Engenharia, na utilização de termos jurídicos, e pelo maior traquejo no discurso do setor técnico e do empresarial. Presencia-se, neste sentido, a fragilidade da participação popular e, por vezes, o favorecimento a cooptação nas decisões a partir das visões dos grupos dominantes. Assim, muitas vezes as reuniões do COMPUR constituem mais um espaço de aprendizado para o setor popular do que, de fato, um espaço de análise crítica das políticas urbanas (GONÇALVES; SIMÃO; BERNARDES, 2015).

Ainda sobre a limitação da participação popular, predominam mobilizações sociais em situações onde os moradores de Belo Horizonte são afetados diretamente por intervenções urbanas no bairro onde residem. Como exemplo, a mobilização dos moradores do Bairro de Lourdes que resultou na definição de um grupo de trabalho (GT) para a análise dos impactos de vizinhança em função da permissividade de atividades econômicas na região e para a formulação de propostas para apreciação e deliberação pelo conselho, registrado na Ata do dia 26/02/2015 (BELO HORIZONTE, 2015a).

Sobre as atas do ano de 2014, foram frequentes as manifestações de reprovação à IV Conferência de Política Urbana. Na reunião do dia 24/04/2014 (BELO HORIZONTE, 2014c) e do dia 15/05/2014 (BELO HORIZONTE, 2014d), os conselheiros e entidades técnicas, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), manifestaram insatisfação sobre a forma como tem sido conduzida a conferência alegando a extensão e complexidade dos assuntos tratados em um curto período de tempo, dificultando a participação popular e possíveis contribuições pelos delegados às propostas apresentadas. Foi manifestada também em reunião a necessidade de disponibilidade prévia e completa dos estudos e planos desenvolvidos sobre os Planos Diretores Regionais e sobre a OUC e questionado a maior proporção de representantes do setor técnico comparado à sociedade civil na conferência. Essa situação é reforçada tendo em vista a baixa adesão popular e desistência de parte dos delegados insatisfeitos com a conduta da operação.

Ressalta-se que, a partir do mês de setembro de 2014 verifica-se maior preocupação por parte do poder público com o envolvimento da sociedade civil nos planos e projetos da operação, com destaque para a gestão compartilhada proposta entre grupos regionais e para as audiências públicas¹⁶ que foram realizadas em 2015. Essa mudança no processo participativo da OUC resulta, entre outros fatores, da pressão popular, das ações do Ministério Público sobre as irregularidades da OUC Nova BH e de manifestações contrárias de conselheiros do COMPUR, dos setores popular e empresarial, de instituições como o IAB e da comunidade acadêmica à falta de transparência e à forma como foi conduzida a elaboração dos planos e divulgação das propostas da operação Urbana.

Ainda, verificam-se mudanças positivas na condução da OUC relativa à incorporação da participação popular. Pode ser constatado como uma das principais melhorias no processo participativo o esforço na capacitação da sociedade civil para discussão sobre os planos e projetos da operação a partir de apresentações públicas e de debates regionais, realizados por meio das audiências e das visitas de campo acompanhadas pelo setor técnico às regionais de Belo Horizonte que serão foco de intervenção da operação. Além disso, foram formados grupos de discussão juntamente com o IAB e o Ministério Público para monitoramento do processo.

Apesar da maior abertura à participação com a nova proposta da OUC ACLO, foi questionado pelos conselheiros o curto prazo para análise das propostas que seriam apresentadas em audiência, registrado na Ata do dia 26/03/2015 (BELO HORIZONTE, 2015b).

Desta forma, ainda é evidente a dificuldade por parte do poder público e do corpo técnico em lidar com processos participativos quanto à abertura aos questionamentos e proposições e na utilização de formatos convencionais, que muitas vezes engessam as discussões acerca do planejamento. Essa situação é comprovada nas reuniões do COMPUR quando se trata das limitações em relação ao número de vistas de matérias pelos conselheiros, ainda que as questões abordadas não estejam esclarecidas entre os representantes; na limitação em

¹⁶ As audiências públicas sobre a OUC ACLO foram divididas em regionais e realizadas, respectivamente, nos dias 08/04/2015, 14/04/2015, 15/04/2015, 16/04/2015, 22/04/2015 e 23/04/2015. A Audiência Pública Centro – Lagoinha, que engloba as propostas da OUC direcionadas ao bairro em estudo, ocorreu no dia 16/04/2015.

relação ao número de participantes e tempo de fala dos assuntos discutidos em reunião; na divulgação de planos e projetos urbanísticos e na própria composição dos representantes do COMPUR. Neste sentido, a gestão democrática toma outros rumos passando a alimentar as políticas urbanas favoráveis aos interesses do poder público e do setor empresarial em detrimento ao conhecimento e interesses da população residente.

Contudo, a partir das atas de 2015, verifica-se que, apesar dos questionamentos apresentados pelos conselheiros sobre a proposta da OUC ACLO no que tange problemas relativos à mobilidade no âmbito metropolitano e da elaboração do estudo de viabilidade econômica da proposta, houve reconhecimento do esforço na condução do processo participativo da OUC ACLO a partir do trabalho que tem sido desenvolvido pela equipe técnica de planejamento urbano. De acordo com o Tiago Esteves:

[...] a OUC – ACLO tem mais detalhes do que o Plano Nova BH, e explicou o funcionamento dos prazos expostos pelo conselheiro Renato Michel, sendo que dos 20 (vinte) meses, 8 (oito) meses são dedicados para discussões internas do corpo executivo, 12 (doze) meses são para discussões públicas, adicionados aos outros três destinados ao COMPUR. Tiago Esteves pontuou também que antes de cada leilão das CEPAC's, existirá um plano de gestão, ou seja, está previsto um refinamento do estudo de viabilidade acrescido de um detalhamento dos projetos, e por se tratar de um projeto extenso, é necessário um processo de planejamento e gestão contínuos, não sendo desejável que se tomem todas as decisões em um mesmo momento (BELO HORIZONTE, 2015i, p.2).

Assim, é relevante destacar que com a mudança do Projeto Nova BH para a OUC ACLO presencia-se maior abertura quanto ao processo participativo.

1.1.2.2 A IV Conferência Municipal de Política Urbana

Além das reuniões do COMPUR, as conferências de política urbana, previstas no Capítulo VI do Plano Diretor (Lei 7165/96), também configuram mecanismos participativos que direcionam o planejamento e a gestão do município. Realizadas em Belo Horizonte, as conferências têm por intuito ampliar a participação popular na elaboração e revisão da legislação urbanística por meio da proposição de alterações no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo, tendo periodicidade quadrienal.

Considerando o regimento interno da IV Conferência Municipal de Política Urbana¹⁷ (BELO HORIZONTE, 2014e), a conferência abrangeu como conteúdos principais os Planos Diretores Regionais, bem como, sua articulação com os eixos temáticos propostos para discussão; o Plano de Mobilidade Urbana e a aplicabilidade dos instrumentos de política urbana expressos pelo Estatuto da Cidade. Foram definidos como eixos temáticos¹⁸: Eixo de Estruturação Urbana, voltado à elaboração de estratégias de otimização da ocupação a partir do aproveitamento da capacidade de suporte existente; Eixo de Desenvolvimento, que visa à descentralização de atividades no município; Eixo Ambiental, orientado para a elaboração de diretrizes voltadas à melhoria da qualidade ambiental de Belo Horizonte e para a otimização no consumo dos recursos naturais; Eixo Cultural, direcionado às propostas de identificação, conservação e recuperação do patrimônio cultural; Eixo de Habitação, com o intuito de minimizar ocorrência de vulnerabilidades sociais e Eixo de Mobilidade, que visa à elaboração de estratégias de melhoria da acessibilidade no município.

Ainda, considerando a classificação do macrozoneamento e sobrezoneamento das legislações urbanísticas em vigor, são propostas novas categorias de Estruturação Urbana e Complementares, condizentes com as diretrizes de desenvolvimento do município a partir dos interesses de estímulo a

¹⁷ De acordo com Costa (2011), a I Conferência Municipal de Política Urbana (1999) resultou na incorporação na legislação municipal de importantes conceitos vinculados às políticas urbano-sociais (definições sobre política habitacional, regularização fundiária, desenvolvimento urbano sustentável) a partir da Lei n. 8.137/2000 (primeira revisão das leis 7.165/1996 e 7.166/1996). Já a II Conferência Municipal de Política Urbana (2002) foi caracterizada pela resistência do setor empresarial quanto à possibilidade de incorporação dos instrumentos urbanísticos previstos pelo Estatuto da Cidade (Lei n. 10257/2001) e pelo processo pouco democrático na tramitação do Projeto de Lei n.655, não sendo aprovado (COSTA, 2011). Por fim, a III Conferência Municipal de Política Urbana (2009) resultou no encaminhamento do Projeto de Lei n.820/2009 e, posteriormente, na segunda revisão do Plano Diretor (7.165/1996) e da Lei de Parcelamento (7.166/1996) por meio da Lei n. 9.959/10. A partir dessa conferência, os instrumentos: “transferência do direito de construir, operações urbanas, Convênio Urbanístico e IPTU progressivo no tempo” (COSTA, 2011, p.272) sofreram alterações e novos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade foram incorporados a legislação municipal: “direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, consórcio imobiliário e concessão urbanística” (COSTA, 2011, p.273).

¹⁸ Para análise da IV Conferência de Política Urbana foram consultados os arquivos disponibilizados no site da Prefeitura de Belo Horizonte – PBH que constitui base para o Projeto de Lei n°1.749/2015 Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamentourbano&tax=41443&lang=pt_BR&pg=8843&taxp=0&>. Acesso em: 19/07/2015.

ocupação e adensamento, bem como, de restrição diante de especificidades de preservação.

A conferência teve início no dia 03/02/2014, sendo eleitos para participarem delegados e suplentes representantes dos setores popular, técnico e empresarial que foram capacitados e participaram de grupos de trabalho de discussão sobre as temáticas durante o evento. É importante ressaltar que houve manifestações de descontentamento em relação à condução da conferência pelos setores popular e empresarial, registradas nas atas do COMPUR e mencionadas anteriormente.

Tendo em vista os objetivos da proposta da dissertação, merece destaque como conteúdo da IV Conferência, a aplicabilidade dos instrumentos de política urbana definidos pelo Estatuto da Cidade, a partir da análise dos relatórios das reuniões ocorridas, e a deliberação da proposta da ADE da Lagoinha, que ainda não foi regulamentada (a ADE foi instituída pela Lei nº 7.166/96 e passou por revisões com a Lei nº 9.959/10).

A partir da análise dos relatórios síntese¹⁹, resultado das reuniões do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste, ressaltam-se as manifestações do grupo de discussão, registradas no Relatório da reunião do dia 20/01/2015, sobre a gestão participativa da OUC. Foi questionada a previsão e composição de grupos gestores gerais e locais para acompanhamento da operação e solicitado que fosse incluído um maior número de representantes moradores das áreas que seriam afetadas com as intervenções urbanas, bem como, melhor estruturado os métodos participativos durante todo o processo de elaboração e implementação das propostas (CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 2015a).

Ademais, no Relatório da reunião do dia 22/01/2015 destacam-se questionamentos relacionados com a viabilidade econômica da proposta da operação, sobre a elaboração e divulgação do estudo de impacto de vizinhança e sobre a definição de áreas de redistribuição do fundo arrecadado a partir da venda

¹⁹ Foram analisados os relatórios das reuniões disponibilizados no site da Prefeitura de Belo Horizonte dos dias 20/01/2015, 22/01/2015, 12/02/2015, 12/03/2015 e 03/03/2015.

de Certificados de Potencial Construtivo (CEPACs) (CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 2015b).

Verifica-se também um maior comprometimento do corpo técnico da PBH em relação ao esclarecimento das questões relacionadas com a operação, sendo abordado no Relatório do dia 12/02/2015 (CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 2015c) as diferenças entre a proposta da OUC Nova BH (2013) e a proposta da OUC ACLO (2014), conforme discurso de uma das representantes do setor técnico da Secretaria de Planejamento Urbano:

[...] a presença de habitação de interesse social; a criação do banco de terras; a redefinição dos parâmetros urbanísticos e estratégias para garantir a produção da tipologia incentivada para o público alvo da OUC; a participação da população; a discussão de estratégias de gestão, a inserção das extremidades leste e oeste do corredor; a realização por etapas, inclusive com vários leilões de CEPAC ao invés de um único; a interação com a proposta da IV Conferência; e as quadras de amortecimento respeitando as regras da Conferência (CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 2015c, p.3).

Ainda que a participação não esteja sendo incorporada de forma efetiva, considerando a representatividade popular nos grupos de trabalho, observa-se, a partir dessas reuniões, maior envolvimento da sociedade nas questões relacionadas à operação urbana.

Destaca-se na reunião do dia 12/03/2015 (CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 2015d) manifestações populares e de associações de bairro insatisfeitos com a exposição de propostas de grandes projetos vinculados à operação sem consentimento dos moradores das regiões que seriam afetadas, como é o caso do Bairro Lagoinha, foco de estudo.

Ademais, na IV Conferência foi diagnosticada, entre as propostas de estruturação urbana, a situação de todas as ADEs existentes no município e reconhecidas outras áreas que também possuem relevância histórica, cultural, arqueológica, natural para regulamentação, a serem aprovadas com a revisão da legislação. A Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 7.166/96) define como ADE:

Art. 75 - As áreas de diretrizes especiais - ADEs - são as que, por suas características, exigem a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam (BELO HORIZONTE, Lei nº 7166/96, Art.75).

A partir das diretrizes expressas no Plano Diretor do Município de Belo Horizonte (Lei nº 7165/96), diante das particularidades e das transformações urbanas presenciadas no Bairro Lagoinha, foi definido um sobrezoneamento para o bairro com o intuito de contribuir para o seu desenvolvimento sob os aspectos social, cultural e/ou econômico, conforme designado pela Legislação:

§ 4º - Visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural da região, a regulamentação da ADE da Lagoinha deverá, entre outros aspectos:

I - estimular o desenvolvimento de novas vocações econômicas na região, por meio de projetos de requalificação urbana;

II - estimular a permanência do uso residencial na ADE;

III - levantar os imóveis passíveis de inventário e tombamento." (NR) (BELO HORIZONTE, Lei nº 9.959/10, Art.75).

Entretanto, tendo em vista que a ADE ainda não se encontra regulamentada, o que foi presenciado nos últimos anos, foi, segundo Castriota (2009, p.257), uma "carta de intenções", visto que o bairro permaneceu estagnado quanto ao processo de renovação urbana e teve as últimas intervenções direcionadas, prioritariamente, à melhoria da capacidade viária da região.

Sobre as propostas deliberadas na IV Conferência relativas à ADE da Lagoinha, destacam-se: a revisão do limite da ADE da Lagoinha com a incorporação do Bairro Bonfim, tendo em vista as características relevantes do bairro adjacente à Lagoinha sob os aspectos histórico e cultural; a instituição do Fórum da Área de Diretrizes Especiais (FADE) da ADE Lagoinha, o que favorece o monitoramento das ações do poder público voltado à manutenção da ADE pela sociedade civil; a alteração do potencial construtivo e limites de altimetria, condizentes com a proposta da OUC ACLO. Tais alterações serão apresentadas detalhadamente no capítulo destinado a análise das propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha, tendo como enfoque a OUC ACLO.

2 A APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No contexto brasileiro tem sido recorrente a adoção de parcerias público-privadas. Tal estratégia tem resultado em alterações drásticas no espaço urbano das cidades e tem implicado, muitas vezes, em ônus para a população local, já que os investimentos são direcionados para áreas de interesse do mercado em detrimento da melhoria de áreas carentes de infraestrutura urbana.

Um dos instrumentos que tem sido utilizado com frequência no planejamento urbano é a operação urbana consorciada que possibilitaria o processo de renovação urbana de áreas pontuais por meio da flexibilização dos parâmetros urbanísticos.

Maricato e Ferreira (2002) ressaltam que a aceitabilidade do instrumento no contexto brasileiro, que foi incorporado ao Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) vinculado aos planos diretores municipais, surge como alternativa à crise financeira e ao planejamento urbano moderno, diante da possibilidade de tratar a cidade não mais a partir de propostas rígidas de zoneamento, mas sob o princípio da adequação das normas urbanísticas às especificidades locais.

Deste modo, nos discursos favoráveis à aplicação do instrumento de operação para a renovação urbana destacam-se como argumentos, a partir da análise apresentada por Fix (2003):

- 1) Viabilizam grandes obras, apesar das restrições orçamentárias, compatibilizando adensamento e capacidade da infra-estrutura em determinado perímetro;
- 2) Permitem que os beneficiários de uma obra paguem seus custos, liberando os recursos públicos para aplicação em investimentos prioritários;
- 3) Possibilitam a recuperação da chamada "mais-valia urbana", capturando parte da valorização decorrente de um investimento público para que esta não seja apropriada unicamente pelos proprietários e promotores imobiliários (FIX, 2003, p.2).

Vainer (2011) identifica na estratégia de flexibilização a possibilidade de alteração dos parâmetros urbanísticos legais tendo em vista que o Estado adquire maior autonomia para atuar reproduzindo práticas de exceção, por meio da transferência de poderes a grupos específicos de maior influência econômica e/ou política. As operações urbanas se concretizam, em geral, a partir da venda de títulos financeiros denominados de Certificado de Potencial Adicional de Construção

(CEPAC)²⁰, que permitem o aumento do potencial construtivo na área que será beneficiada pela operação, independentemente dos investidores possuírem ou não lotes dentro do perímetro de intervenção (FIX, 2003).

Assim, diante do jogo de disputas de interesses por parte dos setores privados e do poder público, o que se presencia no cenário atual é a descaracterização das políticas públicas, uma vez que passam a ser direcionadas a uma parcela minoritária da população.

É importante destacar que o instrumento operação urbana foi importado do contexto internacional²¹ sem a adequação à realidade local, o que é fato comum na nossa história. Ademais, a limitação de atuação do Estado no controle do mercado e a falta de recursos orçamentários por parte do poder municipal, associado aos interesses particulares dos setores privados, contribuem para a aceitação e grande utilização do instrumento (MARICATO; FERREIRA, 2002).

De tal modo, o que se tem verificado, na prática, é que os interesses de aplicação do instrumento têm sido atrelados à possibilidade de melhorias urbanas para viabilizar ações estratégicas do poder público, sobretudo relacionados com infraestrutura, a partir do pagamento de contrapartidas pelos setores privados, em áreas que apresentam o potencial para especulação imobiliária (SOUZA, 2009).

Nessa situação, o poder de decisão fica nas mãos dos agentes que fazem parte dos processos de negociação, o que envolve uma rede de forças políticas e econômicas, capazes de manipular a aplicação do instrumento em prol de interesses particulares. Em contraponto, a restrição à participação popular na definição das

²⁰ De acordo com o Plano Urbanístico da OUC ACLO, os CEPACs constituem o principal mecanismo da OUC que possibilita antecipar o valor de arrecadação por meio da venda de potencial construtivo dentro do perímetro da operação. Dessa forma, a comercialização de CEPACs, que é realizada a partir da venda de títulos por meio de leilões públicos na Bolsa de Valores, possibilita precipitar investimentos em infraestrutura dentro do perímetro da operação (BELO HORIZONTE, 2015c).

²¹ Diante das transformações econômicas e dos avanços no setor de produção pelo progresso tecnológico “as novas tecnologias de comunicação, transporte, informática e robotização permitiram a reorganização do setor produtivo em linhas muito mais compactas, flexíveis e de maior mobilidade geográfica” (LAGE, 2008, p. 14), áreas portuárias e industriais tornaram-se subutilizadas ou foram abandonadas, sobretudo em função da dificuldade de acomodar novos usos. Nesse sentido, a partir da década de 1970, com a crise financeira do Estado emergem políticas neoliberais com o intuito de possibilitar a adequação das áreas subutilizadas ou abandonadas ao turismo e ao consumo a partir da ampla participação dos setores privados. Essas parcerias entre o poder público e setores privados surgem inicialmente na Europa e nos Estados Unidos para viabilizar grandes intervenções urbanísticas e posteriormente passam a ser disseminadas por outros países, como o caso do Brasil a partir da década de 1980 (LAGE, 2008).

estratégias de atuação sobre o espaço urbano por meio dos grandes projetos pode resultar em reações conflituosas, tendo em vista a multiplicidade de interesses que deixam de ser abarcados na concepção das propostas de intervenção.

Ressalta-se também, neste contexto, a contradição existente entre os princípios expressos no Estatuto da Cidade, de promover a justiça socioambiental e a gestão democrática das cidades, e a intenção de flexibilidade dos parâmetros urbanísticos a partir da aplicação do instrumento de operação urbana, que favorece a prática de exceção como regra.

Sobre o histórico de aplicação do instrumento no contexto brasileiro, de acordo com Cota (2010), a possibilidade de estabelecimento de parcerias público-privadas passa a ser incorporada, inicialmente, em São Paulo, a partir da Lei nº10.209/1986, a qual foi atribuída o nome de Lei de Desfavelamento. Essa lei tinha como objetivos principais a remoção de favelas, com a transferência da população residente para conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura.

Outros exemplos relevantes de utilização das parcerias público-privadas pelo poder público em São Paulo para atendimento de interesses especulativos, sintetizados por Cota (2010), são: a Operação Urbana Vale do Anhangabaú (Lei nº11.090/1991), a Operação Urbana Faria Lima (Lei nº11.732/1995), a Operação Urbana Água Branca (Lei nº 11.774/1995) e a Operação Urbana Água Espraiada (Lei nº 13.260/2001). Verifica-se o atendimento de interesses especulativos dos parceiros privados a partir da flexibilidade dos parâmetros urbanísticos das áreas foco de intervenção (COTA, 2010).

Em Belo Horizonte, a possibilidade de aplicação do instrumento operação urbana²² foi incorporada, inicialmente, por meio do Plano Diretor Municipal de 1996 (Lei nº 7.165/96).

Apesar da incorporação do instrumento no Plano Diretor Municipal, a ausência de diretrizes específicas que explicitassem seu caráter redistributivista criou brechas para que as parcerias público-privadas fossem conduzidas pelo poder executivo com ampla liberdade (MONTEIRO, 2013). Assim, a revisão do Plano

²² A partir do Plano Diretor Municipal de 1996 (Lei nº 7.165/96) são especificadas as diretrizes gerais de aplicação do instrumento de operação urbana. Com a revisão do plano diretor municipal a partir da Lei nº 9.959/10 passa a ser designada a possibilidade de aplicação da operação urbana consorciada.

Diretor em 2010 (Lei nº 9.959/10), teoricamente, teria o papel fundamental para que fossem incorporados os ideais de reforma urbana e para evitar o esvaziamento das intenções de aplicação do instrumento operação urbana a partir da possibilidade de manipulação por grupos dominantes.

Monteiro (2013) destaca como uma das alterações importantes previstas na revisão do Plano Diretor de Belo Horizonte em 2010, a definição de especificidades sobre a possibilidade de aplicação do instrumento operação urbana consorciada definindo as áreas de interesse de atuação, as limitações para o aumento do potencial construtivo dentro do perímetro da operação e a necessidade de elaboração de um plano urbanístico atrelado ao estudo de impacto de vizinhança (EIV) e ao estudo de viabilidade econômica financeira (EVEF), com o intuito de minimizar impactos negativos na área foco de intervenção e no seu entorno.

A partir da síntese desenvolvida por Cota (2010) sobre as operações urbanas aprovadas em Belo Horizonte, podemos citar como exemplo de aplicação do instrumento no planejamento do município a Operação Urbana do Conjunto Arquitetônico da Avenida Oiapoque (Lei nº 8.728/2003), que teve como interesse do poder público requalificar o bem tombado subutilizado situado na área central de BH, concedendo a possibilidade de flexibilização dos parâmetros urbanísticos da área para investidores interessados. Outro exemplo em Belo Horizonte consiste na aprovação da Operação Urbana do Parque Linear Boulevard Andradas (Lei nº 9.568/2008), tendo em vista o interesse do empreendedor de aumento do potencial construtivo na área da operação para construção do Shopping América, sendo apresentado como contrapartida pelo poder público a exigência de melhorias urbanas no entorno do empreendimento (COTA, 2010).

De forma geral, Fix (2003) menciona, dentre os interesses que permeiam essas operações, a valorização imobiliária dos perímetros de intervenção, que muitas vezes tem como ponto de partida os principais eixos viários:

Os projetos de operação urbana geralmente incluem importante investimento inicial do Estado para criar uma perspectiva de valorização atraente para os investidores privados. A chamada “âncora” pode ser uma nova avenida, propícia à construção de grandes torres, shoppings e outros empreendimentos, que pelo porte ou tipo de uso beneficiam-se da compra da exceção à legislação [...] (FIX, 2003, p.5).

Destaca-se aqui que dependendo da forma como é conduzido o processo de renovação pode ocasionar a demolição de áreas com relevância histórico-cultural

para implantação de grandes empreendimentos, bem como, a valorização dessas áreas pode resultar em processos de gentrificação.

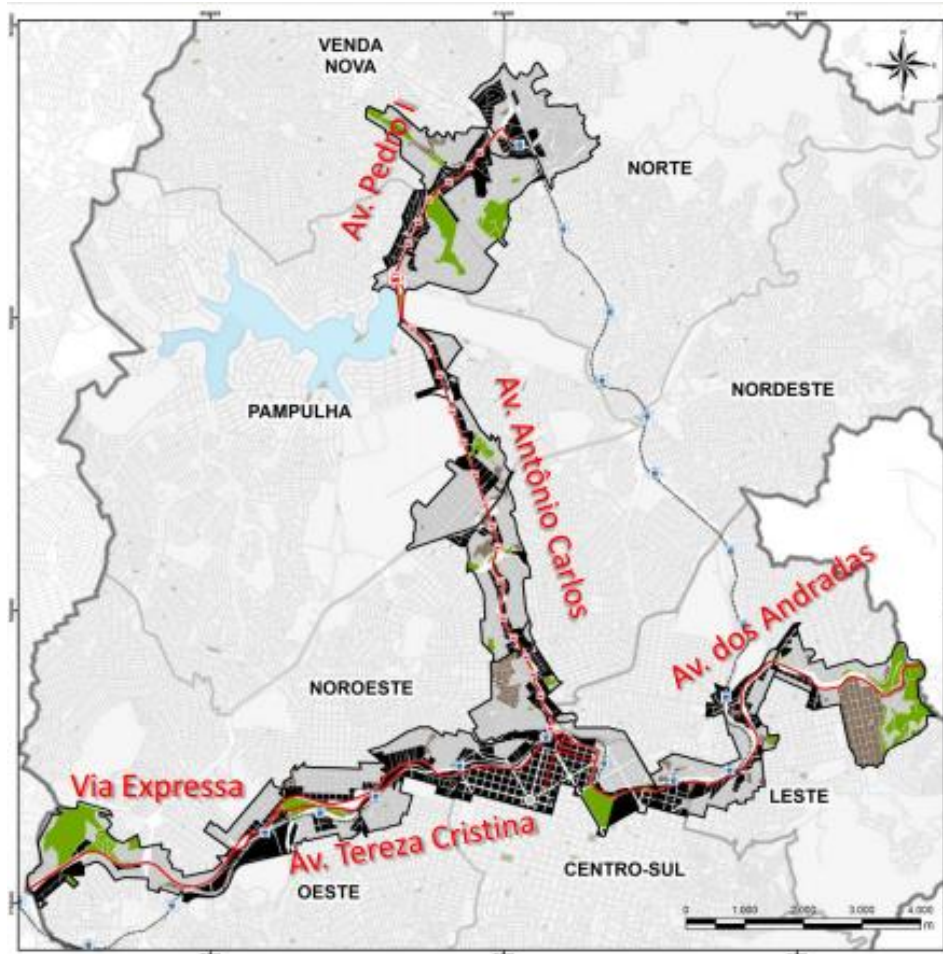
2.1 A Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste

Inicialmente denominada de Nova BH, a proposta da operação urbana consorciada, divulgada pelo poder público em outubro de 2013, previa a possibilidade de renovação urbana de áreas significativas de Belo Horizonte contemplando 25 quilômetros quadrados ao longo dos eixos viários representados pelas Avenidas Antônio Carlos, Tereza Cristina, Pedro I, Via Expressa e Avenida dos Andradas (VALE, 2013). Foram inicialmente previstos 10 setores que seriam foco de intervenção, dentre eles o Bairro Lagoinha, discriminado como setor 6.

No caso do Bairro Lagoinha, foram apresentadas como propostas, a partir da cartilha da Prefeitura de Belo Horizonte (2013a), a revitalização das Ruas Itapecerica e Além Paraíba, a previsão de equipamentos comunitários na Vila Senhor dos Passos e na Pedreira Prado Lopes, a requalificação de espaços públicos e a manutenção da área de interesse histórico da região.

Diante das irregularidades apresentadas junto ao Ministério Público e da pressão exercida pela população e pela comunidade acadêmica alegando a não incorporação da participação na condução do processo, houve o cancelamento da Operação Nova BH e a elaboração de um novo documento que foi divulgado em setembro de 2014 e submetido a discussões públicas (BELO HORIZONTE, 2015c). Desta forma, a partir de 2014 é divulgada uma nova proposta de projeto que passou a ser chamado de Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste (Figura 1).

Figura 1 - Área contemplada na OUC ACLO



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Plano urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. COMPUR, 2015.

Com relação à participação da sociedade na proposta da operação, Costa (2015. Informação verbal)²³ identifica que as principais mudanças com o novo plano ocorreram principalmente em função da pressão popular sobre irregularidades do processo:

Acho que teve várias mudanças. [...] A Nova BH foi enterrada em função de uma pressão da população. Então quer dizer, foi a população que foi até o Ministério Público e que foi ela que fez a denúncia contra a Nova BH sob diversos aspectos da proposta e, quer dizer, então a própria motivação de se alterar o projeto, de se reconhecer que o projeto tinha problemas e que tinha que ser alterado, eu vejo isso como um aspecto que se originou na participação popular. Então eu acho que isso é essencial. Agora, [...] O projeto que foi divulgado no fim de setembro ou outubro do ano passado ele

²³ Tiago Esteves Gonçalves da Costa é arquiteto e urbanista da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU) e tem participado ativamente na elaboração e divulgação da proposta da OUC ACLO.

era de certa forma muito parecido com o que a gente tem hoje (COSTA, 2015. Informação verbal).

Assim, é possível inferir que as principais mudanças com a OUC ACLO estão relacionadas, sobretudo, com o sistema de gestão. Melo (2015. Informação verbal)²⁴ ressalta, a partir de sua visão, quais foram as mudanças mais significativas com a nova proposta:

A gestão mudou completamente, você não tinha nem gestão em escala local, muito pouca participação da sociedade civil. Era uma gestão mais tradicional. Então isso dá algum conforto para a gente deixar algumas coisas um pouco mais abertas, porque há um projeto de muito longo prazo, muito difícil da gente contemplar essa especificidade local em um projeto como esse [...] Então acho que isso trouxe uma possibilidade de aproximação da realidade local, a discussão da gestão, que eu acho um avanço bem importante [...]. É uma coisa que eu acho que é bem à frente, é bem interessante. Até pelo desafio da escala que a gente tinha do projeto, que ia lidar com um projeto tão grande, com escalas locais (MELO, 2015. Informação verbal).

Outras mudanças ressaltadas por Melo (2015. Informação verbal) sobre a OUC ACLO estão relacionadas com a discussão sobre habitação de interesse social, que está mais bem contemplada ao propor o mecanismo do aluguel social²⁵; com a execução da operação por etapas e com a priorização da viabilidade urbanística da proposta ao invés da viabilidade econômica.

A discussão de direcionamento da produção imobiliária privada por meio da proposta de tipologias incentivadas tende a beneficiar uma população de mais baixa renda, então parte-se da discussão sobre o que vai se produzir e para quem seriam destinadas as unidades habitacionais (MELO, 2015. Informação verbal). Tais questões podem ser constatadas abaixo:

[...] no projeto tem uma discussão de direcionamento da produção imobiliária, não só aluguel social como produção pública com recursos da operação, como um esforço de direcionar a produção imobiliária privada. [...]. A execução por etapas, porque na Nova BH era prevista um leilão de CEPAC. Então a execução por etapas, tanto de leilão por etapa, permitem [...] um amadurecimento ao processo. Uma recuperação da mais-valia mais

²⁴ Izabel Dias de Oliveira Melo é arquiteta e urbanista da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU) e tem participado ativamente na elaboração e divulgação da proposta da OUC ACLO.

²⁵ A política de aluguel social funcionará com subsídio cruzado, ou seja, as classes de maior renda arcarão com valores de aluguel mais elevados para subsidiar classes de menor renda. Serão determinadas como porcentagens para distribuição das moradias a partir do aluguel social: 50% para famílias com renda de até 3 salários mínimos, 30% para a faixa de 3 a 6 salários mínimos e 20% para a faixa de 6 a 10 salários mínimos (BELO HORIZONTE, 2015c).

efetiva porque a intervenção vai valorizando [...] (MELO, 2015. Informação verbal).

Izabel coloca ainda que o projeto Nova BH era pautado por uma parceria público-privada (PPP) das obras, isso acaba resultando na necessidade de dar prioridade para intervenções que vão favorecer a viabilidade econômica, o que resulta na implantação inicial de obras que são de interesse maior de empreendedores, como ampliação de viadutos (MELO, 2015. Informação verbal).

De acordo com Melo (2015. Informação verbal), houve mudança também quanto à definição dos parâmetros das áreas de amortecimento²⁶, já que eram determinados parâmetros específicos no Projeto Nova BH e com a OUC ACLO eles passam a ser definidos em função do Projeto de Lei nº1.749/2015, em tramitação na Câmara Municipal. As áreas de adensamento que eram indicadas também sofreram algumas alterações em relação ao coeficiente de aproveitamento na nova proposta de OUC e, conseqüentemente, a viabilidade econômica da operação também foi reduzida. Nesse sentido foi definida como premissa a viabilidade urbanística e assumiu-se o risco da viabilidade econômica da proposta (MELO, 2015. Informação verbal).

Sobre a nova proposta que foi divulgada a partir da OUC ACLO, no caso do Bairro Lagoinha foram mantidas as diretrizes referentes à possibilidade de criação de um corredor cultural para manutenção das áreas que são de interesse histórico e de requalificação das vias principais no bairro. Apesar da continuidade de grande parte das propostas estruturantes da operação, houve mudanças expressivas em relação ao envolvimento da sociedade civil no amadurecimento da proposta:

[...] A gente reconhece que são pontuais. Agora, se for pra gente falar “Não, o que realmente foi que a participação trouxe?”, quer dizer, o que tem de hoje de diferente do que a gente tinha em outubro do ano passado? Eu acho que é principalmente o sistema de gestão. [...]. A partir de outubro do ano passado até hoje, até setembro desse ano, esse processo, o processo de gestão foi construído coletivamente. E isso foi justamente porque a gente criou um fórum que foi solicitado, não foi uma coisa que saiu da gente. Foi solicitado pela população que se criasse um grupo de trabalho menor, um grupo de trabalho sobre a gestão da operação urbana e esse grupo de trabalho conseguiu chegar a esses resultados em um bate-bola entre nós,

²⁶ As áreas da operação definidas como de amortecimento apresentam parâmetros urbanísticos moderados com o intuito de contribuir para um processo de renovação menos intenso quando comparado às áreas preferenciais para adensamento (BELO HORIZONTE, 2015c).

técnicos da Secretaria de Planejamento Urbano, e vários setores da população (COSTA, 2015. Informação verbal).

Destaca-se também a partir da IV Conferência Municipal de Política Urbana, realizada em 2014, e de reivindicações dos moradores participantes das reuniões públicas, a inserção do Bairro Bonfim nas propostas de requalificação urbana da OUC ACLO e a proposta de inclusão do bairro dentro dos limites da ADE da Região da Lagoinha.

É importante ressaltar que a partir desse período foram realizadas audiências públicas por regionais para divulgação e conhecimento da proposta da operação pela população e, posteriormente, foram formados grupos de trabalho com participação ativa, sobretudo, de lideranças dos bairros afetados, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) e da comunidade acadêmica.

A discussão pública que precedeu e orientou a consolidação deste documento durou de outubro de 2014 a maio de 2015 e contou com diversas atividades distintas – oficinas, debates regionais, visitas a campo com lideranças locais, audiências públicas e grupos de trabalho. A discussão forneceu contribuições expressivas para a proposta da OUC, tendo sido, a partir destas contribuições realizadas alterações para a consolidação da proposta da operação urbana. Este documento traz a versão resultante desse processo, assim como um novo Estudo de Impacto de Vizinhança (BELO HORIZONTE, 2015c, p.13).

Em relação aos grupos de trabalho²⁷, sua formação ocorreu por solicitações de representantes do setor acadêmico e empresarial diante da necessidade de aprofundamento da discussão sobre as questões técnicas relativas aos parâmetros urbanísticos da OUC ACLO e do sistema de gestão da operação (BELO HORIZONTE, 2015e).

Foram apresentados nos grupos de trabalho muitos questionamentos relativos à viabilidade econômica da OUC ACLO, ao potencial da operação para arrecadações e sobre a distribuição dos percentuais de arrecadação (BELO HORIZONTE, 2015d).

Em relação à destinação compulsória dos recursos da OUC ACLO, a arrecadação ocorrerá a partir da comercialização de CEPACs, definida por etapas, conforme especificações dos programas no plano de gestão. Assim, serão

²⁷ As informações referentes à discussão nos grupos de trabalho da OUC ACLO abrange o período de janeiro à junho de 2015 e foram constatadas a partir dos relatórios disponibilizados no site da PBH.

priorizados como investimentos os setores e porcentagens definidos no plano para destinação compulsória de recursos, estabelecendo relação direta com a capacidade de arrecadação de cada programa (BELO HORIZONTE, 2015c).

São estabelecidos como setores a serem beneficiados com a destinação compulsória dos recursos e suas respectivas porcentagens: 10% a 12% para banco de terras; 20% a 26% para política habitacional, sendo destinado dessa porcentagem 11% a 15% para aluguel social; 2% a 3% para ações do Programa de Atendimento Econômico e Social das famílias afetadas pela operação urbana consorciada; 3% a 7% para obras de decisão local, a ser definida pelo grupo gestor da operação. Ainda, é prevista uma porcentagem mínima estabelecida em cada um dos programas contemplados na operação para redistribuição de recursos e arrecadação necessários para a execução de obras prioritárias definidas por programa. A viabilização de recursos para esses dois últimos ocorrerá após a arrecadação de recursos para destinação compulsória (BELO HORIZONTE, 2015c).

Além disso, os participantes dos grupos de trabalho também demonstraram incertezas quanto aos impactos dos parâmetros urbanísticos em relação à qualidade dos espaços públicos, sobretudo relacionado com as tipologias quadra praça²⁸, alegando que tais parâmetros não favoreceriam melhorias significativas na relação entre espaço construído e áreas livres a partir da operação (BELO HORIZONTE, 2015f).

Ademais, nas discussões ocorridas foi dada muita ênfase a composição dos grupos gestores gerais e locais. Grande parte das discussões foi focada na necessidade de se incorporar a participação efetiva da sociedade no processo de decisão. Foram sugeridas como medidas a redução do número de cadeiras dos representantes do poder executivo comparado à sociedade civil, essa última representada pelas associações de bairro, comerciantes, moradores, usuários permanentes e investidores imobiliários. Entretanto, o corpo técnico da Secretaria de

²⁸ De acordo com o Plano Urbanístico da OUC ACLO, o modelo de ocupação estabelecido como Quadra Praça é determinado adjacente aos principais corredores viários e apresenta como parâmetros urbanísticos a maior capacidade para adensamento construtivo com alto coeficiente de aproveitamento. Não obstante, com o intuito de se criar ambiências que favoreçam fruição pública são especificados ainda como parâmetros urbanísticos baixa taxa de ocupação com potencial para verticalização associado ao uso não residencial no térreo. Tais estratégias visam favorecer a circulação de pedestres e estimular o potencial dessas áreas para lazer e criação de centros de comércio e serviços (BELO HORIZONTE, 2015c).

Planejamento Urbano alegou nas reuniões a necessidade de coordenação da operação pelo poder público, conforme determinações do Estatuto da Cidade (BELO HORIZONTE, 2015g).

Sobre os grupos gestores locais, houve muita discussão em relação aos critérios de sua composição e de eleição dos representantes. Muitos discordaram quanto à possibilidade de participação de entidades técnicas nos grupos locais sob o risco de cooptação nas decisões conforme interesses particulares das entidades. Além disso, foi solicitado pelos participantes do grupo de trabalho que os candidatos à gestão façam parte de associações de bairro e da necessidade de assessoria técnica aos projetos da operação ser realizada por profissionais arquitetos e urbanistas, eleitos pelo grupo de gestão local (BELO HORIZONTE, 2015g).

Assim, a partir das discussões ocorridas nos grupos de trabalho, foi definido no Plano Urbanístico da OUC ACLO que o grupo gestor local será composto por:

4 (quatro) representantes de associações de moradores de bairros abrangidos pelo plano de gestão, sendo uma delas a associação representada no grupo gestor geral, garantido no mínimo uma associação para cada Território de Gestão Compartilhada inseridos plano de gestão. Deve-se atentar à representatividade por programa/bairro;

1 (um) representante de movimento social de atuação local (Exemplo: Vicariatos, ONGs com projetos sociais);

1 (um) representante de proprietários de terrenos vagos ou renováveis, com área superior a 1.250 m² que não configurem como especuladores imobiliários;

1 (um) representante de entidades ou associações comerciais, com preferência para associações locais;

1 (um) representante de investidores imobiliários do Município, envolvendo construtoras, empresas de títulos e entidades representativas do mercado;

1 (um) representante do órgão gestor da OUC ACLO que presidirá o grupo, sem direito a voto ordinário, mas detentor do voto de qualidade (BELO HORIZONTE, 2015c, p.97).

Ademais, Costa (2015, informação verbal) coloca que nota mudanças significativas a respeito do processo participativo da operação, mas que ainda é necessário avançar muito em relação às discussões públicas sobre políticas públicas:

Eu acho que a gente tem que avançar muito. [...] nessa questão de discussões públicas de políticas públicas. Eu acho que a prefeitura de fato ela tem que fazer isso de forma mais intensa e aí eu vejo talvez duas coisas. Em primeiro lugar uma ansiedade da população de querer participar. Então assim, isso leva as pessoas a chegar a uma discussão, por exemplo,

sobre Operação Urbana e falar “Olha, tem um buraco na minha rua.”. Quer dizer, claro que é legítimo reclamar que tem um buraco na rua. Quer dizer, tem que reclamar de fato com a gente, com a prefeitura. Mas assim, é uma ansiedade tão grande que naquele momento não vai surtir efeito o falar [...] (COSTA, 2015. Informação verbal).

Costa (2015, informação verbal) destaca que muitas vezes é difícil manter o diálogo sobre a operação sem o linguajar técnico, o que de certa forma dificulta o entendimento da sociedade civil no processo e a necessidade também de capacitação da população para maior envolvimento nas propostas e participação mais efetiva:

Não sei se eu diria capacitação [...]. Quer dizer, de nossa parte, a gente conseguir descer um pouco mais dessa linguagem técnica, [...], eu acho que a gente tem um jargão, um vício muito forte de falar em termos. Falar em coeficiente de aproveitamento, falar coisas que para nós arquitetos são muito claras, mas que quando a gente está conversando com a população... E estou falando desses termos em função da Operação Urbana. E da população também procurar, quer dizer, procurar se capacitar, melhorar ou tentar, de certa forma, se organizar melhor no caso de uma associação, por exemplo. [...]. Então eu acho que é a capacitação do poder público e da população para que seja mais efetiva essa participação (COSTA, 2015. Informação verbal).

Assim, a partir dos debates públicos realizados nas reuniões do grupo de trabalho da OUC ACLO é possível inferir que há um esforço por parte do corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH em divulgar as informações sobre a operação e em construir coletivamente a proposta urbanística da OUC. Contudo, conforme colocações de Costa (2015, Informação verbal), ainda são necessários avanços no processo participativo no que tange o diálogo estabelecido entre técnicos e a sociedade civil interessada em participar do processo e em relação à capacitação dos participantes sobre as propostas da operação.

Além disso, é importante mencionar que o que se presencia nessas reuniões é uma participação expressiva das associações de bairro e entidades técnicas, todavia não é possível garantir que tais visões compartilham interesses comuns com os demais moradores dos bairros que serão afetados pela operação. De tal modo, ainda não há uma aproximação significativa do corpo técnico e a divulgação massiva das propostas na escala local, o que pode ser visto como uma situação conflituosa tendo em vista os interesses diversos dos moradores das áreas que serão foco de intervenção pela operação e a magnitude da proposta.

2.2 As audiências públicas sobre a Operação Urbana Consorciada Nova BH e sua alteração para Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste

Além das conferências, as audiências públicas também constituem mecanismos de participação determinados na Constituição Federal de 1988 e regulados pelas leis municipais que visam à comunicação e debate com a sociedade civil sobre as políticas públicas e legislações em vigor. Além da IV Conferência de Política Urbana, foram realizadas também audiências públicas em Belo Horizonte com o intuito de informar a sociedade civil sobre a proposta da OUC Nova BH e, posteriormente, foram realizadas audiências sobre a OUC ACLO e apresentados os resultados da IV Conferência Municipal realizada.

A audiência pública a respeito da OUC Nova BH²⁹ foi realizada no dia 06/12/2013 e teve como objetivo informar a população sobre a proposta da operação urbana, debater sobre o EIV da operação, além de discutir questões relacionadas com o Plano Diretor e com a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo. Ressalta-se que a abertura à participação popular na audiência foi limitada aos três minutos de discurso, explicitado na ata, o que dificulta manifestações tendo em vista a complexidade e abrangência da operação (AUDIÊNCIA PÚBLICA NOVA BH, 2013).

Foram relevantes durante a audiência manifestações e questionamentos por parte do setor popular e, inclusive, de conselheiros do COMPUR, diante da ausência de participação popular na elaboração da proposta, da superficialidade do conteúdo apresentado e da falta de informações referentes à elaboração do EIV (AUDIÊNCIA PÚBLICA NOVA BH, 2013).

É importante destacar que apesar da elaboração do estudo de impacto de vizinhança ser mencionada nas cartilhas³⁰ disponíveis pela PBH (2013), não foram

²⁹ As informações referentes à audiência pública da OUC Nova BH foram obtidas a partir da Ata do dia 06/12/2013, divulgada no Diário Oficial do Município.

³⁰ BELO HORIZONTE, Prefeitura de. Cartilha Nova BH, 2013a. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=cartilhanovabh.pdf>> Acesso em: 22 out. 2014.

divulgadas informações a respeito das exigências apresentadas pelo EIV, bem como, especificado de que forma as recomendações serão contempladas na proposta de projeto. Segundo notícia divulgada pelo Estado de Minas em janeiro de 2014, não houve acordo por parte do Ministério Público sobre o parecer do estudo de impacto de vizinhança do projeto aprovado por votação, sendo salientada também a necessidade de apresentação e discussão da proposta com a sociedade civil em audiência pública (VALE; OLIVEIRA, 2014).

Ainda, na ata da audiência verifica-se solicitações dos participantes de esclarecimentos quanto à necessidade de remoções para realização da operação, sobre a possibilidade de gentrificação da área beneficiada pelo processo de renovação urbana e em relação à aplicação dos recursos que seriam obtidos com a venda dos CEPACs (AUDIÊNCIA PÚBLICA NOVA BH, 2013).

As manifestações refletem o desconhecimento da proposta da OUC e interesses, por vezes, divergentes. Neste contexto, é importante mencionar que configuram como agentes que permeiam esse jogo de forças e que revelam, por muitas vezes, interesses antagônicos: o poder executivo municipal, que atua como executor dos processos; a câmara de vereadores, que formula e aprova as leis que regem a operação; membros do COMPUR e o Ministério Público, que operam no trâmite de análise de legalidade; empreiteiras de obras públicas; setores imobiliários e de transportes; proprietários de terrenos situados dentro dos perímetros de intervenção; representantes jurídicos e os cidadãos em geral.

Já nas audiências públicas realizadas após a IV Conferência de Política Urbana, verifica-se maior preparo do corpo técnico no esclarecimento dos questionamentos levantados, bem como, na incorporação da participação e de proposições do setor popular, empresarial e da comunidade acadêmica na proposta da operação.

Sobre a audiência realizada no dia 16/04/2015, que contempla o setor Centro-Lagoinha, foram apresentadas as propostas direcionadas para o bairro e as alterações do projeto a partir das reivindicações dos moradores. Ainda assim, foram

feitos questionamentos por parte dos moradores dos Bairros Lagoinha e Bonfim sobre a falta de clareza quanto às propostas de intervenção e os impactos que seriam ocasionados na área objeto de operação (AUDIÊNCIA PÚBLICA CENTRO-LAGOINHA, 2015).

A partir da análise dos arranjos participativos em Belo Horizonte, verifica-se, portanto, uma tendência de enfraquecimento da participação institucionalizada tendo em vista as dificuldades para tornar o processo de decisão realmente democrático. Neste sentido, o que prevalece é o consenso, não abrindo muita possibilidade para o diálogo ou para outras possibilidades de atuações sobre o espaço urbano.

Ainda que haja esforço no momento atual por parte do poder público para incluir a participação popular nas políticas urbanas, de fato, as limitações da representação no formato institucional associado à burocracia na condução dos processos participativos, conforme já colocado por Santos e Avritzer (2002), dificultam o reconhecimento da esfera pública como espaço destinado ao debate e proposição de questões de interesse comum à sociedade.

3 O BAIRRO LAGOINHA

Situado na região noroeste de Belo Horizonte, o Bairro Lagoinha se desenvolveu nas margens do Ribeirão Arrudas e do córrego do Pastinho e era um local frequentemente afetado pelas enchentes, sendo reconhecido por sua característica pantanosa. O bairro apresenta limites difusos, estando compreendido entre os Bairros Centro, Bonfim, Colégio Batista, Carlos Prates, Santo André, São Cristóvão e Concórdia (Figura 2).

Figura 2 - Limites Oficiais do Bairro Lagoinha e bairros vizinhos



Limite oficial do Bairro Lagoinha

Fonte: Acervo pessoal Brenda Melo Bernardes - base Google Earth/Maplink, 2011.

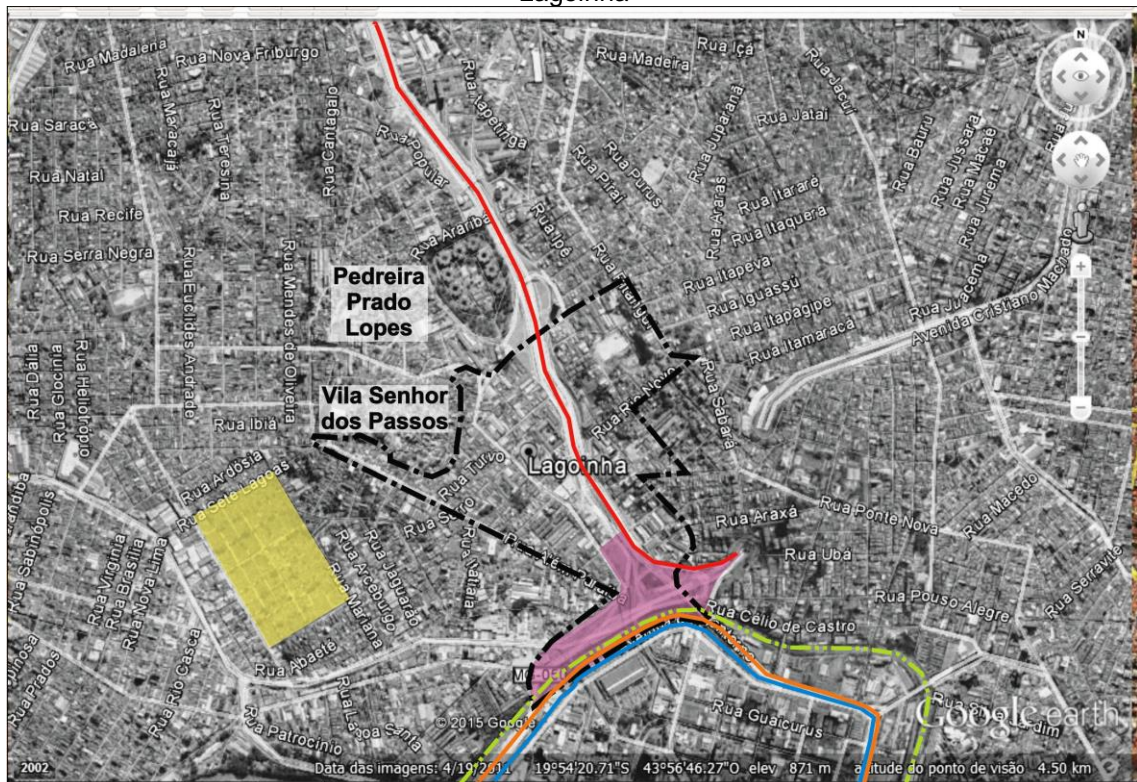
Pelo fato da Lagoinha constituir uma importante ligação entre o Centro e o Vetor Norte de Belo Horizonte, a região tem passado por constantes intervenções públicas com o intuito de melhorar a capacidade viária no âmbito metropolitano. Tais intervenções têm como protagonista o automóvel e, negativamente, têm influenciado na anulação dos espaços de lazer da região.








Somado a isso, verifica-se que, apesar do reconhecimento do valor histórico-cultural da Lagoinha - um dos bairros mais antigos de Belo Horizonte,

grande parte das edificações encontram-se em um progressivo estado de degradação, ainda que haja interesse de conservação com o tombamento de parte das edificações pela Secretaria Municipal de Cultura.

Apesar da proximidade do bairro em relação à região central, a existência de barreiras físicas (Figura 3) como a Avenida do Contorno, a linha férrea, o Ribeirão Arrudas, a Avenida Presidente Antônio Carlos e o Complexo Viário da Lagoinha, bem como, a proximidade do bairro em relação a lugares estigmatizados como o Cemitério do Bonfim, a Pedreira Prado Lopes e a Vila Senhor dos Passos, conferem uma posição de isolamento da região no que concernem benfeitorias realizadas pelo poder público e contribuí para a definição de características singulares ao bairro (FREIRE, 2009).

Figura 3 - Barreiras físicas no Bairro Lagoinha



-  Limite oficial do Bairro Lagoinha
-  Avenida do Contorno
-  Avenida Presidente Antônio Carlos
-  Cemitério do Bonfim
-  Complexo Viário da Lagoinha
-  Linha férrea
-  Ribeirão Arrudas

Fonte: Acervo pessoal Brenda Melo Bernardes - base Google Earth/Maplink, 2011.

Assim, diante da estagnação do bairro no momento atual e da possibilidade de renovação urbana da região a partir da OUC ACLO, torna-se

fundamental apresentar um breve histórico³¹ para compreensão das transformações que têm sido presenciadas na Lagoinha nas últimas décadas e de suas memórias, bem como, da análise do cotidiano, do imaginário construído sobre o bairro e dos conflitos urbanos existentes na região, na tentativa de elucidar práticas cotidianas, características singulares da região e valores simbólicos que, muitas vezes são ocultos diante da predominância de visões hegemônicas.

3.1 Breve histórico sobre o Bairro Lagoinha

Conforme o plano definido por Aarão Reis, Belo Horizonte foi constituída a partir da delimitação de três zonas: a urbana, a suburbana e a rural. Para a zona urbana, compreendida dentro dos limites da Avenida do Contorno (antiga Avenida 17 de Dezembro), foi definido um traçado regular e previsto infraestrutura e serviços urbanos para abrigar os funcionários públicos e o setor administrativo (FREIRE, 2009).

A zona suburbana (hoje denominada de área Pericentral) ocupava uma área de transição entre a zona urbana e a zona rural. Apesar da intenção de crescimento no sentido centro-periferia, expressa a partir do plano de Aarão Reis, inicialmente a área central apresentou uma ocupação rarefeita quando comparado à zona suburbana (VILLAÇA, 2001). O crescimento mais acelerado da zona suburbana associava-se, nesse sentido, aos preços mais acessíveis dos lotes e a legislação mais branda. Moraes e Goulart (2002, p.54) colocam que no que tange o planejamento urbano “[...] as áreas suburbanas eram praticamente desconsideradas, não incidindo, a princípio, nenhum controle rígido de uso e ocupação do solo”.

De acordo com Aguiar (2006), de início, a zona suburbana seria destinada a ocupação por meio de chácaras pelas classes média e alta, contudo, foi expressiva a ocupação dessa área pela população de baixo poder aquisitivo, a partir da formação de vilas. Tal característica de ocupação estava vinculada à

³¹ A pesquisa sobre o histórico do Bairro Lagoinha teve início com o desenvolvimento da monografia: BERNARDES, Brenda Melo. Os Complexos Viários e o Meio Urbano: Cenários da Lagoinha. (2011. 130f.). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Belo Horizonte, 2011. O histórico será aprofundado no presente trabalho a partir de entrevistas que serão realizadas com os moradores do bairro e da análise dos decretos e de reportagens publicadas sobre o bairro.

especulação imobiliária da área pela Comissão Construtora, ao propor a ocupação de um mesmo lote com várias casas de aluguel barato, o que resultou em uma prática lucrativa. Situado na antiga zona suburbana, o Bairro Lagoinha presenciou esse tipo de ocupação nas Ruas do Bonfim e do Ramal. Já a área rural deveria ser ocupada por colônias agrícolas, com o intuito de contribuir para o abastecimento alimentício da cidade (AGUIAR, 2006).

O local onde surgiu o Bairro Lagoinha foi incorporado a IV Zona Suburbana pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), por meio da Planta Cadastral confeccionada em 1985 (Figura 4). O bairro teve origem com a incorporação das Colônias Agrícolas Américo Werneck e Carlos Prates, entre as décadas de 1910 e 1920 (AGUIAR, 2006), e configurava um dos mais populosos da cidade.

Figura 4 - O Bairro Lagoinha em destaque na Planta Cadastral



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1928.

Inicialmente, o Bairro Lagoinha foi ocupado por imigrantes (árabes, sírios, libaneses, italianos, judeus e portugueses) que vieram para Belo Horizonte em

busca de trabalho. Essa diversidade social favoreceu o surgimento e a diversidade dos estabelecimentos comerciais na região (SILVEIRA, 2005).

É importante ressaltar que desde o início da sua ocupação o bairro já desempenhava o papel no abastecimento alimentício da cidade, tendo em vista sua localização adjacente à área central. A construção do Mercado Municipal de Belo Horizonte na Praça Rio Branco, que era denominada de Praça 14 de Fevereiro, reforçou sua característica como subcentro (AGUIAR, 2006).

Ainda, a existência da Rua Itapecerica e a abertura da Avenida Antônio Carlos a partir da década de 1940, contribuíram para a definição do principal acesso de Belo Horizonte aos bairros e municípios situados a Norte, o que enfatizava a característica do bairro como corredor de passagem. Segundo Silveira (2005), até a década de 1940 a Rua Itapecerica configurava o principal acesso para bairros e municípios vizinhos como Venda Nova, Lagoa Santa, Vespasiano e Santa Luiza. Sua importância viária era reforçada por abrigar uma das principais linhas de bondes da região.

Culturalmente, o Bairro Lagoinha era reconhecido como reduto da boemia em Belo Horizonte. Um dos principais locais de encontro dos moradores e frequentadores da região era a Praça Vaz de Melo (Figura 5), que foi demolida para dar lugar ao Complexo Viário da Lagoinha construído na década de 1980. Sendo reconhecida como a porta de entrada do bairro, no período noturno a Praça Vaz de Melo era apropriada, sobretudo, pelo baixo meretrício. A prostituição abrangia as Ruas Paquequer, Bonfim, Mauá (atual Avenida Nossa Senhora de Fátima) e Marzagão, sendo favorecida pela adjacência do bairro em relação à linha férrea (SILVEIRA, 2005).

Figura 5 - Praça Vaz de Melo em 1930, demolida para dar lugar ao complexo viário



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1928.

Outros locais que eram destinados ao lazer no bairro, de acordo com Silveira (2005), eram os cinemas, situados, principalmente, ao longo da Avenida Antônio Carlos, os clubes, onde ocorriam os bailes frequentados pelas “moças de família”, e a Feira de Amostras, que abrigava o Cine Paissandu.

O bairro também era muito reconhecido por concentrar um número expressivo de times de futebol amador, o que favoreceu o surgimento da Rádio Itatiaia para narrativa de jogos, situada na rua de mesmo nome, no Bairro Bonfim. Ainda, constituíam práticas cotidianas no bairro a realização de cultos e festas religiosas na Matriz Nossa Senhora da Conceição e festas carnavalescas, com destaque para os blocos de carnaval o Leão da Lagoinha, o Bloco da Botina e a Escola de Samba Pedreira Unida (SILVEIRA, 2005). Sobre as práticas cotidianas que definiam características singulares ao bairro, Lemos (1996, p.148) coloca que:

As virtudes rurais e interioranas permaneceram também através do forte caráter religioso do bairro. Como inscrição significativa da ordem o simbólico, o rito cotidiano religioso manifestava-se através dos cerimoniais e festas. As procissões, festas da Santa Padroeira, celebrações de casamentos e missas, além dos cultos de origem africana, compunham as modulações do sagrado. Juntamente com estas vivências, os ritos fúnebres, mesmo não incorporados ao *modus vivendi* local, integram o quadro de lembranças da comunidade.

É importante destacar que a implantação do Complexo Viário da Lagoinha marcou o início do processo de descaracterização da região com a perda de importantes referências simbólicas e extinção de locais que abrigavam práticas de lazer, como exemplo a demolição da Praça Vaz de Melo. Assim, a intensificação de

fluxos na região associada a constante ampliação do sistema viário nas últimas décadas, bem como, a conformação de áreas residuais próximo ao Complexo Viário da Lagoinha, têm resultado em transformações significativas no bairro do ponto de vista histórico, econômico e cultural.

Sobre as intervenções viárias realizadas no bairro pode-se dizer que o prolongamento da Avenida Antônio Carlos até a região da Pampulha na década de 1940 impulsionou a consolidação do eixo Norte como um dos principais eixos de expansão da Região Metropolitana de Belo Horizonte³². A partir desse período o Bairro Lagoinha passou a ser reconhecido como corredor de passagem e inúmeras outras obras viárias têm sido conduzidas pelo poder público, diante da constante necessidade de adaptação da região para atender a demandas no âmbito metropolitano.

Verifica-se como principais obras viárias realizadas no bairro a partir da década de 1940, a implantação do Túnel Lagoinha-Concórdia que teve início em 1948, sendo finalizada em 1971; a construção do Terminal Rodoviário na década de 1970; o início de implantação do Complexo Viário da Lagoinha na década de 1980 e do trem metropolitano em 1986 (FREIRE, 2009). Vale destacar que essas intervenções urbanas influenciaram na desvalorização econômica da região e resultaram em inúmeras desapropriações. Moraes e Goulart (2002, p.55) colocam que:

Todas estas intervenções, que podem ser caracterizadas como cirurgias profundas na estrutura física do bairro em sua interface com a área central – canalização de córregos, abertura de avenidas, construção de túneis e viadutos, desapropriação e demolição de quadras, com a consequente degradação das áreas adjacentes – são exemplares da opção do poder público em privilegiar os interesses da metrópole em expansão, sem buscar mitigar os impactos sociais e econômicos locais.

Ainda, podemos citar como intervenções realizadas no bairro, respectivamente na última década, as obras de duplicação das Avenidas Antônio Carlos e Pedro II, a implantação das novas alças do Complexo Viário da Lagoinha e, recentemente, a implantação do BRT na Avenida Antônio Carlos. Nesse contexto,

³² Diante da consolidação do modelo radioconcêntrico de expansão de Belo Horizonte, vias radiais como a Avenida Antônio Carlos à Norte e a Avenida Amazonas à Oeste desempenham um papel importante na articulação Centro-Periferia, intensificando o processo de conurbação dos municípios vizinhos com o núcleo metropolitano (TONNUCI FILHO, 2012).

devemos enfatizar que as obras realizadas no bairro tinham como prioridade melhorar o fluxo de veículos na região em detrimento à melhoria de acesso dos pedestres, que tem sido cada vez mais dificultado diante das barreiras físicas conformadas pelas principais articulações viárias da região. A única intervenção voltada para a acessibilidade de pedestres foi a implantação da passarela que interliga o bairro à Rodoviária.

Sobre as propostas direcionadas para o bairro merece destaque o Projeto Lagoinha³³, que surgiu no ano do centenário de Belo Horizonte e que foi parcialmente implementado entre os anos de 1995 e 1997, com o intuito de recuperar a história do bairro por meio de um projeto de reabilitação urbana (MORAES; GOULART, 2002).

O projeto surgiu em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte e procurava articular os estudos³⁴ desenvolvidos sobre a região com o processo de gestão democrática por meio da Frente BH Popular – modelo de gestão pública implementado no mandato do Prefeito Patrus Ananias (REVISTA DE ARQUITETURA AP, 1995).

Contudo, apesar da intenção de recuperação do valor histórico-cultural do bairro, a dificuldade de articulação entre os interesses de conservação e manutenção do patrimônio histórico com a necessidade de renovação urbana da área, associado aos entraves de implementação da proposta devido às questões político-administrativas, fizeram com que o projeto fosse implementado parcialmente³⁵, sendo interrompido com a mudança de gestão (MORAES; GOULART, 2002).

Assim, a partir do breve histórico do Bairro Lagoinha verifica-se que, apesar do seu valor histórico-cultural e das práticas cotidianas que contribuíram para

³³ Para mais informações sobre o Projeto Lagoinha, consultar: Revista de Arquitetura AP (1995); Lemos (1996); Machado (1997); Moraes e Goulart (2002).

³⁴ De acordo com a publicação da Revista de Arquitetura AP (1995, p.79), o Projeto Lagoinha foi desenvolvido a partir de três linhas de Pesquisa: “[...] o Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural de Belo Horizonte (IPUCBH), realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, a Pesquisa das Atividades Econômicas da Lagoinha, realizada pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e a pesquisa “Cenários da Lagoinha”, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Planejamento.”

³⁵ A revitalização do Mercado Popular da Lagoinha, situado na Avenida Presidente Antônio Carlos foi uma das propostas implementadas com o Projeto Lagoinha (FREIRE, 2009).

a definição de características singulares ao bairro, bem como da tentativa de resgate da história e de requalificação do bairro com o Projeto Lagoinha, a partir da década de 1980 a região passa por constantes transformações urbanas que influenciaram negativamente no processo de decadência do bairro, levando a perda de referências simbólicas, desvalorização econômica, descaracterização de edificações históricas e decréscimo populacional em função das inúmeras desapropriações realizadas (Figura 6).

Figura 6 - Mutilações na Lagoinha. 1973/1994/1999/2008



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Lagoinha em estudo: análise diagnóstico-propositiva do Bairro Lagoinha em Belo Horizonte, 2011.

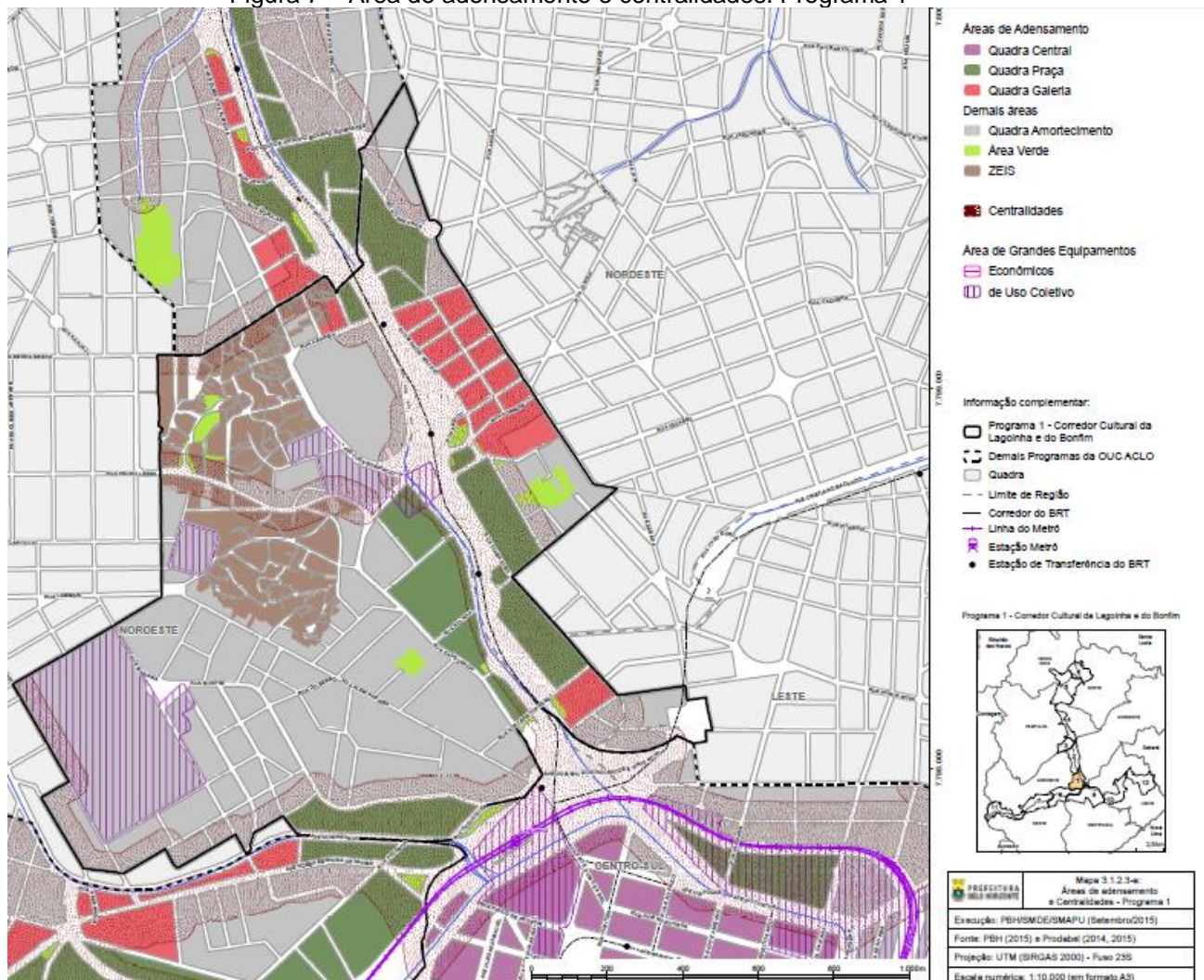
3.2 Diretrizes preconizadas para o Bairro Lagoinha a partir da OUC ACLO

Um dos principais objetivos definidos a partir do Plano Urbanístico da OUC ACLO consiste na otimização da infraestrutura existente em corredores viários considerados prioritários (Via Expressa, Avenida do Contorno, Avenida dos Andradas e Avenida Tereza Cristina), em vias prioritárias para o transporte coletivo

(Pedro I e Antônio Carlos) e no entorno das estações de metrô, abrangendo uma área total de 30,4km² (BELO HORIZONTE, 2015c).

Para otimização da infraestrutura existente está sendo previsto com a operação a alteração dos parâmetros urbanísticos dentro do perímetro da OUC ACLO, combinando áreas potenciais para adensamento (Figura 7) e áreas de amortecimento. Nas áreas potenciais para adensamento será possível utilizar parâmetros urbanísticos mais permissivos com o intuito de potencializar a renovação urbana; já nas áreas de amortecimento, são definidos parâmetros mais restritivos para renovação urbana por situar-se entre as áreas de adensamento e interior de bairros (BELO HORIZONTE, 2015c).

Figura 7 – Área de adensamento e centralidades. Programa 1

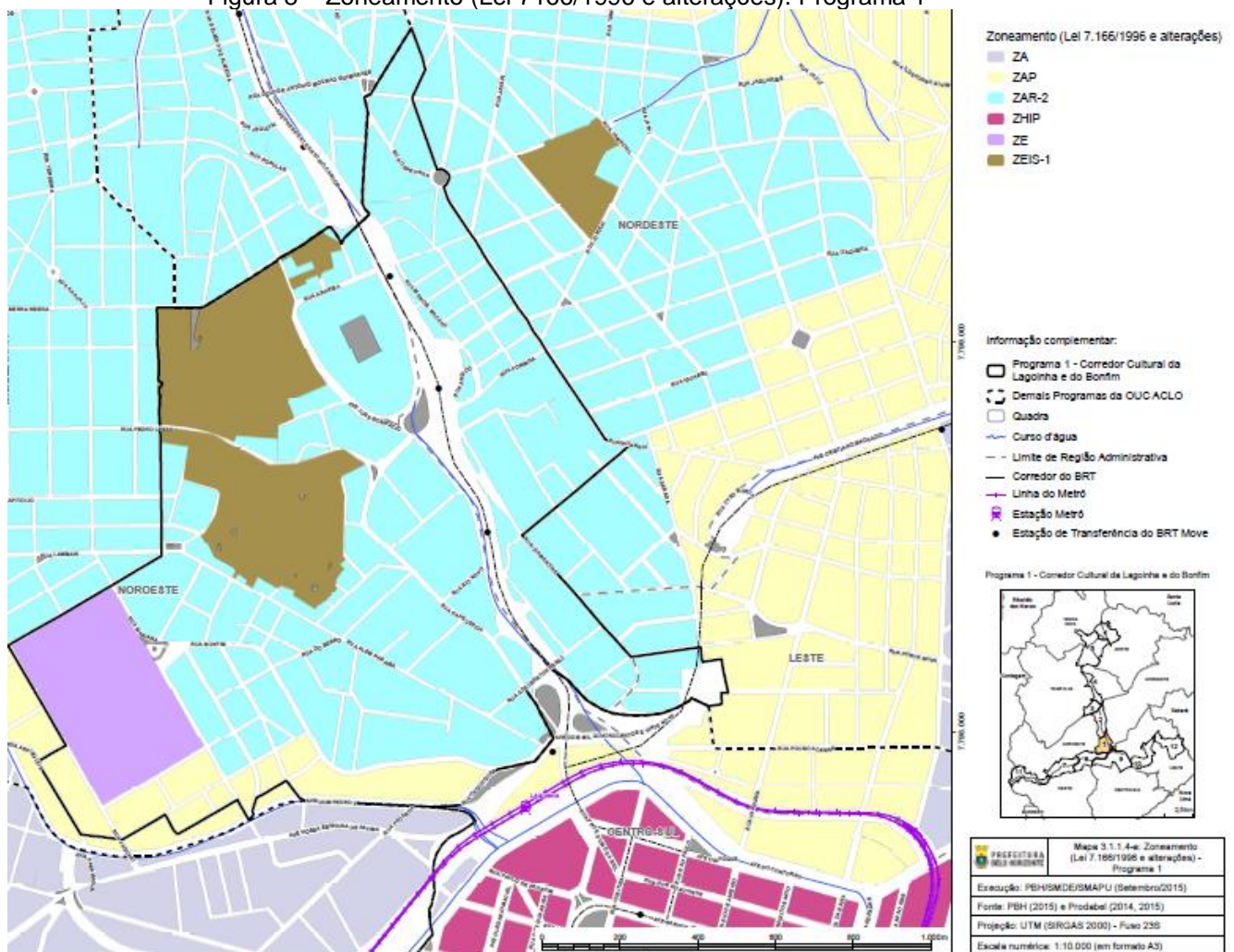


Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. Caderno de mapas, 2015.

A partir da Lei Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte (Lei N°7.166/1996) vigente até o momento e de suas posteriores alterações, o Bairro

Lagoinha encontra-se inserido em uma Zona de Adensamento Restrito (ZAR 2) que estabelece parâmetros urbanísticos (Figura 8) mais restritivos por deficiência em infraestrutura, saturação do sistema viário ou condições topográficas inadequadas para adensamento. Desta forma, no Bairro Lagoinha nota-se pouco incentivo ao adensamento, o que tem favorecido a estagnação da área no que tange melhorias urbanas. Ainda, a Vila Senhor dos Passos e a Pedreira Prado Lopes, áreas adjacentes ao bairro, são demarcadas como Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS 1) em função do interesse do poder público de implantação de habitações de interesse social e de regularização fundiária, urbanística e jurídica dessas áreas.

Figura 8 – Zoneamento (Lei 7166/1996 e alterações). Programa 1



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. Caderno de mapas, 2015.

Com a proposta da OUC ACLO e o Projeto de Lei do Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei nº 1.749/2015) fica estabelecido nas áreas que serão afetadas pela operação o Coeficiente de Aproveitamento Básico (Cab) limitado a 1. Contudo, tal parâmetro urbanístico poderá sofrer alterações diante da possibilidade de

utilização dos instrumentos de Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODC) e da venda de CEPACs, conforme explicitado no Diagnóstico do Bairro Lagoinha desenvolvido pela PBH (2013):

A ODC permite que o direito de construir possa ser exercido acima do CAb adotado, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário (conforme Art. 74-J da Lei 7.165/1996). Já os CEPAC poderão ser emitidos pelo Município em quantidade determinada, sendo alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação. Ainda que seu negócio seja livre, apenas poderão ser convertidos em direito de construir unicamente nas áreas objetos das operações (segundo o Art. 34 da Lei 10.257/2001). Importante destacar que os potenciais adicionais de construção serão conhecidos mediante Estudo de Estoque de Potencial Construtivo Adicional (Art. 74-K da Lei 7.165/1996) [...] (BELO HORIZONTE, 2013g, p.14).

Tendo em vista que o Bairro Lagoinha é acessado pelas Avenidas Pedro II e Presidente Antônio Carlos, consideradas prioritárias para transporte coletivo, estão sendo previstas como áreas potenciais para adensamento as quadras adjacentes a esses corredores viários. As áreas de amortecimento estão sendo contempladas no interior dos Bairros Lagoinha e Bonfim e são consideradas como de ocupação moderada, a partir das categorias de estruturação urbana proveniente da IV Conferência Municipal de Política Urbana e das diretrizes do Projeto de Lei do Plano Diretor de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2015h).

Assim, na porção Oeste, o Bairro Lagoinha passa a ser demarcado como área de Ocupação Moderada 2 (OM2), na qual prevê um maior controle do adensamento para possibilitar a conservação da paisagem ou em função da baixa capacidade de suporte da infraestrutura existente na região para adensamento. Já na porção Leste, que tem como limite a Antônio Carlos, o bairro passa a ser demarcado como área de Ocupação Moderada 3 (OM3), que prevê o controle de adensamento devido à saturação da capacidade de suporte ou por configurarem áreas já consolidadas (BELO HORIZONTE, 2015c).

Sobre os parâmetros urbanísticos de adensamento estabelecidos pela possibilidade de utilização da outorga onerosa, a partir do Plano Urbanístico (2015) da OUC ACLO, divulgado pela PBH, fica especificado na porção Oeste do Bairro Lagoinha e no Bairro Bonfim (Figura 9) o coeficiente de aproveitamento³⁶ máximo

³⁶ Inserido na Zona de Adensamento Restrito 2 (ZAR 2), anteriormente eram definidos como parâmetros urbanísticos para o Bairro Lagoinha o coeficiente de aproveitamento básico 1 e o coeficiente de aproveitamento máximo de 1,3 (BELO HORIZONTE, 1996b).

(CAmax) de 1 a 1,95 e, nas quadras adjacentes as Avenidas Antônio Carlos e Pedro II, o CAmax de 4 - para o modelo de Quadra Galeria³⁷ e o CAmax de 5 - para o modelo de Quadra Praça (BELO HORIZONTE, 2015c).

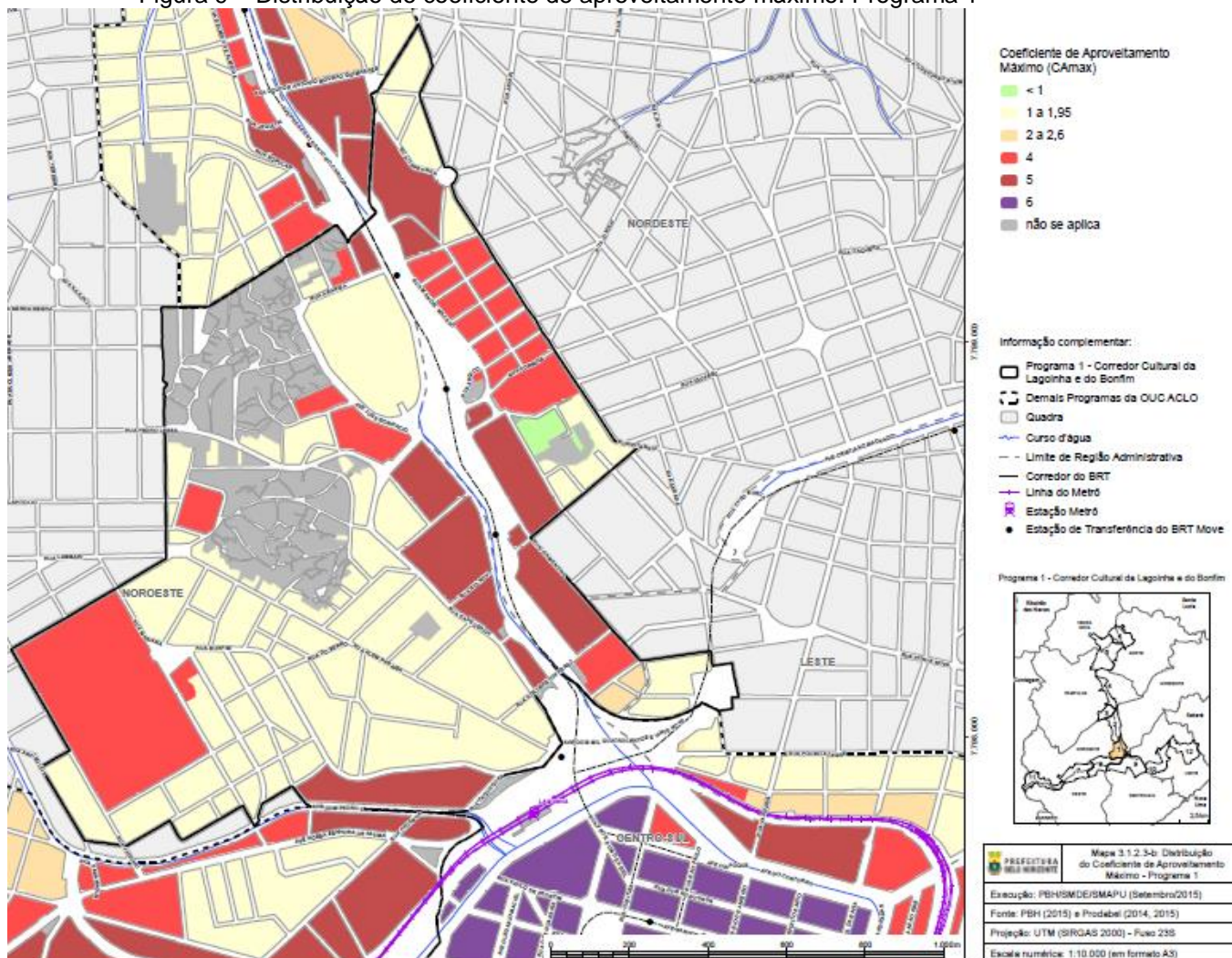
Contudo, o maior adensamento poderá resultar na necessidade de implantação de equipamentos públicos e de habitações de interesse social e acarretar a necessidade de desapropriações na área:

O Plano Diretor, o plano urbanístico ele prevê uma proporção de equipamentos mínimos em relação ao adensamento. Como destinação compulsória. [...]. E o grupo gestor pode destinar mais e prevê o banco de terras. Então onde não há área, tem recurso para comprar terreno. Ou para, no caso, desapropriar. [...]. Então voltando para a desapropriação, pode acontecer também para equipamento público. Mas isso não está delimitado onde isso não está localizado. Pode acontecer para equipamento público e para habitação de interesse social. [...]. Que é o banco de terra e ele pode adquirir terrenos para esse fim. Então, nesse sentido, ele poderia ser desapropriado, apesar de que é mais provável nesse caso, terreno vago do que edificação (MELO, 2015. Informação verbal).

Agora a gente vai justamente buscar essas áreas que impliquem em impacto menor. Quer dizer, são áreas em princípio não residenciais, lotes vagos, áreas subutilizadas, são essas áreas que vão ser identificadas nos planos de gestão para implantar os equipamentos (COSTA, 2015. Informação verbal).

³⁷ Sobre o modelo de Quadra Galeria proposto na OUC ACLO, deverá contemplar área de fruição pública, ou seja, vias internas às quadras de acesso para pedestres objetivando favorecer a mobilidade nas áreas adjacentes aos principais corredores de transporte e às vias que constituem acessos principais aos bairros. Serão exigidas também atividades de uso não residencial no térreo buscando fortalecer as centralidades existentes (BELO HORIZONTE, 2015c).

Figura 9 – Distribuição do coeficiente de aproveitamento máximo. Programa 1



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. Caderno de mapas, 2015.

Ademais, é importante mencionar que apesar de existir possibilidade de desapropriações no Bairro Lagoinha com a operação, o corpo técnico da Secretaria de Planejamento da PBH coloca que tais desapropriações serão pontuais para gerar o menor impacto possível e minimizar conflitos com os moradores das áreas que serão afetadas.

3.2.1 O Programa Corredor Cultural da Lagoinha e Bonfim

O Programa denominado Corredor Cultural da Lagoinha e Bonfim, que está sendo contemplado na primeira etapa da operação juntamente com os Programas Diversificação Centro/Barro Preto, Corredor Verde Parque Lagoa do Nado e Parque Lareira, engloba a proposição de intervenções urbanísticas para os

Bairros Lagoinha, Bonfim e adjacências: São Cristóvão, Colégio Batista, Canadá, Vila Senhor dos Passos, Favela Pedreira Prado Lopes (BELO HORIZONTE, 2015c).

O Bairro Lagoinha está sendo contemplado na primeira etapa da operação tendo em vista a importância de conectividade da região com o Vetor Norte a partir da Avenida Antônio Carlos e seu potencial para adensamento diante da existência de áreas vazias e subutilizadas próximo aos principais corredores viários. Ainda, o interesse de investimento nessa área estaria associado à importância de resgate e de valorização do patrimônio material e imaterial da região, que configura uma das mais antigas de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2015c).

Dentre as propostas da OUC ACLO direcionadas para o Bairro Lagoinha destacam-se intervenções voltadas para a recuperação do valor histórico cultural do bairro como a previsão de implantação do Centro Cultural Casa da Loba e do Museu do Cotidiano, que foram sugeridos por moradores e lideranças da região. Pretende-se, desta forma, recuperar o imóvel de valor patrimonial situado na Rua Itapeçerica e inseri-lo no circuito cultural que está sendo proposto no bairro (BELO HORIZONTE, 2015c).

Além dessas propostas, são previstos como projetos prioritários para a região a partir da operação a requalificação de vias principais no bairro buscando melhorar principalmente as condições de acessibilidade para pedestres e a possibilidade de conexão do bairro com o Centro a partir da travessia para pedestres denominada “Esplanada”, que está sendo proposta pelo Programa Diversificação Centro/Barro Preto (BELO HORIZONTE, 2015c).

Desta forma, é importante ressaltar a dificuldade de realização de travessias pelos pedestres atualmente no Bairro Lagoinha devido à priorização de intervenções públicas para transportes motorizados e a existência de barreiras físicas conformadas, sobretudo, pela Avenida Antônio Carlos, linha férrea e Ribeirão Arrudas. A ligação do bairro com o Centro e com a estação de metrô da Lagoinha é desempenhada por uma estreita passarela, que não dispõe de tratamento urbanístico ou iluminação adequada, o que causa insegurança para os moradores e transeuntes.

Está sendo previsto também com esse programa a implantação de equipamentos comunitários como postos de saúde e escolas, que surgirão conforme demandas de adensamento da área e a abertura de vias para pedestres e do

Parque Lagoinha, esse último está sendo proposto em uma área de chácara situada próxima a Casa da Loba (BELO HORIZONTE, 2015c).

Sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis da OUC ACLO para o Bairro Lagoinha, Melo (2015. Informação verbal) ressalta:

Positivo eu acho que tem primeiro a conexão com o Centro. Assim, uma tentativa de reinserir o Centro principalmente focado no pedestre. [...] aí há uma discussão a ser feita do porte, tem uma discussão pouco encarada que é do porte dessa articulação, quanto que ela consome de recurso dentro do todo. E ao mesmo tempo [...] os riscos que isso trás também é de uma especulação imobiliária que possa vir a trazer alguma expulsão da população que mora lá hoje. [...] No caso da Lagoinha eu acho que como tem ADE ela restringe muito a atuação imobiliária, então eu vejo mais como positivo do que como negativo. [...]. Se você olha lá nos mapas de investimento e adensamento [...]. Ela gasta mais do que arrecada. Então eu acho que ela acaba sendo beneficiada (MELO, 2015. Informação verbal).

Assim, apesar da proposta da Esplanada conectando a Lagoinha ao Centro constituir uma importante intervenção para a melhoria de acessibilidade no bairro, deverá haver um estudo quanto ao porte da travessia conforme a disponibilidade de recursos financeiros da operação. É necessário destacar também que, tendo em vista o interesse de renovação urbana do Bairro Lagoinha e adjacências a partir da OUC ACLO, um dos riscos com a proposta apresentada é de que ocorra a gentrificação da área, que poderá resultar na expulsão da população que reside no bairro atualmente:

Enfim, talvez a gente pudesse pensar em um processo de gentrificação pelo uso e não pelo empreendimento imobiliário. Sei lá, uma área *cult*, meio cultural. Acho que esses riscos, entre principalmente idosos, a Lagoinha tem muito idoso e 'tal' [sic]. Porque do ponto de vista de atuação imobiliária eu acho muito difícil pela ADE e pela estrutura fundiária. A Lagoinha [...] tem muito problema de posse, quase todos os imóveis são de posse. Você tem muito pouco de titularidade, registro, tem problema de parcelamento... Então eu imagino um risco de gentrificação mais pelo uso dessa 'coisa' [sic] cultural (MELO, 2015. Informação verbal).

Bom, vendo o histórico de outras operações urbanas do Brasil eu acho que tem um ponto negativo que é bem claro pra gente, assim, mas que está considerado no projeto que é o risco de ter uma gentrificação. Quer dizer, um processo de expulsão das populações mais frágeis, mais pobres e de uma valorização nociva do bairro (COSTA, 2015. Informação verbal).

Desse modo, mesmo que seja emergente a necessidade de realização de investimentos no Bairro Lagoinha para requalificação de seus espaços públicos e de resgate da sua importância histórico-cultural, ao mesmo tempo em que as propostas de intervenções podem ser benéficas ao bairro, podem também ter resultados nocivos no que tange, sobretudo, a possibilidade de gentrificação da área que será afetada pela operação. As consequências podem ser perversas para a população

residente diante das prováveis pressões imobiliárias e do interesse de transformação do bairro em um corredor cultural.

Contudo, o corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH tem recorrido a mecanismos como o aluguel social com o intuito de minimizar esse risco, apesar da proposta ainda não estar amadurecida sobre as políticas de controle de preço de aluguel:

Assim, eu entendo como principal mecanismo é o aluguel social. Está previsto a implantação de unidade de aluguel social em toda a área porque tem uma regra que fala que tem o mínimo por programa. Exatamente para tentar garantir uma distribuição em todo o território. Atendido esse mínimo, o restante de recursos a ser implantado o conselho municipal de habitação que decide onde vai ser [...]. A ideia do aluguel social é que ele controle um pouco, pelo menos que ele sirva como uma referência do valor de aluguel, que é o principal ponto de discussão da população. Além disso, está previsto também o comércio com aluguel social associado para empreendedor de baixa renda, comércios mais locais e menores [...] (MELO, 2015. Informação verbal).

Embora haja o interesse de incorporação na primeira etapa da OUC ACLO dos projetos considerados prioritários para o Bairro Lagoinha, essas intervenções são consideradas compulsórias em um cenário provável da operação. Em um cenário otimista de arrecadação será especificado na lei da OUC ACLO as obras que serão contempladas na primeira etapa (que foram apresentadas no Plano Urbanístico), as obras de segunda etapa e de terceira etapa, sendo um recurso deliberativo decidido pelo grupo gestor geral (MELO, 2015. Informação verbal).

Entretanto, é possível que a operação seja trabalhada em um cenário de escassez de recursos. Nesse caso, a decisão do destino dos recursos passará pelo grupo gestor geral que será responsável por questões estruturantes e poderá ocorrer a redistribuição de verba conforme demandas existentes, na tentativa de viabilizar essas intervenções mínimas (MELO, 2015. Informação verbal).

Assim, a possibilidade de se trabalhar em um cenário de escassez de recursos poderia também, a partir da visão de Melo (2015. Informação verbal), ocasionar interferências na execução de intervenções que são consideradas prioritárias pelo plano urbanístico e que contribuiriam para a requalificação das áreas que serão afetadas pela operação.

No caso do Bairro Lagoinha, podemos considerar que os impactos seriam significativos tendo em vista que o bairro apresenta áreas em processo de degradação, necessitando de intervenções estruturantes imediatas. Além disso, o fato da deliberação das intervenções em um cenário pessimista passar por um grupo

gestor geral, que contempla todos os bairros que serão afetados pela operação, poderá resultar no conflito e disputa por intervenções entre os diversos programas que estão sendo contemplados na OUC ACLO.

3.2.2 Audiência pública Lagoinha/Bonfim

Sobre o processo participativo da OUC ACLO no Bairro Lagoinha, com o intuito de aproximar a discussão à escala local, ocorreu no dia 30 de setembro de 2015 uma audiência pública no Mercado da Lagoinha. Essa audiência foi realizada por solicitação do Movimento Lagoinha Viva³⁸ para conhecimento das propostas pelos moradores dos Bairros Lagoinha e Bonfim (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

As apresentações foram conduzidas pelo arquiteto e urbanista da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU), Tiago Esteves Gonçalves da Costa, que expôs a proposta da OUC ACLO com ênfase nas diretrizes preconizadas para os Bairros Lagoinha e Bonfim e pelo arquiteto e urbanista Carlos Henrique Bicalho, diretor de patrimônio cultural da PBH, que apresentou as propostas relativas às ações de proteção, de tombamento, conservação e restauro a partir da OUC ACLO (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

É importante mencionar que, com exceção das visitas de campo³⁹ que foram realizados por regionais, essa audiência pública representa uma aproximação inicial na divulgação das propostas da OUC ACLO na escala local no Bairro Lagoinha.

³⁸ O Movimento Lagoinha Viva foi fundado em 2013 com o intuito de articular mobilizações em defesa do patrimônio e requalificação do bairro. O movimento tem como presidente a Maria Teresa Vergueiro Silva, mais conhecida como Teresa Vergueiro e tem participado ativamente dos grupos de trabalho sobre a OUC ACLO.

³⁹ Para cada regional inserida dentro do programa da OUC ACLO foi prevista uma visita de campo acompanhada pelo corpo técnico da Secretaria de Planejamento da PBH. Contudo, Melo (2015. Informação verbal) menciona que na Região da Lagoinha (que compreende o Bairro Lagoinha e adjacências) houve a necessidade de articulação de três visitas de campo diante do conflito existente entre as associações dos Bairros Lagoinha e Bonfim. A primeira visita de campo contemplou todas as associações e, posteriormente, houve a necessidade de realização de uma visita acompanhada pela Teresa Vergueiro, liderança do Bairro Lagoinha, e uma visita acompanhada pela Selma Cândido, liderança do Bairro Bonfim.

Sobre a reunião realizada, apesar do interesse do corpo técnico da prefeitura em divulgar as propostas da OUC ACLO para as comunidades dos bairros que serão afetados, a discussão foi acalorada e os moradores participantes da audiência se mostraram muito apreensivos diante da incerteza quanto à necessidade de realização de desapropriações a partir da operação. Relembrou situações de desapropriações no Bairro Lagoinha para ampliação da capacidade viária da região e a ameaça de remoções em massa, manifestada em 2013, a partir do decreto que foi divulgado para a implantação do Centro Administrativo Municipal pela PBH, nos quarteirões compreendidos entre as Ruas Bonfim e Além Paraíba (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

Ainda, os moradores mostraram preocupação sobre o interesse de renovação da região tendo em vista que a ADE não se encontra regulamentada e em relação aos impactos negativos que a OUC ACLO poderia ocasionar diante dos problemas fundiários relativos à posse de terrenos na área (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

Sobre a falta de registro de imóveis, que é uma situação recorrente na Lagoinha, Melo (2015. Informação verbal) afirma que tal condição não interfere nos riscos de desapropriações:

[...] a gente sabe que isso é uma questão que dificulta renovação, que dificulta... Mas enfim, também não há uma expectativa com renovação tão grande desse lado oeste. A gente vai lidar com isso mais para produção do aluguel social, das habitações. [...]. Isso não interfere na desapropriação. [...]. A desapropriação ela pode ser feita com ou sem registro, com título, sem título. Ela é acima do interesse individual. [...]. Agora, o esforço vai ser desapropriar o menos possível na Lagoinha. A operação, como ela tem essa coisa que pode ser perversa em alguns casos, essa coisa do acordo, envolvimento... [...] você acaba tendo por consequência também uma tentativa de minimizar os conflitos. Nesse sentido acho que a gente vai batalhar bem contra as desapropriações. Mas tem hora que é necessário... (MELO, 2015. Informação verbal).

É importante mencionar também a partir dessa audiência a maior abertura para participação concedida pelos técnicos da prefeitura, comprovada por meio dos inúmeros questionamentos dos moradores à proposta, e a possibilidade de extensão do tempo destinado às perguntas sem limitação de fala dos moradores interessados em participar da discussão. Contudo, é notório também o desconhecimento de grande parte dos moradores sobre os últimos documentos que foram divulgados no site da prefeitura: o plano urbanístico e o estudo de impacto de vizinhança (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

Dessa forma, percebe-se que o diálogo de algum modo perde o foco, tendo em vista que questões de maior impacto da operação em relação à regulamentação da ADE, possibilidade de gentrificação da área, da necessidade de realização de desapropriações e sobre parâmetros urbanísticos não puderam ser aprofundados na discussão.

3.2.2.1 A Área de Diretrizes Especiais (ADE) da Região da Lagoinha

Sobre a ADE da Região da Lagoinha, Carlos Henrique Bicalho ressaltou na audiência pública realizada no Mercado da Lagoinha no dia 30 de setembro de 2015 que foi encaminhado para o Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural a proposta do novo perímetro da ADE (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal). A proposta foi discutida na IV Conferência de Política Urbana e servirá de diretrizes para o Projeto de Lei nº1.749/2015, que está tramitando na câmara.

É importante destacar que o novo perímetro apresentado da ADE da Região da Lagoinha incorpora o Bairro Bonfim tendo em vista a importância de se considerar, diante da proposta de renovação urbana a partir da OUC ACLO, uma mancha maior de proteção do Bairro Lagoinha e adjacências (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

Algumas propostas que foram discutidas na IV Conferência de Política Urbana sobre a ADE da Região da Lagoinha que estão sendo incorporadas com o Projeto de Lei nº1749/2015 (BELO HORIZONTE, 2015h) que merecem ser destacadas são: o incentivo às atividades de economia criativa, buscando resgatar vocações culturais no bairro, e à vedação à concessão de novos alvarás de localização e funcionamento para atividades vinculadas à reciclagem e ferro velho, sendo, contudo, garantido o direito de permanência e uso das atividades já existentes. A saber:

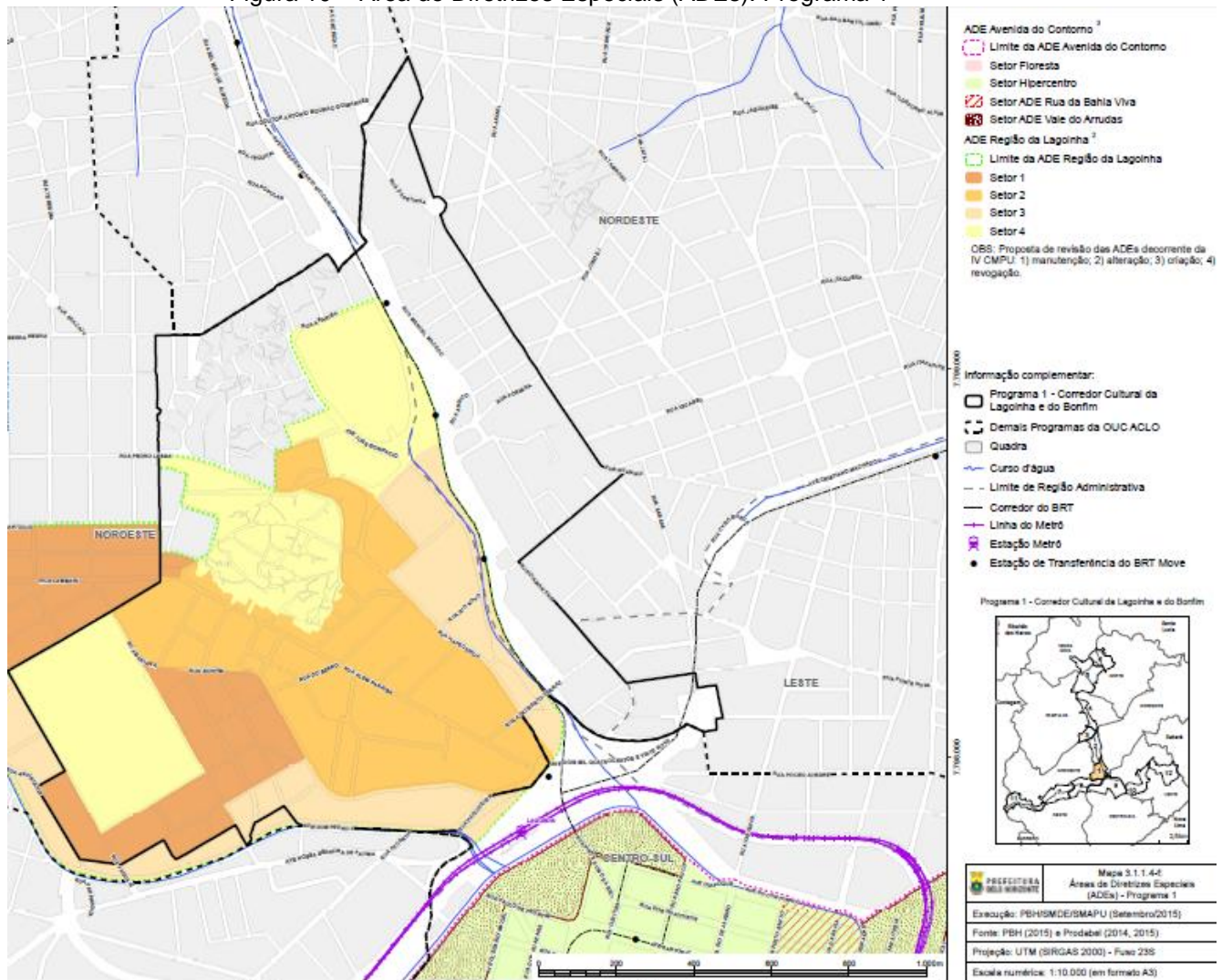
Art. 305 - Na ADE Região da Lagoinha, é vedada a instalação de novos empreendimentos que incluam as seguintes atividades:

- I - atividades de comércio atacadista de papel e papelão em bruto ou resíduos;
- II - atividades de comércio atacadista de resíduos e sucatas;
- III - atividades relacionadas ao tratamento de esgoto;
- IV - coleta de resíduos perigosos ou não perigosos (BELO HORIZONTE, 2015h, art.305).

Essa última proposta, conforme já colocado, surge como demanda dos moradores alegando o conflito existente entre a população residente no bairro com essas atividades.

A partir da divulgação no Plano da OUC ACLO dos parâmetros urbanísticos da ADE da Região da Lagoinha (Figura 10), fica definido para as edificações situadas na área demarcada como Setor 1 o limite máximo de altimetria de 7,5 metros. Para o Setor 2 fica definido como limite máximo 7,5 metros para terrenos adjacentes à imóveis tombados com profundidades de até 20 metros e de 15 metros para terrenos com profundidade a partir de 20 metros. Para o Setor 3 é especificado o limite de 7,5 metros para terrenos com até 20 metros de profundidade lindeiros às Ruas Itapecerica, Bonfim e Jaquari e para terrenos adjacentes à imóveis tombados. Para os demais terrenos situados nessa área é especificado o limite de 21 metros de altimetria. Por fim, no Setor 4 determina-se como limite de altimetria 7,5 metros para terrenos adjacentes à imóveis tombados (BELO HORIZONTE, 2015c).

Figura 10 – Área de Diretrizes Especiais (ADEs). Programa 1



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste. Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança. Caderno de mapas, 2015.

Sobre o patrimônio dos Bairros Lagoinha e Bonfim, Carlos Henrique Bicalho ressaltou que já existem edificações na região que estão protegidas por tombamento, algumas edificações em processo aberto de tombamento pelo Conselho Deliberativo de Patrimônio Cultural e que tem sido feito um estudo minucioso na área para levantamento de outros imóveis de importância histórico-cultural. Dentre as edificações que serão de interesse para tombamento no bairro, Carlos Henrique Bicalho destaca o Santuário Nossa Senhora da Conceição, situado

na Rua Além Paraíba, e o Cemitério do Bonfim⁴⁰ (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

Carlos Henrique Bicalho ressalta a importância dessa proteção a partir da regulamentação da ADE da Região da Lagoinha para que os recursos da OUC ACLO possam ser transferidos para restauro das edificações particulares de interesse histórico-cultural, tendo em vista o estado de degradação em que a maioria se encontra. É mencionado também na audiência realizada que podem ser garantidos incentivos como isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e a aplicação do instrumento de transferência do direito de construir para favorecer a recuperação e manutenção das edificações de interesse patrimonial. Além disso, poderão ser concedidos outros incentivos financeiros para proprietários de imóveis tombados (AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 2015. Informação verbal).

Neste sentido, pode-se dizer que um dos pontos positivos da OUC ACLO, no que tange o Bairro Lagoinha, está relacionado com a definição de parâmetros mais restritivos para a porção Oeste do bairro e com a proposta de regulamentação da ADE da Região da Lagoinha. Tais parâmetros correspondem às diretrizes que estão sendo incorporadas na proposta do Projeto de Lei nº1.749/2015, em tramitação na Câmara Municipal (BELO HORIZONTE, 2015h).

Contudo, é necessário enfatizar que a possibilidade de adensamento a partir da OUC ACLO nas quadras adjacentes às Avenidas Antônio Carlos e Pedro II pode tornar frágil à definição de parâmetros restritivos a partir da ADE da Região da Lagoinha, diante de possíveis pressões imobiliárias que poderão ocorrer na região. Ainda, é importante destacar a necessidade premente de recuperação e manutenção dos imóveis de interesse histórico-cultural na Lagoinha, tendo em vista a negligência do poder público nas últimas décadas relativo ao valor patrimonial do bairro e seu progressivo estado de degradação.

⁴⁰ O Cemitério do Bonfim concentra um rico acervo de arte sacra e possui não só valor histórico-cultural para o patrimônio de Belo Horizonte como também afetivo para a população residente no bairro e adjacências. De acordo com o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), a Sede do Necrotério situada no centro do cemitério é tombada pelo Estado pelo Decreto Estadual nº. 18.531, de 02-06-1977 e o acervo do cemitério tem passado pelo processo de inventário tendo em vista sua importância para a história do município (CEMITÉRIO..., 2015).

3.3 Memória e cotidiano no Bairro Lagoinha

Reconhecido pela boemia, pelos seus lendários personagens⁴¹, pela musicalidade⁴² e pela diversidade social⁴³, o Bairro Lagoinha é envolto pela nostalgia e, em muitos casos, por sentimentos angustiantes sobre lugares ou indivíduos que não existem mais, mas que ficaram retidos nas lembranças daqueles que fazem parte desse bairro.

Aqui se abre o registro de *antigamente*, palavra que assume função mítica ao insistir no desaparecimento de um passado que não volta mais, carregado, porém de referências simbólicas. Nessa maneira de falar a esse respeito, o passado se torna a medida do tempo presente, sempre culpado de um esquecimento ou de uma morte (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 2008, p.117).

Sobre a memória, as lembranças muitas vezes se mesclam com a vivência de grupos sociais, transmitidas em momentos significativos da vida (BOSI, 1983). Muitas das lembranças podem ser também com o tempo modificadas, não só em função da mudança de valores, ou da visão de mundo do indivíduo, mas também devido aos novos laços sociais que vão sendo constituídos e desfeitos ao longo da trajetória de vida (BOSI, 1983).

Além disso, a memória pode exercer influência no comportamento dos indivíduos no momento presente, uma vez que, o acúmulo das experiências adquiridas no passado serve de aprendizado na condução de ações no contexto atual (BOSI, 1983). Assim, a partir da análise do Bairro Lagoinha podemos, por meio do relato das lembranças e vivência dos moradores e frequentadores da região,

⁴¹ Sobre os lendários personagens da Lagoinha e adjacências podemos citar entre outros a Loira do Bonfim, criada para assustar aqueles que passavam pelo cemitério, a Maria Tomba Homem, prostituta que amedrontava os homens e desafiava policiais e o Cintura Fina, travesti que circulava pela Lagoinha carregando uma navalha (SILVEIRA, 2005).

⁴² A musicalidade imprimia singularidade à Lagoinha por meio de compositores como Gervásio Horta, que retratou em seu samba as transformações urbanas da Lagoinha; pelo ofício de produção e concerto de instrumentos como os acordeons que eram produzidos pela família Scarpelli, lembrada pelos moradores; pelos sambistas; pelas serestas e pelas festividades tradicionais no Santuário Nossa Senhora da Conceição.

⁴³ Historicamente o Bairro Lagoinha era reconhecido como reduto de imigrantes onde se destacavam as famílias tradicionais e pela prostituição que abrangia as Ruas Paquequer, Bonfim, Mauá (atual Avenida Nossa Senhora de Fátima) e Marzagão. Hoje no bairro verifica-se além das famílias tradicionais uma forte presença de população flutuante (moradores de rua, dependentes químicos, moradores de aluguel e trabalhadores da região) pela sua localização próxima a área central.

interpretar ou compreender ações, comportamentos ou pensamentos/ideologias que fazem parte da essência dos indivíduos no momento presente.

No Bairro Lagoinha é notável como a memória se mescla com a vivência cotidiana dos moradores: está presente na nostalgia ao lembrar os tempos de boemia, na história da Lagoinha “cantada” por meio da seresta e do samba e no relato da boa convivência entre amigos que já faleceram. Destacam-se, neste contexto, depoimentos de moradores carregados de emoção, que revelam que a Lagoinha de antigamente ainda permanece forte no imaginário coletivo construído sobre o lugar.

Para Halbwachs (1990), a memória individual deriva de percepções constituídas pela memória coletiva, a partir de laços que estabelecemos com grupos sociais na trajetória da vida. Assim, a internalização de acontecimentos vivenciados ou de eventos relatados permite a reconstrução dessas lembranças. Dificilmente uma lembrança coletiva deixa de existir completamente já que ela pode ser constantemente reconstruída por grupos sociais que vivenciaram o acontecimento ou que ouviram relatos de indivíduos que contribuíram para a construção dessas lembranças (HALBWACHS, 1990).

Para Bosi (1983), a memória construída em grupo pode, inclusive, exercer influência sobre a história do lugar, enfatizando os acontecimentos que foram mais significativos para a vivência dos grupos sociais:

Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a História. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos (BOSI, 1983, p. 27).

Neste sentido, no Bairro Lagoinha percebemos que muitas lembranças ainda permanecem na memória de moradores antigos e têm sido compartilhadas entre gerações futuras. Mesmo os indivíduos que não vivenciaram momentos marcantes na história do bairro carregam no seu imaginário a memória do lugar a partir da vivência e do relato de familiares. Através do método de investigação por meio da história oral (ALBERTI, 2005) tornou-se possível resgatar a memória coletiva do bairro e compreender as múltiplas visões que os moradores,

frequentadores da Lagoinha e técnicos tem sobre a história, o cotidiano e perspectivas futuras do bairro:

[...] acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. É neste sentido que não se pode pensar em história oral sem pensar em biografia e memória. O processo de recordação de algum acontecimento ou alguma impressão varia de pessoa para pessoa, conforme a importância que se imprime a esse acontecimento no momento em que ocorre e no(s) momento(s) em que é recordado (ALBERTI, 2005, p.23).

Desta forma, o método de investigação e registro de depoimentos por meio da história oral torna-se fundamental nesta pesquisa tendo em vista que as decisões estratégicas do poder público sobre as intervenções urbanas conduzidas na Lagoinha revelam a predominância de uma forte ideologia política e econômica que atua no processo de dessemantização do bairro, o que resulta na ocultação ou obscuridade, mencionada por Alberti (2005), em relação às outras perspectivas que são construídas do lugar a partir da vivência cotidiana.

Sobre as memórias coletivas da região, algumas personalidades se destacam pela vivência e capacidade de reter lembranças da antiga Lagoinha. Sempre muito envolvida com a música, D. Juraci Ferrari⁴⁴ (2015. Informação verbal) se recorda dos bares com suas vitrolas que tocavam canções da época, de sair para dançar e cantar nas suas 'andanças' noite e madrugada afora pela Lagoinha. Ainda sobre a memória da Lagoinha, Ferrari (2015. Informação verbal) tem recordações das festas de carnaval e dançantes no Clube Fluminense.

Creso Campos⁴⁵ (2015. Informação verbal) também relembra os clubes na região como o Fluminense, clube elitista frequentado por moças de família em que eram tradicionais as danças de salão, gafieiras e festas de carnaval; e o

⁴⁴ Sempre muito atuante em atividades culturais e vinculadas a música D. Juraci participou de grupo de teatro, fundou o Movimento das Donas de Casa para reivindicar os direitos e a participação política das mulheres, participou também como locutora de Rádio nos programas Fala Comunidade e Sempre Viva. Com 87 anos, reside na região há mais de 40 anos e tem boas recordações do Bairro Lagoinha.

⁴⁵ Creso Campos tem 67 anos e é morador da região há 62 anos, morou a infância no IAPI e depois que se casou mudou-se para a Lagoinha. Creso já fez parte da Associação de Bairro do IAPI e é atualmente editor do Jornal Gazeta da Lagoinha, idealizado por ele.

Terrestre, clube de dança situado na Rua Itapecerica muito frequentado pelos moradores da Pedreira Prado Lopes.

Apesar de a musicalidade encontrar-se enfraquecida no bairro, D. Juraci Ferrari (2015. Informação verbal) participa atualmente do grupo de seresta Lembrança e Terceira Juventude - como gosta de chamar carinhosamente a Terceira Idade. Ressalta que muitos participantes dos grupos já faleceram. Com emoção, D. Juraci se recorda da canção Samba da Praça Vaz de Melo, de autoria de Celso Garcia e Jair Silva:

Não há entre nós um paralelo, eu na Praça Vaz de Melo e ela tão longe de mim. E assim, de cachaça em cachaça, vou vivendo ali na praça, botequim em botequim. Sou todo da Lagoinha, assim como tu és só minha e eu sou seu bem querer. Sair dali eu não posso, este é o problema nosso. É, eu prefiro te esquecer (FERRARI, 2015. Informação verbal).

Ainda muito participativa em atividades musicais, D. Juraci Ferrari (2015. Informação verbal) canta serestas no Mercado da Lagoinha, no Clube da Amizade e tem feito apresentações entre amigos. Participa nas quartas-feiras das atividades musicais no Mercado da Lagoinha.

D. Iolanda Alves Guerra⁴⁶ e seu filho Gilberto Alves de Oliveira, assim como D. Juraci, guardam muita lembrança musical da região. Moradora da Pedreira Prado Lopes, D. Iolanda Guerra traz recordações sobre a “Escola de Samba Pedreira Unida” e a “Escola de Samba Unidos do Guarani”, onde gostava de cantar samba (GUERRA; OLIVEIRA, 2015. Informação verbal). Assim, as tradicionais escolas de samba da comunidade Pedreira Prado Lopes mostram que a musicalidade está presente não só no Bairro Lagoinha, mas também como prática cultural dos moradores da favela.

D. Iolanda atualmente faz parte do grupo de samba que tem se reunido no Mercado da Lagoinha e participa das aulas de canto. Relata que o filho Gilberto e a nora participam juntamente com ela lecionando aulas de dança – bolero, samba e forró (GUERRA; OLIVEIRA, 2015. Informação verbal). Gilberto Oliveira ressalta que o grupo de samba tem feito apresentações no Mercado e na vizinhança e destaca

⁴⁶ D. Iolanda é moradora da Pedreira Prado Lopes há 82 anos, cantora de samba participa das atividades culturais ofertadas no Mercado da Lagoinha.

que fazem parte do repertório músicas de composição dos moradores da Pedreira que retratam a história da região, como a canção do morador Toninho:

Minha Pedreira querida, você mora dentro do meu coração. Eu não consigo mais conter as minhas lágrimas quando vejo a sua demolição. [...] Pedreira, tu és um berço nessa história, não me fuge da memória, eu não posso te esquecer. Porque eu sou do tempo do bondinho, o chafariz lá da adaga eu carregava, soltava papagaio do penhasco e os calangos na Pedreira passeavam. Minha Pedreira, minha Pedreira querida (GUERRA; OLIVEIRA, 2015. Informação verbal).

Campos (2015. Informação verbal) também se recorda das escolas de samba e descreve que, juntamente com as escolas, circulavam os blocos caricatos como os “Bocas Brancas” e os “Cartolas” da Lagoinha, andavam todos fantasiados em cima de um caminhão tocando instrumentos. De acordo com Campos (2015. Informação verbal), o bloco “O Leão da Lagoinha” descia pela Rua Itapecerica até a Praça Vaz de Melo (demolida para dar lugar ao Complexo Viário), passava pela antiga Rodoviária e seguia pela Avenida Afonso Pena e Rua da Bahia. Assim, o carnaval da Lagoinha era rico em tradições e festividades.

Olga de Souza Silveira⁴⁷ (2015. Informação verbal) afirma que atualmente há o interesse por parte do presidente da Associação de Bairro Santo André de retomar o bloco “O Leão da Lagoinha”. Ainda, sobre a musicalidade do bairro, Silveira (2015. Informação verbal) participa de um grupo na Igreja do Bonfim chamado “Canta em Pauta” que realiza serestas na porta da casa de idosos, aniversariantes e em asilos. Ela ressalta que alguns jovens que gostam da Lagoinha também têm se envolvido nessas celebrações tradicionais do bairro.

Milton Rodrigues Horta⁴⁸, importante sambista e compositor conhecido na região como Sr. Lagoinha, tem boas recordações da Praça Vaz de Melo e relata que gostava de encontrar com os amigos na praça para tomar cerveja e cantar samba

⁴⁷ Olga de Souza Silveira mora no Bairro Lagoinha há 26 anos. Se mudou para o bairro quando se casou com um espanhol descendente da família La Torres. Olga atua na secretaria da Associação Lagoinha Viva e participa ativamente das festividades e celebrações religiosas no Bairro Lagoinha e adjacências.

⁴⁸ O Sr. Lagoinha mora na região há mais de 50 anos, relata que seu apelido foi criado por Aldair Pinto, que era apresentador de programa de auditório e radialista, pelas suas origens e por sempre reunir sambistas em sua Casa de Samba na Avenida Brasil (HORTA, 2015. Informação verbal). Apesar de morar no Bairro Bonfim, o Sr. Lagoinha reconhece toda a região como Lagoinha pelo histórico de formação.

(HORTA, 2015. Informação verbal). Sr. Lagoinha lembra com emoção dos seus amigos e compositores que já faleceram e da antiga praça:

Ontem eu disse adeus à Lagoinha. À Lagoinha. Hoje eu digo bom dia metrô. Mas tudo isso porque só agora que o progresso ali chegou. Minha Praça Vaz de Melo, famosa praça de tradição, daquela famosa praça em mim só ficou recordação. Me lembro de Joel Honorato, que era um compositor de fato...[...] e o famoso Rômulo Paes. Todos saudosos autores de Minas Gerais (HORTA, 2015. Informação verbal).

Atualmente o Sr. Lagoinha é presidente da Velha Guarda do Samba e já foi homenageado com premiações importantes (Figura 11) pela sua contribuição musical como: a Comenda do Mérito Artístico Rômulo Paes, Troféu Clara Nunes (1998) e o troféu Tamborim de Ouro (2010). Devoto de Nossa Senhora do Rosário, o Sr. Lagoinha realiza, juntamente com sua irmã, reuniões na sua casa para rezar a novena (HORTA, 2015. Informação verbal).

Figura 11 – Premiações Comenda do Mérito Artístico Rômulo Paes, Troféu Clara Nunes (1998) e o troféu Tamborim de Ouro (2010) concedidas ao Sr. Lagoinha



Fonte: Milton Rodrigues Horta (fotos cedidas para autora), 2015. Montagem da autora.

Silveira (2015. Informação verbal) menciona a importância do Sr. Lagoinha como memória viva do samba e no fortalecimento da comunidade, já que tem por tradição tocar samba em festividades que ocorrem no terraço de sua residência ou ceder o espaço para aqueles que tem interesse de festejar.

Campos (2015. Informação verbal) também guarda boas recordações sobre a vida noturna na Lagoinha, relembra os motéis que existiam na região com

seus “reservados” como o “Caçarola de Ouro”, “Casa Blanca”, “Bandeirantes” e o “Lanterna Azul”, esse último era conhecido também na região como um bom restaurante pela variedade de frutos do mar que ficavam expostos no aquário para serem servidos aos clientes. Relata que nos “reservados” os clientes podiam “namorar” sem serem vistos ou incomodados e que a maioria situava-se na Avenida Antônio Carlos, próximo ao local onde atualmente existe o edifício do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). De acordo com Campos (2015. Informação verbal), eram muitos os restaurantes com seus *rendez-vous* ou “casa das meninas”, o “Bandeirantes”, que se situava na Antônio Carlos, era um dos mais populares. Assim, aqueles que não quisessem ser vistos na zona boemia que abrangia as Ruas Paquequer, Mauá, podiam recorrer aos restaurantes com “reservado”.

Atualmente essa vitalidade noturna no bairro foi extinta. Para Jullie Utch⁴⁹ (2015. Informação verbal) há muita dificuldade em se transitar dentro do bairro, principalmente no período noturno, devido à insegurança proporcionada pela falta de iluminação pública e de transporte público intrabairro, o que acaba interferindo negativamente na vivência na região. Ela percebe a decadência progressiva do bairro já que ele deixa de ser referência cultural em Belo Horizonte e perde sua agitação noturna que era muito específica da região.

Essa perda da vitalidade do bairro também pode ser evidenciada nos depoimentos de comerciantes tradicionais como o Sr. Manoel Almeida⁵⁰ dono de loja de móveis na Rua Itapecerica e o Pablo Lima⁵¹, dono de bar.

Neste sentido, a redução no movimento das ruas do Bairro Lagoinha, intensificada ao longo da história pelo fechamento de pequenos estabelecimentos comerciais e pelas desapropriações realizadas para implantação de viadutos, tem resultado na descrença da possibilidade de mudanças positivas futuras no bairro.

⁴⁹ Jullie mora no Bairro Lagoinha desde a infância. Tem 22 anos e é jornalista.

⁵⁰ Sr. Manoel Almeida tem uma loja de móveis usados na Rua Itapecerica há 32 anos e acompanhou grande parte das transformações na Lagoinha.

⁵¹ Pablo Lima é comerciante e sempre morou no Bairro Lagoinha (42 anos), trabalha em um bar tradicional na região que pertencia ao pai dele, Ziza, que está no local desde a década de 1970. O Bar do Ziza situa-se na Rua Adalberto Ferraz - Lagoinha.

Para Manoel Almeida (2015. Informação verbal), as mudanças que ocorreram no bairro com a implantação de viadutos, apesar de terem sido feitas para trazer melhorias ao trânsito, não melhoraram as condições de vida dos moradores e comerciantes da região. Almeida (2015. Informação verbal) ressalta o quanto tem sido frustrante ver projetos direcionados ao bairro que não se concretizam e imagina o bairro no futuro da mesma forma ou com as condições de vida um pouco pioradas. Não tem esperança que as propostas que têm sido direcionadas para o bairro sejam possíveis de serem concretizadas.

Já Pablo Lima (2015. Informação verbal), apesar do descontentamento e desânimo quanto à possibilidade de mudanças futuras na região, deixa semanalmente na porta de seu estabelecimento mensagens de motivação (Figura 12) para os transeuntes e frequentadores do bar. Tal prática cotidiana revela uma característica especial dos moradores da Lagoinha em serem solícitos ao próximo e mostra que apesar do desânimo ou dificuldades, ainda existe esperança de melhorias no bairro.

Figura 12 – Mensagens de motivação escritas semanalmente na porta do estabelecimento comercial de Pablo Lima



Fonte: Pablo Lima (foto cedida para a autora), 2015. Montagem da autora.

Contudo, é importante destacar que apesar de todas as transformações urbanas presenciadas no bairro, ainda é forte o sentimento de pertença dos moradores em relação à região da Lagoinha. Contribui para o fortalecimento do sentimento de pertença a partir das falas dos moradores: a boa convivência; o fato de o bairro ser agradável para se morar por ser adjacente a área central e pelas práticas interioranas; as memórias afetivas e lugares representativos.

Para Utch (2015. Informação verbal) a maioria dos moradores antigos do bairro gostam de viver na Lagoinha e não pretendem se mudar da região. Assim, esse vínculo com o lugar tem relação com as memórias que marcaram a região e com a esperança de “reanimar” a Lagoinha de antigamente.

É relevante observar que o ritmo interiorano no bairro se difere do ritmo acelerado instituído pelas obras viárias. Ainda se presencia na rotina de muitos moradores do bairro o cuidado com a manutenção do quintal, que oferecem um refúgio e tranquilidade em meio à movimentação excessiva instaurada no bairro pela implantação dos viadutos. Esse cuidado com o quintal foi muito observado na residência do Sr. Izidro Muniz⁵², senhor de 88 anos que ainda tem disposição para cuidar sozinho das flores do seu quintal e da sua plantação de maracujá, mexerica e tomate (Figura 13).

Figura 13 – Quintal do Sr. Izidro Muniz



Fonte: Jullie Utsch (fotos cedidas para a autora), 2014. Montagem da autora.

A casa que Olga de Souza Silveira reside também reflete tradições da provinciana Lagoinha. A construção histórica é interligada pelo quintal com outras residências que foram construídas pela família La Torres⁵³. Desta forma, práticas interioranas são muito frequentes entre seus familiares como cozinhar em fogão de lenha e conversar na porta de casa. Vale destacar neste contexto que problemas fundiários como esse são frequentes no bairro e influenciam no modo compartilhado

⁵² O Sr. Izidro Cirilo Muniz mora há mais de 60 anos no Bairro Bonfim.

⁵³ De acordo com Silveira (2015. Informação verbal), a família La Torres é uma das famílias de imigrantes espanhóis que saiu da região de Alicante e mudou-se para a Lagoinha como refugiados da Guerra Espanhola e do período de ditadura que ficou conhecido como Franquismo. A família possui terrenos consideráveis no bairro e contribuiu para a construção de parte das edificações situadas nas Ruas Jose Ildeu Gramiscelli, Itapecerica, Sebastião de Melo e Além Paraíba.

de morar. Predominam lotes de grandes dimensões, muitos deles compartilhados por familiares, que são ocupados por residências antigas construídas por imigrantes.

Outros costumes interioranos que, apesar de enfraquecidos, ainda estão presentes na Lagoinha, de acordo com Silveira (2015. Informação verbal), são: as celebrações tradicionais da Igreja Nossa Senhora da Conceição, como batizados e a festa em homenagem a Nossa Senhora da Conceição⁵⁴; a celebração do Dia de Finados na Igreja do Bonfim, bem como, as visitas ao cemitério; e a doação de peixes nas peixarias do Bonfim na sexta-feira da Paixão para a comunidade:

Outra coisa que é tradição aqui e que todo mundo vai buscar é o peixe na Sexta-Feira da Paixão, ali embaixo na peixaria, na peixaria do Serradão. Eles doam peixes. Você não precisa ir buscar, mas a gente vai buscar. [...]. E não é a questão financeira [...], é a tradição de ir buscar o peixe (SILVEIRA, 2015. Informação verbal).

Silveira (2015. Informação verbal) menciona também como tradição no bairro a celebração do Ofício das Almas na primeira segunda-feira da Semana Santa, que consiste na reza do terço na entrada no Cemitério do Bonfim. Também é habitual na região, pela visão de Silveira, a distribuição de balas para crianças que ocorre no dia do São Cosme e Damião na Vila Senhor dos Passos (Buraco Quente) e a corrida do boi que é realizada no Bairro Concórdia na primeira semana do mês de agosto - ambos os eventos são realizados pelo Centro Espírita Candomblé. Por fim, Silveira (2015. Informação verbal) menciona também como práticas recorrentes na Lagoinha a reza de novenas e a tradicional celebração da Festa Julina, que ocorre na Rua José Ildeu Gramicelli.

Ainda sobre o cotidiano, presencia-se uma forte relação estabelecida entre grande parte dos moradores e o cemitério do Bonfim – além de constituir uma referência na região pela vista privilegiada que descortina das ruas perpendiculares à Além Paraíba e pelo valor histórico cultural da arte sacra para o patrimônio de Belo Horizonte, o cemitério insere-se no cotidiano dos moradores como trajeto preferencial e para práticas de lazer.

⁵⁴ A festa de Nossa Senhora da Conceição é celebrada no dia 8 de dezembro no Santuário Nossa Senhora da Conceição, situado na Rua Além Paraíba, e reúne moradores da Lagoinha e adjacências e milhares de fiéis.

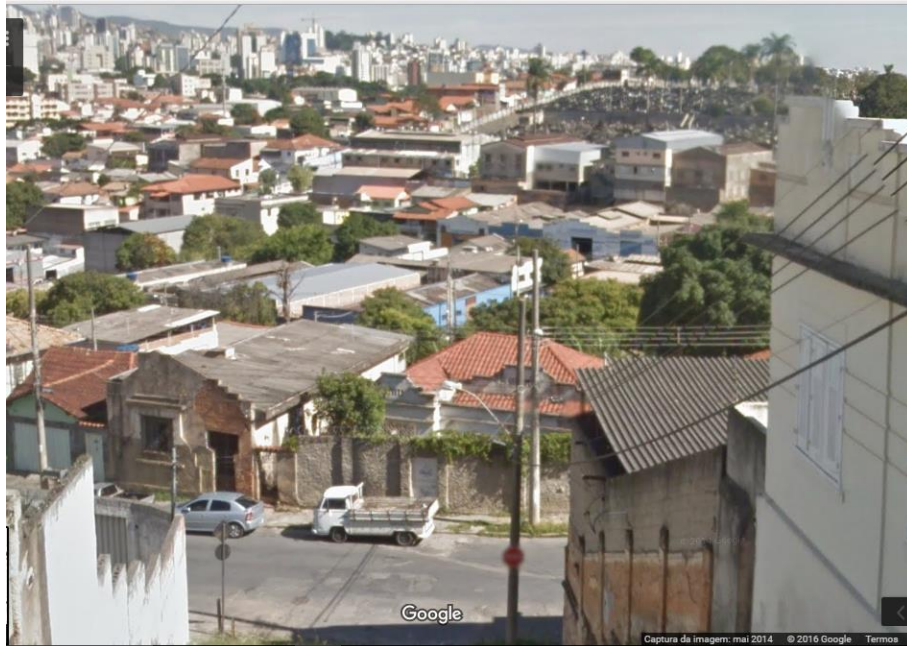
Sobre o cemitério, Maria Aparecida Dantas⁵⁵ (2015. Informação verbal) ressalta que além de ser uma referencia no bairro por constituir um museu a céu aberto, o local também apresenta potencial turístico. Cida Dantas destaca a vista privilegiada que tem do cemitério pelo declive a partir da Rua Botelhos, onde se situa sua residência. Sobre a importância do cemitério, Cida enfatiza que o local se insere no cotidiano dos moradores pela tranquilidade e beleza das obras sacras, o que torna o cemitério muito frequentado para caminhadas e exercício de atividades como leitura.

Então assim, eu uso o cemitério como travessia, às vezes faço caminhada dentro do cemitério... [...] Tem pessoas que fazem caminhada lá dentro, tem gente que fica lá sentado para ler um livro dentro do cemitério. [...]. Tranquilo, fresquinho, sem circulação de veículos, sem poluição lá dentro. Uma paz [...] (DANTAS, 2015. Informação verbal).

Dantas (2015. Informação verbal) destaca que parte dos moradores que vivem no bairro desde a infância possuem túmulos no cemitério e que querem ser enterrados na região. Silveira (2015. Informação verbal) também reconhece o Cemitério do Bonfim (Figura 14) como um local que faz parte do cotidiano dos moradores. Ressalta que há celebrações de umbanda e muitos moradores o utilizam como passagem.

⁵⁵ Maria Aparecida Batista Dantas, mais conhecida como Cida, mora no Bairro Bonfim há 21 anos e faz parte do Movimento Lagoinha Viva. Um dos motivos que levou Cida a se mudar para a região está relacionado à facilidade de acesso ao centro.

Figura 14 – Vista do Bairro Bonfim a partir da Rua Botelhos (ao fundo, no lado direito, o Cemitério Bonfim)



Fonte: Google Street View, 2014.

Assim, costumes interioranos como praticar serestas na porta das casas, festejar nas ruas a festa julina, celebrar festividades religiosas, visitar o cemitério, cuidar do quintal, definem características singulares à Lagoinha que, por vezes, aos olhos de quem é externo à região permanecem invisíveis. Certeau; Giard; Mayol (2008) enfatizam a importância de se considerar as práticas diárias inseridas no cotidiano para a compreensão das particularidades locais que muitas vezes permanece oculta em idealizações sobre o lugar.

Ainda, impressiona no bairro a bondade, cordialidade e solicitude de seus moradores, o reconhecimento da sabedoria dos idosos a partir dos ensinamentos de D. Bela (*in memoriam*) e da D. Terezinha Brandão (*in memoriam*). Utch (2015. Informação verbal) recorda com carinho das aulas de piano (Figura 15) ministradas por D. Terezinha (*in memoriam*), e o desejo de participação em atividades culturais relacionadas com o bairro.

Figura 15 – Harmônio e Órgão que pertenciam a D. Terezinha. Seu acervo está atualmente guardado no Santuário Nossa Senhora da Conceição



Fonte: José Gonçalves Filho (fotos cedidas para a autora), 2015. Montagem da autora.

Não obstante, presenciaram-se no Bairro Lagoinha e adjacências também práticas de resistência contra as transformações urbanas que têm ocorrido nas últimas décadas como as residências que ainda permanecem no bairro, apesar das ofertas de grandes empresas atuantes na região como a Viação Serro⁵⁶, e manifestações que tem ocorrido na Lagoinha contra ações empreendidas pelo poder público. Silveira (2015. Informação verbal) relata essa situação no bairro:

E aí a Viação Serro o que ela faz: ela compra casa de vez em quando para serem demolidas. Então nesse quarteirão na Rua Serro com Rua Ildeu Gramicelli e Rua Itatiaia, todas as casas antigas que tinham aqui foram demolidas. [...]. A Serro já demoliu aqui seis casas no entorno. Então assim, é uma coisa que traz um choque para a gente, porque é uma empresa, mas que hora nenhuma ela vê esse bairro como um bairro para ser preservado. Entra para destruir. E a gente nunca conseguiu nada disso. Então assim, o objetivo é comprar todas as casas do quarteirão. E aí não está conseguindo. [...] A empresa quer fechar o quarteirão aqui para área de transporte (SILVEIRA, 2015. Informação verbal).

Sobre o imaginário que é construído sobre o Bairro Lagoinha, Utch (2015. Informação verbal), que sempre residiu na região, ressalta que o olhar que é externo ao bairro é carregado de adjetivos preconceituosos. Cita como exemplos dessas

⁵⁶ A empresa Viação Serro situa-se na Rua José Ildeu Gramiscelli no Bairro Bonfim e tem atuado na compra de imóveis e terrenos na região. De acordo com Ferreira (2015, *online*) “[...] várias outras casas e palacetes antigos, alguns com mais de um século, já foram derrubados, deram lugar a empreendimentos comerciais, como garagens de ônibus”.

visões depreciativas do bairro o estereótipo da Cracolândia que é evidenciado pela mídia; o ar de abandono por conta dos imóveis degradados situados na Rua Itapecerica, que se destaca na recordação de transeuntes por constituir a “borda do bairro”; a visão de que o bairro é um lugar decadente e perigoso, tomado pelo tráfico de drogas, com muitos assaltos. Além da forte presença de população de rua e de ferros velhos que passam a impressão de que a região encontra-se em decadência.

No entanto, Utch (2015. Informação verbal) ressalta que a maioria dessas pessoas que compartilham dessas visões nunca adentrou a Lagoinha, utilizam o bairro somente como local de passagem no dia a dia. Então é criado esse imaginário de abandono e esquecimento. Neste sentido, as obras viárias definem não só limites físicos no bairro, mas também criam barreiras simbólicas que impossibilitam aos transeuntes enxergarem o bairro como um local de permanência e de práticas sociais singulares.

O bairro, na visão de Utch (2015. Informação verbal), é constituído por memórias afetivas, portanto considera importante estimular esse resgate. Acha fundamental a aproximação dos moradores e a coesão social para que seja possível contribuir para a produção cultural no bairro.

3.3.1 Personalidades no Bairro Lagoinha e adjacências

Apesar de muitos personagens que eram marcantes na história da Lagoinha não existirem mais e da musicalidade encontrar-se enfraquecida, ainda identificamos personalidades na Lagoinha e bairros adjacentes que representam a comunidade devido à influência musical, boa relação com os moradores, vivência e notável memória sobre a Lagoinha. Algumas dessas personalidades já faleceram, mas permanecem na memória dos moradores.

Destacava-se como personalidade no Bairro Lagoinha, a partir da visão dos moradores, D. Terezinha Brandão de Araújo (*in memoriam*) que era integrante do coral da Igreja Nossa Senhora da Conceição e regente na Corporação Musical

Nossa Senhora da Conceição⁵⁷ - fundada pelo Sr. Manoelzinho (*in memoriam*), pai de D. Terezinha (FREIRE, 2009).

Apesar da continuidade das apresentações da Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição, o grupo encontra-se enfraquecido tendo em vista o envelhecimento de seus integrantes. Neste sentido, um dos patrimônios imateriais da Lagoinha que os moradores do bairro têm se mobilizado para manter e buscado apoio financeiro para revitalização é a Corporação Musical (Figura 16). Para Oscar Fernandes Vieira Gonçalves⁵⁸ (2015. Informação verbal) isso seria possível através da capacitação de jovens com aulas de música na região para estudantes da Escola Estadual Silvano Brandão, situada na Rua Itapeperica. Tal ação poderia contribuir futuramente para a manutenção da banda de música.

⁵⁷ A Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição foi fundada em 1914 liderado por Manuel Augusto de Araújo, pai de D. Terezinha de Araújo e Francisco Caetano de Carvalho. A corporação surgiu com o intuito de arrecadar fundos para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, atual Arquidiocese Nossa Senhora da Conceição (BORGES, 2011).

⁵⁸ Oscar Fernandes Vieira Gonçalves reside no bairro há 40 anos, é advogado e líder na Associação de Moradores do Bairro Lagoinha. Católico e sempre muito atuante junto ao Santuário Nossa Senhora da Conceição, Oscar Fernandes estudou no Colégio Nossa Senhora da Conceição, foi coroinha, coordenador de grupo de jovens e fez catequese e crisma na igreja, além disso, participa das ações sociais da igreja. Sua vivência reforça o quanto a religiosidade ainda exerce influência no cotidiano dos moradores do bairro.

Figura 16 – Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição e homenagem à D. Terezinha Brandão de Araújo (*in memoriam*)



Fonte: José Gonçalves (fotos cedidas para a autora), 2015. Montagem da autora.

Utch (2015. Informação verbal) destaca que para ela e grande parte dos moradores do bairro a casa de D. Terezinha, situada na Rua Adalberto Ferraz, simbolizava uma “caixa de memórias musical da Lagoinha”, tendo em vista o acervo⁵⁹ que ela cuidadosamente coletou e armazenou durante sua vida sobre a

⁵⁹ Após o falecimento de D. Terezinha de Araújo o acervo foi transferido e conservado no Santuário Nossa Senhora da Conceição. Fazem parte desse acervo antigas reportagens sobre o bairro e sobre a história do Santuário e da Corporação Musical, fotografias dos integrantes da banda e das celebrações da igreja.

corporação musical, sobre o Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora da Conceição e sobre o histórico do Bairro Lagoinha.

Ela tinha uma casa que ficava ali na Adalberto Ferraz e eu fiz aula de piano um tempo com ela, quando eu tinha uns doze anos. E ela inclusive foi uma perda irreparável para a gente porque a casa dela era quase que uma caixa de memórias da música da Lagoinha. Então ela tinha fotografias, instrumentos, prêmios que a bandinha já ganhou. Os ensaios eram no salão que tinha na casa dela. Então era maravilhoso. [...]. E ela era um doce de pessoa. Sempre sorridente, sempre alegre. Nunca a vi mal-humorada na minha vida (UTCH, 2015. Informação verbal).

Para Gonçalves Filho⁶⁰ (2015. Informação verbal), D. Terezinha tornou-se uma figura folclórica no bairro pelas suas ações vinculadas à Igreja. Ressalta que esse vínculo com a igreja sempre foi uma tradição na família da D. Terezinha.

Sr. Muniz (2015. Informação verbal), que há mais de 60 anos reside no bairro, também tem lembranças da banda de música. Para ele a D. Terezinha era uma pessoa muito reconhecida no bairro pela sua bondade e por se relacionar bem com os moradores do bairro.

Outra personalidade que também era muito reconhecida no bairro pela sua forte influência na religiosidade era a Sr.^a Elizabete Gonçalves, chamada carinhosamente de D. Bela (*in memoriam*), rainha do Congado.

Gonçalves (2015. Informação verbal) menciona a importância da celebração do Congado como tradição cultural e a perda de uma respeitável referência religiosa e liderança comunitária no bairro em 2014: D. Bela, que faleceu com 110 anos. Oscar Gonçalves é o rei perpétuo da Nossa Senhora da Conceição há 20 anos. Para ele, D. Bela era um exemplo de devoção a Nossa Senhora e de dedicação, amor ao próximo e humildade.

Na visão de Silveira (2015. Informação verbal) o congado está enfraquecido tendo em vista o falecimento de D. Bela. Destaca que sempre é celebrada a missa conga no último domingo do mês de maio ou agosto.

De acordo com Gonçalves (2015. Informação verbal), a Festa de Nossa Senhora do Rosário, que é popularmente conhecida como padroeira dos negros, é

⁶⁰ José Gonçalves Filho é professor, mora há 18 anos no Bairro Lagoinha e participa do coral vinculado ao Santuário Nossa Senhora da Conceição como convidado da Terezinha Brandão de Araújo (*in memoriam*). Participa ativamente das festividades e missas da igreja e ajuda na organização.

celebrada com uma missa e comidas típicas na Praça XV de Junho – situada ao final da Rua Além Paraíba, a qual conta com a participação de grupos de congado e, posteriormente, é realizada a procissão em direção à Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Além da Festa de Nossa Senhora do Rosário, Gonçalves (2015. Informação verbal) menciona que são celebradas as folias nos terreiros, alguns deles situado na Pedreira Prado Lopes, e as apresentações de congado. Tais apresentações refletem manifestações da cultura popular preservadas na Lagoinha e bairros adjacentes.

Desta forma, nota-se no bairro como a D. Terezinha de Araújo juntamente com outras personalidades contribuíram para a preservação do patrimônio imaterial da Lagoinha até os dias atuais pela forte influência na musicalidade e religiosidade do bairro. Tal constatação é verificada a partir do relato da memória musical do bairro pelos moradores entrevistados, pelas celebrações tradicionais do Santuário que ainda ocorrem na Lagoinha e apresentações da Corporação Musical.

Muitos dos laços sociais no bairro, inclusive, foram constituídos pela participação em serestas, apresentações de samba e em atividades religiosas – destaca-se a forte influência do Santuário Nossa Senhora da Conceição, da Igreja Batista da Lagoinha, da Igreja do Bonfim e da Igreja Santa Edwiges.

3.3.2 Mobilizações e lideranças

No Bairro Lagoinha percebe-se que a frustração e indignação frente às intervenções que têm sido realizadas no bairro nas últimas décadas e as expectativas de propostas que foram direcionadas ao bairro, mas que não foram concretizadas como o Projeto Lagoinha e trabalhos acadêmicos, associado ao aniquilamento do espaço público pelas obras viárias, têm intensificado a condição de isolamento e dificultado mobilizações no bairro.

Para Sennett (2014), a desintegração social que vivemos com a sociedade moderna está relacionada ao desejo de pessoas ou grupos de se legitimarem por suas qualidades pessoais e, paralelamente, corresponde à perda do interesse ou desejo das pessoas de se mobilizarem por questões de interesse comum, já que os interesses privados acabam sobrepondo o coletivo. Essa

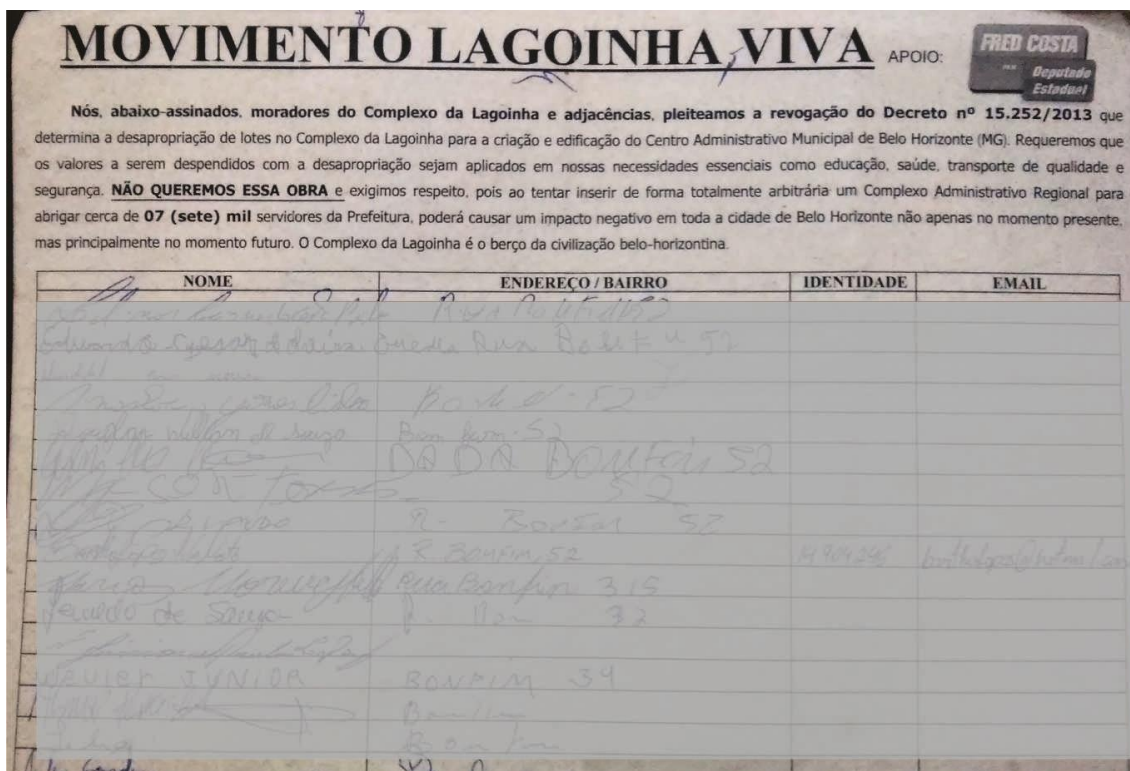
desintegração social para Sennett (2014) constitui o que ele denomina de “comunidade destrutiva”, em que as relações sociais passam a ser limitadas à interação em grupos sociais fechados que compartilham dos mesmos valores e crenças.

De tal modo, as mobilizações que tem ocorrido no bairro adquirem força, sobretudo quando interesses particulares encontram-se ameaçados, como exemplo a mobilização que ocorreu em 2013 contra o decreto de desapropriação divulgado pelo poder público (Figura 17). Silveira (Informação verbal. 2015) reforça essa visão:

Foi um momento muito forte. “A minha casa vai sair?”. Isso lida com o seu individual. [...] Então as pessoas se uniram, mas para defender o interesse individual. Então tinha um problema assim: Quem estava do lado de cá não quer [sobre a possibilidade de implantação do Centro Administrativo na Lagoinha], quem está do lado de lá [bairros vizinhos à Lagoinha], quer, porque vai valorizar o imóvel... (SILVEIRA, 2015. Informação verbal).

Assim, o senso de comunidade limita-se à função de vigilância ou à situações em que há necessidade de ações coletivas para impedir intervenções destrutivas conduzidas pelo poder público.

Figura 17 – Abaixo-assinado coordenado pelo Movimento Lagoinha Viva para revogação do Decreto nº15.252/2013



Fonte: Olga de Souza Silveira (cedido para a autora), 2015.

Apesar do Bairro Lagoinha e adjacências apresentarem um número significativo de organizações sociais – Associação dos Moradores da Lagoinha e

Adjacências, Movimento Lagoinha Viva, Associação Recreativa Comunitária Amigos do Bonfim (ARCA Bonfim), Associação dos Moradores da Vila Senhor dos Passos, Associação Cultural Comunitária e Jornalística Fala Pedreira, Associação Comunitária do Conjunto São Cristóvão (IAPI), Associação dos Moradores do Bairro Colégio Batista e Adjacências, Associação Cultural Recreativa e Desportiva Santo André – não se verificam muitas vezes o interesse em reivindicar interesses comuns.

Sobre as lideranças de bairro, Rosemary Freitas Bakir⁶¹ (2015. Informação verbal) ressalta que um dos pontos positivos da Lagoinha e bairros adjacentes é a riqueza em representatividade, contudo, não há uma articulação entre essas lideranças, o que dificulta a mobilização e a concretização de propostas de melhorias na região.

Como a comunidade gosta muito de participar, então uma forma que a comunidade tem de participar são as associações. [...]. Só que aí essa condução entre as associações é que eu acho que deveria mudar. Ter muitas associações não é ruim, isso é bom. Isso significa que a comunidade está participativa. Mas o problema é alinhar as lutas. [...]. Então às vezes eu sinto que fica isso assim, meio segmentado (BAKIR, 2015. Informação verbal).

Para Campos (2015. Informação verbal) as associações não tem atuado como equipe, as ações são isoladas, o que prejudica o atendimento aos interesses dos moradores: “Você vai ver que tem várias associações, cada um lutando pelo seu... [...]. Falta articulação. Falta integração, entendeu? Falta união.” (CAMPOS, 2015. Informação verbal).

Já na visão de Bakir (2015. Informação verbal) essa representatividade é retraída tendo em vista que as ideias não são articuladas e muitas vezes as associações apresentam visões conflituosas. Ao invés das lideranças manterem interesses em comum, constituírem uma unidade, apresentam visões fragmentadas sobre a região. Essa situação pode ser constatada a partir da transcrição abaixo:

E o que eu acho mais difícil são essas divisões, sabe? Eu acho que é muito segmentado, os grupos, cada um, principalmente as associações nesse afã de querer representar, sabe? Eu não sei se essa representatividade é sadia aqui, porque ela fica nessa coisa de um tem uma ideia para cá, outro para lá. Aí sempre eles discordam. Aí quando discorda nasce uma nova associação para defender outra ideia. [...]. Eu acho que é um pouquinho difícil. E já tem os grupos muito fortes, que não abrem mão daquele jeito de

⁶¹ Rosemary Freitas Bakir trabalha no Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira, situado no Mercado da Lagoinha, há um ano. Rose é artista plástica, técnica em artes visuais e é gestora do Centro Cultural da Lagoinha.

pensar e acham que ele é o mais certo, aí eles não tem muito essa maleabilidade, as lideranças, sabe? [...]. E que as novas lideranças não estão conseguindo manter essa unidade e sim isso vai segmentando. Aí ficam assim, ações isoladas (BAKIR, 2015. Informação verbal).

Morador 1⁶² (2015. Informação verbal) também corrobora essa visão ao enfatizar que o que ele mais sente falta no bairro é de ter um vínculo comunitário. Ressalta que apesar do bairro ter muitas lideranças não percebe a articulação delas na defesa de interesses comuns. A falta de articulação das lideranças para o Morador 1 (2015. Informação verbal) é um dos grandes problemas na representatividade do bairro. Para ele, é importante que as lideranças saibam lidar com divergências de opiniões dos moradores como forma de construção de propostas de interesse comum. Além disto, há uma disputa de representatividade entre as lideranças existentes.

Silveira (2015. Informação verbal) destaca que os interesses políticos acabaram interferindo no poder de mobilização por parte das associações e lideranças no Bairro Lagoinha e adjacências. Para ela, a formalização das associações e lideranças atuantes muitas vezes dificulta a realização de reuniões de caráter local em grupos menores, que eram práticas mais frequentes no bairro:

Mas aí o que aconteceu, as pessoas que eram... Que era a liderança antiga, algumas morreram, outras afastaram e aí vem surgindo um grupo novo de pessoas que vem tentando organizar um pouco dessa questão do movimento. [...]. Então, por exemplo, eu participo da secretaria da Associação Lagoinha Viva. Só que aí [...] logo depois disso teve um racha de interesse político. [...]. Então algumas pessoas, para se sentirem legitimamente representantes da comunidade, criaram o Movimento Lagoinha Viva. [...]. E isso trouxe um problema para quem pensava em construir os movimentos no 'miudinho' [sic], na reunião das casas. [...]. De forma mais local. Então isso assim, uma coisa é a discussão política e outra coisa é você tentar fortalecer o movimento no todo, na convivência. Eu sou muito mais de fortalecer na convivência, no todo, no dia a dia. Então eu sou muito mais. O que eu faço: Eu vou à novena, eu participo da minha comunidade religiosa, é festa na rua. Sou muito mais disso do que para fazer uma discussão política (SILVEIRA, 2015. Informação verbal).

Neste sentido, apesar da região apresentar um número significativo de organizações sociais, o senso de comunidade na Lagoinha e bairro vizinhos encontra-se fragmentado. Essa fragmentação tem repercutido no bairro por meio da divergência de interesses das associações.

⁶² O morador entrevistado solicitou sigilo sobre seus dados pessoais.

É relevante destacar as visões conflituosas sobre a possibilidade de implantação do Centro Administrativo Municipal no bairro a partir do decreto (15.252/2013). Nesse evento, os moradores do Bairro Lagoinha manifestaram contra a possibilidade de implantação desse equipamento diante das desapropriações que estavam sendo previstas. Já lideranças de regiões vizinhas manifestaram a favor da implantação do Centro Administrativo alegando que essa intervenção traria maior visibilidade para a região. Tal fato pode ser constatado a partir da fala de Campos (2015. Informação verbal):

Por exemplo, o Centro Administrativo que ia ser feito na Lagoinha... [...]. Ia ser muito bom para a Lagoinha. [...]. Ia ser excelente. [...]. A Lagoinha ia crescer, ia ter mais credibilidade, ia ter mais segurança, as pessoas iriam investir mais. Lá, as grandes empresas imobiliárias iam investir. Hoje você não vê a Lagoinha fazendo um prédio novo (CAMPOS, 2015. Informação verbal).

Nas discussões da OUC ACLO também foram presenciadas visões conflituosas por parte do Movimento Lagoinha Viva e da Associação Recreativa e Comunitária dos Amigos do Bairro Bonfim (ARCA Bonfim). Melo (2015. Informação verbal) relata que não é possível afirmar que todas as lideranças que têm participado das discussões da OUC ACLO sejam realmente representativas dos interesses das comunidades que serão afetadas, contudo, tendo em vista a abrangência da escala da proposta, essa representatividade é considerada adequada:

Para essa discussão estruturante há certa representatividade, a questão das associações elas sempre são polêmicas, controversas. Você tem associações que de alguma forma foram cooptadas pelo governo, outras que não. Então isso é muito difícil de você localizar. [...]. As associações ao mesmo tempo em que são representativas elas calam muito umas falas mais locais. [...]. Eles têm uma visão bem diferente. As duas associações são conflitantes (Lagoinha e Bonfim), que te falei. As duas se sentem representativas das duas áreas (MELO, 2015. Informação verbal).

Neste sentido, o processo de gestão da operação urbana poderá ser dificultado em situações de pouca representatividade por parte das associações de bairro e diante da possibilidade de desconhecimento das propostas da operação pelas comunidades atingidas ou da não incorporação de propostas que sejam de interesse comum da população residente.

3.3.2.1 O Movimento Lagoinha Viva

O Movimento Lagoinha Viva possui registro público como associação da Lagoinha e é presidido por Teresa Vergueiro Silva⁶³. O movimento, de acordo com Silva (2015b. Informação verbal), surgiu no dia 5 de setembro de 2013 diante do anúncio de interesse de implantação do Centro Administrativo Municipal entre as Ruas Além Paraíba e Bonfim, a partir de uma reportagem que foi divulgada em jornal. Assim, a ameaça de desapropriação pelo poder público dos quarteirões compreendidos entre essas ruas motivou a mobilização dos moradores do bairro contra essa proposta.

A respeito da participação dos moradores do bairro no Movimento Lagoinha Viva, Paulo Pontes⁶⁴ (Informação verbal) ressalta que tem ocorrido de forma proporcional aos interesses envolvidos: “Olha, naturalmente que essa participação está muito ligada ao interesse. Então quando veio a questão do Centro Administrativo, por exemplo, as audiências públicas, a Teresa conseguiu que elas fossem feitas no bairro” (PONTES, 2015. Informação verbal). Sendo assim, em 2013 a participação foi mais intensa diante da ameaça de desapropriação em massa para a implantação do Centro Administrativo. Sobre o envolvimento dos moradores contra o decreto de desapropriação, Silva (2015b. Informação verbal) coloca que:

Nós conseguimos uma coisa que foi um fato inédito. Aliás, foi uma das coisas que fez com que o prefeito repensasse a postura dele, porque nós juntamos numa quadra aqui da igreja seiscentas pessoas. Mais de seiscentas pessoas, ‘né’ [sic] [...]. Pela consciência que nós tivemos, as pessoas vieram em adesão. Então profissionais, comerciantes do bairro, empresários, a FAFISA, o UNI-BH vieram junto com todo o grupo. Todos os peixeiros, todos os moveleiros da Itapecerica. Então o movimento tem um caráter e uma posição muito bem colocada dentro do bairro, ‘né’ [sic]? Porque a gente nem sabia que tinha tanta associação, a gente nunca viu [...] uma consciência comunitária, política e democrática tão grande [...] (SILVA, 2015b. Informação verbal).

⁶³ Maria Teresa Vergueiro Silva é carioca, presidente do Movimento Lagoinha Viva. Mudou-se para o bairro em 2012, mas já frequentava a região há 25 anos.

⁶⁴ Paulo Pontes é arquiteto, faz parte do grupo de trabalho da OUC ACLO e atua como consultor no Movimento Lagoinha Viva. Está envolvido com questões ligadas ao bairro desde 2011.

Em relação às mobilizações, Silva (2015b. Informação verbal) pontua a pouca adesão dos moradores nos processos participativos:

Foram dois anos participando de grupo de trabalho. [...]. Em horários que eu te falo, confesso que não são horários bons, entendeu?[...] Não foi fácil, mas eu acho que as pessoas poderiam fazer mais questão de estar nesses momentos. [...] Quer dizer, para mim é único. E não vi uma participação jovem (SILVA, 2015b. Informação verbal).

Silva (2015b. Informação verbal) afirma ter participado de todas as reuniões e grupos de discussão a partir da OUC ACLO. Para ela, essa conquista de espaço nos debates é fruto de sua dedicação:

Então assim, hoje, por exemplo, tem gente que fala assim: “Ah, mas você se dá muito bem com a prefeitura, você faz parte do grupo de trabalho”. Falei: “Mas eu conquistei esse espaço”. Mas eu não conquistei esse espaço para ficar bem com a prefeitura. Eu conquistei esse espaço para poder ser ouvida como cidadã, que é o que me interessa. Porque se eu não for ouvida, então não há democracia, não há a participação popular. E para eu ser cidadã e ser democrática é isso (SILVA, 2015b. Informação verbal).

Tanto a Teresa Vergueiro Silva quanto o arquiteto Paulo Pontes tem participado ativamente das audiências regionais, dos grupos de trabalho e oficinas por meio do Movimento Lagoinha Viva. Pontes (2015. Informação verbal) ressalta a importância de ter retorno financeiro a partir de sua proposta para requalificação da Lagoinha, já que a execução demandaria um maior número de profissionais e tem como prazo dois anos para finalização.

Então eu na verdade tenho participado mais agora na Operação Urbana Consorciada. [...]. Já nas audiências regionais, nos grupos de trabalho, nas oficinas e eu sempre estou lá como arquiteto do movimento Lagoinha Viva. Os profissionais da prefeitura na secretaria de planejamento me conhecem como arquiteto do movimento Lagoinha Viva e uma das coisas que eu tenho proposto e tenho solicitado à Teresa é que se resolva a questão financeira, do pagamento desse projeto (PONTES, 2015. Informação verbal).

Para Silva (2015b. Informação verbal), é relevante a mudança na postura do poder público da proposta da OUC denominada Nova BH - em que foram registradas denúncias junto ao Ministério Público sobre as irregularidades no processo participativo, para a OUC ACLO. Para ela, o corpo técnico tem sido solicitado as demandas colocadas pelos moradores sobre a necessidade de melhorias no bairro, desta forma vê a operação como algo positivo e necessário.

Eu vejo a operação de forma muito positiva. Não só para a Lagoinha, mas para toda a Belo Horizonte. Se for bem construída a operação, da forma que está sendo colocada junto à comunidade [...] com o número maior de participantes moradores do que própria prefeitura, eu entendo que a gente vai ter uma grande operação, uma grande mudança positiva para a cidade de Belo Horizonte. [...] é uma grande chance da Lagoinha realmente ter a sua revitalização (SILVA, 2015b. Informação verbal).

Ainda assim, Silva (2015b. Informação verbal) coloca que falta o direcionamento da atuação do poder público para políticas públicas tendo em vista a concentração de moradores de rua, a insegurança proporcionada no acesso ao Centro a partir da passarela e a presença de dependentes químicos no bairro. Ressalta ainda o esforço do corpo técnico da prefeitura na condução do processo participativo da OUC ACLO, alegando ter participado das reuniões de discussão e entendimento da operação e de fazer parte do grupo de trabalho durante as audiências públicas realizadas. Contudo, destaca que falta o esforço do poder público na divulgação da OUC ACLO para participação das comunidades que serão afetadas pela operação nas reuniões públicas.

Arquiteto do Movimento Lagoinha Viva, Pontes (2015. Informação verbal) recorda que quando participava do Café com Prosa⁶⁵ foi solicitado a propor um projeto de requalificação do Bairro Lagoinha. A primeira proposta foi encaminhada em 2012 ao Café com Prosa, onde foi definido um perímetro que incorporava a porção Oeste do bairro.

Pontes (2015. Informação verbal) enfatiza que a partir do seu projeto a transposição entre o Centro e o Bairro Lagoinha seria feita não por uma “esplanada”, conforme proposta definida pela OUC ACLO, mas por um equipamento urbano de uso misto com área comercial, salas e espaços corporativos e comunicação social.

Pontes (2015. Informação verbal) reconhece que algumas de suas propostas foram incorporadas com a OUC ACLO, uma delas consiste em instalar na Rua Itapecerica, no imóvel conhecido como Casa da Loba, o Museu do Cotidiano. Essa ideia surgiu a partir do conhecimento de um senhor em Belo Horizonte que coleciona vários objetos, mobiliários, materiais que fizeram parte da história de Belo Horizonte. Tendo em vista a riqueza do acervo, na visão de Paulo Pontes, essa proposta pode ser articulada como uma continuidade ao Museu de Artes e Ofício.

⁶⁵ Sobre o Café com Prosa, Gonçalves (2015. Informação verbal) menciona que o projeto surgiu em 2010 por meio da atuação do Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política e era voltado à discussão dos interesses da comunidade para a região da Lagoinha, com o intuito de constituir uma ponte para reivindicação junto ao poder público. O projeto teve duração até 2012 e contribuiu para promover junto aos moradores, comerciantes e transeuntes no Bairro Lagoinha interação social e conformar uma rede de participação. A partir das reuniões que ocorriam semanalmente o Café com Prosa se tornou um atrativo político, dessa forma a partir dele surgiram lideranças que hoje atuam no bairro e adjacências.

Associado a isso, poderia ser pensado uma articulação com o SENAI para oferta de cursos profissionalizantes.

Ademais, é importante mencionar que o Movimento Lagoinha Viva tem exercido um papel importante nas mobilizações contra as ações destrutivas do poder público e na reivindicação de melhorias para a Lagoinha, constatado pela participação ativa da liderança nas discussões da OUC ACLO e pela incorporação de propostas de interesse histórico-cultural do bairro no plano urbanístico da operação.

3.3.3 Projetos sociais na Lagoinha

Desde o início do processo de ocupação, o Bairro Lagoinha carrega o estigma social por abrigar imigrantes, operários e pessoas de baixa renda que procuravam lotes mais acessíveis fora dos limites da zona planejada. Ao mesmo tempo em que a região era vista pelo poder público como estratégica para realização de melhorias viárias no âmbito metropolitano, era negligenciada no que tange as melhorias urbanas no âmbito local, voltadas para a qualidade de vida da população residente.

Silva (2015b. Informação verbal) destaca que para o bairro foram previstos equipamentos comunitários que não eram de interesse do poder público que fossem estabelecidos dentro da zona planejada, como o cemitério. Nesse sentido, o bairro sempre acolheu tudo aquilo que era rejeitado para as áreas mais nobres da cidade pelos administradores e planejadores.

Diante da proximidade da Lagoinha com a área central e com a rodoviária, a região configura-se atrativa para a população flutuante em situação de rua e evidencia a necessidade de direcionamento de políticas públicas que minimizem a vulnerabilidade social e que contribuam para a implementação de ações mais redistributivas no atendimento das necessidades básicas da população carente.

Para Filipe Thales dos Santos⁶⁶ (2015. Informação verbal), quando se fala em revitalização da Lagoinha é necessário pensar no bairro a partir da esfera social:

Então, a revitalização da Lagoinha é um processo de reestruturação humana, social e arquitetônica, que vai envolver todo o complexo da Lagoinha. [...] se não revitalizar o espaço, vai continuar tendo gente 'segregada' [sic]. [...] E se o social não for feito, 'né' [sic], não tem jeito de trabalhar [...]. É isso que é a revitalização da Lagoinha (SANTOS, 2015. Informação verbal).

Leri Faria Junior⁶⁷ (2015. Informação verbal) também considera preocupante a falta de políticas públicas na região direcionadas para população em situação de rua e para os dependentes químicos:

A discussão da droga também na região, comum no país inteiro, ela é extremamente retrógrada e atrasada. [...]. A sociedade tem que lidar com o que ela considera os dejetos sociais dela também [...]. E a Lagoinha eu acho que é um pouco uma síntese disso. Você vê o crack ali, uma coisa devastadora. As pessoas espalhadas e você passa de noite ali é noturno, não tem nada. Só os 'noiados' [sic] (FARIA JUNIOR, 2015. Informação verbal).

Neste contexto, tendo em vista a negligência do poder público com a região nas últimas décadas, têm sido expressivos os projetos sociais empreendidos por moradores, por instituições religiosas e acadêmicas buscando prestar assistência à população carente, fortalecer o sentido de comunidade no bairro por meio do resgate da história, da memória musical e artística da região e estimular a capacidade de mobilização na reivindicação de melhorias urbanas.

Destacam-se nesse cenário os centros espíritas que fornecem cuidados aos moradores de rua. Pedro Pereira⁶⁸ (2015. Informação verbal) ressalta positivamente o papel de grupos de apoio, como o promovido pelo centro espírita do qual faz parte, na doação de alimentos e no cuidado com a população de rua. Ainda, ressalta a falta de políticas públicas na área social voltada para o bairro.

⁶⁶ Filipe Thales trabalha com publicidade e é assessor parlamentar. Morou no Bairro Lagoinha por um período e participou de algumas matérias do Jornal Daqui, projeto desenvolvido pelo UniBH.

⁶⁷ Leri morou na década de 1970 no Bairro Colégio Batista e frequentava, sobretudo, a porção Leste da Lagoinha. Nasceu em 1955. É compositor, artista de teatro e trabalha na área de comunicação.

⁶⁸ Pedro Pereira tem 32 anos, é historiador e pesquisador, trabalhou como colunista para o Gazeta da Lagoinha. Sempre morou no Bairro Lagoinha e gosta de pesquisar a história e cotidiano do bairro.

Outros projetos sociais que têm sido desenvolvidos no Bairro Lagoinha e adjacências são empreendidos pelas Igrejas Nossa Senhora da Conceição e Batista da Lagoinha que desenvolvem trabalhos sociais com a população carente e moradores de rua; pelo Instituto Pedra Viva, ONG situada na Rua Itapecerica que contribuí por meio de projetos artísticos e culturais para a formação de crianças e adolescentes na região; pelo Mercado da Lagoinha que promove atividades culturais para os moradores da região; pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Pedreira Prado Lopes que desenvolve trabalhos sociais junto às famílias carentes, entre outros.

3.3.3.1 Mercado Popular da Lagoinha

Situado na Rua Formiga, próximo ao Hospital Odilon Behrens, o Mercado Popular da Lagoinha constituí uma importante referência para os moradores na região. Construído pela Beneficência da Prefeitura Municipal (BEPREM), o mercado surgiu em 1950 para suprir a demanda de abastecimento da capital, tendo em vista que a Lagoinha era reconhecida como subcentro de Belo Horizonte. Em 1988 o Mercado Popular da Lagoinha foi desativado e em 1995 passou por uma reforma por meio do “Projeto Lagoinha” (FREIRE, 2009).

Atualmente o Mercado Popular da Lagoinha abriga três secretarias, a saber: a Secretaria de Abastecimento e Segurança Alimentar, que oferta cursos na área de gastronomia; a Secretaria da Saúde, que oferece atividades físicas por meio da academia da cidade e a Fundação Municipal de Cultura, que oferta os cursos voltados para a formação artística e cultural. O Centro Cultural apresenta também como serviços contínuos a biblioteca que realiza saraus e rodas de leitura com a comunidade, além de ceder o espaço para ensaios de grupos com interesse cultural (BAKIR, 2015. Informação verbal).

Rosemary Freitas Bakir é gestora do Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira. O centro foi implantado em 24 de julho de 1999 pela Secretaria de Administração Regional Municipal Nordeste e atualmente funciona vinculado à Fundação Municipal de Cultura (CENTRO..., 2016).

Sobre o envolvimento da comunidade nas atividades ofertadas pelo Centro Cultural, Bakir (2015. Informação verbal) pontua que inicialmente o centro

situava-se no Conjunto Araribá, dentro da Pedreira Prado Lopes. O equipamento foi fundado pelo Sr. Liberalino, que era um líder comunitário da favela. Posteriormente, o espaço foi transferido para o Mercado da Lagoinha devido aos problemas de manutenção. Na visão de Bakir (2015. Informação verbal) essa mudança para o Mercado da Lagoinha foi positiva já que o espaço é neutro e de fácil acesso, o que possibilita o envolvimento nas atividades ofertadas não só dos moradores da Pedreira, mas da Lagoinha e bairros adjacentes.

Recentemente, tendo em vista o reconhecimento da Lagoinha e adjacências como o berço do samba, foi promovido pela Fundação Municipal de Cultural e pela Prefeitura de Belo Horizonte o 1º Festival de Samba da Lagoinha (Figura 18). As apresentações ocorreram no dia 29 de novembro de 2015 e o festival contou com o envolvimento da comunidade e a participação de sambistas renomados. O festival é um exemplo de ação voltada ao resgate da história e memória da região.

Figura 18 – 1º Festival de Samba da Lagoinha promovido da Prefeitura de Belo Horizonte e Fundação de Cultura



Fonte: Rosemary Bakir (folder cedido para a autora), 2015.

Sobre o envolvimento da população residente na região com as atividades ofertadas no mercado, Bakir (2015. Informação verbal) considera as comunidades do Bairro Lagoinha e adjacências muito receptivas e participativas. Relata que estão sempre envolvidos nas atividades que são ofertadas pelo mercado e que gostam de atuar mais do que observar espetáculos. Bakir (2015. Informação verbal) acredita que esse interesse em participar ativamente das atividades tem relação com a memória do lugar, já que historicamente a região é reconhecida pelo envolvimento dos moradores na musicalidade e em manifestações culturais.

Para Bakir (2015. Informação verbal), o Bairro Lagoinha e adjacências é muito rico em personalidades e grupos interessados no resgate e manutenção da história e memória do lugar. Destacam-se, na visão dela, o Sr. Lagoinha e o Mestre Conga, compositores e sambistas da região; os grupos vinculados a Igreja Nossa Senhora da Conceição; os jornais Fala Pedreira e Gazeta Lagoinha; a ONG Pedra Viva que atua na área de percussão. Entretanto, falta apoio financeiro e articulação entre esses grupos atuantes para o fortalecimento do patrimônio imaterial, artístico e cultural da região. Para ela, uma das maiores riquezas da região pode ser atribuída ao interesse dos moradores em serem atuantes nas atividades artísticas e na difusão da história do lugar.

3.3.3.2 Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora da Conceição

Situado na Rua Além Paraíba, o Santuário Arquidiocesano Nossa Senhora da Conceição completou 100 anos no dia 8 de novembro de 2014 e constituiu um marco no Bairro Lagoinha. Sobre o histórico da igreja, inicialmente foi erguida uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição que começou a ser construída no dia 8 de novembro de 1914, sendo finalizada em 1923. No ano de 1992 a igreja foi reconhecida como santuário.

Gonçalves (2015. Informação verbal) ressalta que pelo fato do Santuário Nossa Senhora da Conceição ser mariano, tem a tradição de celebrar a todo o momento Nossa Senhora. Por esse motivo, sempre ocorrem missas e festividades no santuário aos títulos de Nossa Senhora. Destacam-se, neste sentido, as celebrações da Semana Santa, as festas de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora da Aparecida.

Desta forma, o santuário constitui uma importante referencia na Lagoinha pelas celebrações que são realizadas tradicionalmente e por ocupar uma posição de destaque no bairro, ao situar-se em um ponto elevado da Rua Além Paraíba. Para moradores como Utch (2015) e Silva (2015b) a Igreja Nossa Senhora da Conceição é um marco no bairro que sinaliza quando estão próximas de casa.

Além disso, o santuário proporciona assistência social aos grupos carentes e constitui um local de reunião da comunidade – um dos eventos mais relevantes foi a mobilização contra o decreto de desapropriação (15.252/2013) que reuniu em torno de 600 pessoas na quadra da igreja.

Sobre a arquidiocese de Belo Horizonte, Frederico Rich⁶⁹ (2015. Informação verbal) relata que o Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política funciona no bairro desde 2005 (situa-se na Rua Além Paraíba). Antes de ser fundado, já existia a Providência Nossa Senhora da Conceição desde a década de 1950, sendo posteriormente incorporada ao Vicariato. Ambos são organismos de ação social da Arquidiocese de Belo Horizonte.

A Arquidiocese de Belo Horizonte está presente em 28 municípios, congrega uma rede de comunidades reunidas em 11 santuários, 267 paróquias territoriais, duas paróquias pessoais, uma paróquia militar, dois curatos e em três áreas pastorais. Divide-se em quatro grandes regiões episcopais: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Esperança e Nossa Senhora da Piedade. Sua ampla estrutura conta com três vicariatos episcopais: de Ação Pastoral, de Ação Social e Política e de Comunicação e Cultura (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2014, p.13).

O projeto que é desenvolvido no Vicariato não é voltado especificamente para o bairro e região, tem maior abrangência de atuação já que a Arquidiocese é composta por 28 municípios. O Vicariato foi criado pela Arquidiocese justamente para articular a diversidade de trabalhos sociais que são de seu âmbito, buscando criar uma ação social e política mais integrada (RICH, 2015. Informação verbal).

De acordo com Rich (2015. Informação verbal), a edificação que abriga o Vicariato, antes de sediar a instituição, funcionava como o Colégio Nossa Senhora da Conceição, que era vinculado à igreja Nossa Senhora da Conceição. Hoje o prédio abriga a Sede das Pastorais, a saber: pastoral de rua, pastoral carcerária, pastoral da criança, pastoral do menor, pastoral de direitos humanos, agentes

⁶⁹ Frederico Rich trabalha no Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política há 6 anos.

pastorais negros, pastoral da sobriedade, pastoral da AIDS, pastoral dos sem casa. A pastoral da mulher, apesar de não situar-se no edifício, também é um trabalho social desenvolvido no âmbito da Arquidiocese.

Ainda, Rich (2015. Informação verbal) menciona que um dos serviços mais significativos do Vicariato é a Acolhida Solidária Dom Luciano Mendes de Almeida, mais conhecida como central de acolhida. O serviço situa-se na entrada do edifício que abriga o Vicariato e desenvolve o trabalho social de receber pessoas em situações emergenciais que não conseguem fácil acesso aos serviços de assistência social, de saúde e educação por motivos diversos como familiares de carcerários, pessoas que passam fome, necessitadas de doação de cestas básicas. Sendo assim, esse serviço atende uma população flutuante do bairro que inclui os moradores de rua e alguns moradores da Pedreira e vizinhanças. Segundo a Arquidiocese de Belo Horizonte (2014, p.37) “A Acolhida Solidária busca encaminhar todos os que necessitam de apoio para os diversos serviços oferecidos pela Igreja. Também orienta sobre os locais onde é possível solicitar apoio do poder público”. Além disso, a Pastoral de Rua presta assistência aos moradores de rua semanalmente (RICH, 2015. Informação verbal).

Existem também atividades sociais voltadas para dependentes químicos realizadas pela Pastoral da Sobriedade. Nesse caso é um serviço que se desenvolve não na linha da abordagem de rua, mas da prevenção. Outro projeto social que é desenvolvido pela Arquidiocese ocorre na Casa de Apoio à Saúde Nossa Senhora da Conceição, também situada na Rua Além Paraíba. A casa acolhe pessoas com alta hospitalar em situações vulneráveis como moradores de rua e soropositivos (RICH, 2015. Informação verbal).

3.3.3.3 O Jornal Gazeta da Lagoinha e o Jornal Daqui – UniBH

De acordo com Creso Campos (2015. Informação verbal), o jornal Gazeta da Lagoinha, idealizado e editado por ele, começou a ser produzido em 2005. Creso Campos afirma que o jornal constitui um importante meio de comunicação no bairro e que possibilita que pessoas que não residem no bairro saibam sobre a história e qualidades da região. Para ele, é uma forma da Lagoinha ser mais valorizada, já que

muitas vezes criam-se imagens negativas do bairro que não correspondem à realidade.

Campos (2015. Informação verbal) ressalta que as matérias têm como foco a história e boas ações que fazem parte do cotidiano da Lagoinha. O jornal também constitui um meio de divulgação de denúncias contra ações empreendidas pelo poder público e de situações que evidenciam o descaso com o bairro. De acordo com Campos (2015. Informação verbal) o objetivo do jornal é de:

Valorizar a Lagoinha. É para valorizar, que aqui é bom para morar, aqui é sadio. [...]. Aqui você não vê a manchete: Aconteceu um crime na Lagoinha. Você não vê isso no jornal. [...]. Aí você denuncia a prefeitura, o governo que não está dando força, não está ajudando, não está cooperando (CAMPOS, 2015. Informação verbal).

Campos (2015. Informação verbal) ainda critica o sensacionalismo da mídia quando retrata a Lagoinha por expor somente aspectos negativos do bairro. O jornal é produzido mensalmente e é distribuído gratuitamente em estabelecimentos comerciais e pontos de referência na região.

Outro trabalho jornalístico que é desenvolvido na região é o Jornal Daqui/UniBH. De acordo com a professora Lorena Tárzia⁷⁰, o Jornal Daqui é um projeto de extensão desenvolvido pelo Centro Universitário UniBH que teve início a partir de 2012. O projeto resulta na produção quinzenal de matérias feitas por alunos bolsistas e pelos próprios moradores da Lagoinha sobre temas relevantes do bairro e de interesse local (TÁRCIA, 2015. Informação verbal).

As matérias são produzidas no Laboratório de Convergências de Mídias com enfoque hiperlocal e participativo e procura articular diversas mídias como meio de divulgação das informações. Inicialmente, a produção era veiculada por meio da TV UniBH, contudo, por ser um canal pago, o acesso tornou-se limitado à instituição, dificultando a divulgação das reportagens entre a comunidade do bairro. Assim, no momento atual, o projeto busca integrar outro formato de comunicação mais acessível à comunidade o qual possibilitará a divulgação na página online do jornal (TÁRCIA, 2015. Informação verbal).

Em relação às propostas institucionalizadas que são direcionadas ao Bairro Lagoinha, Tárzia (2015. Informação verbal) percebe que muitas vezes é difícil

⁷⁰ Lorena Tárzia é professora no Centro Universitário UniBH.

manter contato com a comunidade tendo em vista que as pesquisas, em sua maioria, não se concretizam em melhorias efetivas na região e geram a necessidade de mobilizações dentro do bairro para desenvolvimento das matérias. Além disso, considerando a complexidade da região, muitas vezes é difícil o trabalho de investigação diante da predominância de visões políticas diferentes dentro do bairro, o que exige um olhar apurado.

Porque a gente vê muita sacanagem, 'né'[sic]? Muita coisa que... “Ah, projeto Lagoinha mais viva, Lagoinha mais vida”. [...]. Ah, vamos fazer varrição de rua, vamos dar uma maquiada no bairro. [...]. Ah, não é. Isso é maquiagem, 'né'[sic]? E eles falam disso com uma boca cheia, como se fosse resolver o problema da comunidade (TÁRCIA, 2015. Informação verbal).

Tárcia (2015. Informação verbal) ressalta também que pelo fato da Instituição UniBH estar situada no Bairro Lagoinha, carrega a responsabilidade social de desenvolver projetos em prol da comunidade. Para ela, o bairro apresenta uma enorme diversidade social, uma complexidade que é vista no próprio cotidiano e que, no entanto, encontra-se carente quanto ao atendimento de demandas que são específicas de quem vive na região. Sobre o motivo que despertou o interesse de desenvolver o projeto na Lagoinha, Lorena Tárcia coloca que:

[...] minha proposta inicial foi justamente a questão da gente estar no entorno de uma comunidade carente, com necessidades prementes que a gente percebia sem ninguém olhando muito por ela. Então é um projeto que pode ser levado para qualquer lugar. Mas eu, particularmente, meu interesse é aqui. Eu acho que a gente tem a obrigação de ter alguma participação com a comunidade. [...]. Eu acho que a gente tem uma responsabilidade social grande aqui (TÁRCIA, 2015. Informação verbal).

Desta forma é relevante destacar que, em oposição à mídia que muitas vezes apresenta abordagens tendenciosas ao enfatizar somente aspectos negativos do Bairro Lagoinha e adjacências que contribuem para a dessemantização do lugar para o público que não reside na região, os jornais locais procuram destacar em suas abordagens peculiaridades cotidianas e aspectos positivos da Lagoinha.

3.3.3.4 Projetos de interesse artístico e cultural

Apesar da Lagoinha se destacar pela forte referência na musicalidade, alguns projetos culturais também foram desenvolvidos na região como da Associação Fabricarte (2006) e o Teatro dos Mascarados (2012).

A ideia do Projeto da Fábrica Centro Madeirense Arte e Cultura (Fabricarte) teve origem em 2002, quando foi descoberto o imóvel situado entre a Rua Itapecerica e a Rua Turvo, no Bairro Lagoinha (Figura 19). Entre os anos 2003 e 2004, foi iniciada a reforma do galpão a partir da parceria estabelecida entre a associação cultural da ONG SeraQuê? Cultural e a madeirense proprietária do estabelecimento, por meio da iniciativa do bailarino Rui Moreira e a bailarina e pedagoga Bete Arenque, que atuam na associação (FARIA JUNIOR, 2015. Informação verbal).

Figura 19 – Fachada do galpão que funcionou como sede da Associação Fabricarte-128



Fonte: Leri Faria Jr. (cedida para a autora), 2015.

Idealizada na década de 1990, a ONG SeraQuê? Cultural é voltada para o desenvolvimento de trabalhos comunitários que promovem o acesso à informação por meio da arte, de atividades esportivas e de dança e oferece cursos de capacitação que visam contribuir para a inserção de indivíduos de realidades social e econômica distintas no mercado de trabalho. Busca promover relações horizontais por meio de ações desenvolvidas dentro de comunidades onde, muitas vezes, os

indivíduos têm oportunidades limitadas na vida de ter contato e experiências relacionadas com arte e cultura (FARIA JUNIOR, 2015. Informação verbal).

Em 2004 o compositor e artista de teatro Leri Faria Junior passou a fazer parte da ONG e assumiu o cargo de diretor de Comunicação e Planejamento da associação SeraQuê?, atuando no projeto de reforma do galpão da madeirense para abrigar o centro de cultura Fabricarte.

Para Faria Junior (2015. Informação verbal), a Lagoinha carrega o estigma de ser reconhecida por suas perdas ao longo de décadas e é tratada com desrespeito diante de sua fama de zona de prostituição. Pelo fato da região ser carente de espaços físicos voltados para socialização da comunidade seriam previstos, por meio desse projeto, espaços destinados às celebrações e eventos da comunidade. Faria Junior (2015. Informação verbal) destaca que esses espaços possibilitariam mobilizações dos moradores e a implantação de projetos culturais em parceria com as escolas públicas do entorno, com o intuito de despertar o interesse por atividades artísticas e culturais na região a partir da formação de gerações futuras.

Faria Junior (2015. Informação verbal) considera que as características singulares do bairro estão imbricadas no cotidiano, nos códigos de comportamento e de linguagem popular que são estabelecidos entre os moradores, construídos a partir da convivência diária:

Eu acho que deveria se pensar um pouco da Lagoinha como comunidade, como jeito de viver. Como reduto humano no centro. [...]. A partir do momento que essas características populares se mantêm, essa convivialidade que até hoje é meio anarquista, para o carro ali no meio da rua e diz "Ô 'Fulano' [sic] me dá um negócio aí". Essa coisa mais popular, ela continua na Lagoinha. Continua ali naquele reduto ali perto do Odilon Berehns, que é meio a confluência das duas favelas. Lá embaixo na Vaz de Melo desapareceu um pouco, mas se você vai à Rua 'do Peixe' [sic], lá no Bonfim tem outro núcleo ali, entendeu?[...] (FARIA JUNIOR, 2015. Informação verbal).

Ainda, a partir do projeto da Fabricarte, de acordo com o Leri Faria Junior (2015. Informação verbal), foram concebidas três frentes de atuação, a primeira voltada para a criação de espaços de fruição artística, a segunda para a promoção de cursos de capacitação de formação de novos profissionais do teatro e a última frente voltada para a tentativa de se criar um espaço autossuficiente na produção de materiais audiovisuais.

A Associação Fabricarte foi oficialmente criada em novembro de 2006 e, em 2008, assumiu o posto de gestora, alcançando verbas do Fundo Estadual de Cultura para andamento das obras de instalações da associação (FARIA JUNIOR, 2015. Informação verbal).

Um dos fatores que dificultou o andamento da proposta foi a falta de incentivos e de parceiros interessados nesse tipo de projeto que, na visão de Faria Junior (2015. Informação verbal), é considerado estruturante por refletir o uso da arte e da cultura como forma de contribuir no desenvolvimento crítico e no discernimento dos indivíduos, o que é diferente da mercantilização da arte camuflada como ferramenta de transformação social e cultural.

Outra proposta que foi desenvolvida voltada para o fortalecimento cultural da região foi o espetáculo teatral denominado Naquele Bairro Encantado (2011), desenvolvido pelo Teatro Público. Eberth Guimarães da Silva⁷¹ (2015a. Informação verbal), que participou como ator, ressalta que a proposta foi beneficiada pela Fundação Municipal de Cultura e surgiu a partir do tema de doutorado de um dos atores que propôs, juntamente com os outros participantes do espetáculo, morar temporariamente no Bairro Lagoinha. Durante o espetáculo foram utilizadas máscaras teatrais para evocar memórias a partir da vivência cotidiana na Lagoinha.

Praça XV, sábado, 19h. No coração da Lagoinha, tradicional bairro boêmio localizado na região Noroeste de Belo Horizonte, um grupo de figuras mascaradas munidas de cavaquinho, violão, caxixi, dentre outros instrumentos musicais, inicia uma seresta direcionada às casas do bairro.

Aos poucos, alguns moradores surgem nas janelas e reagem com certa nostalgia às canções antigas tocadas pelos mascarados. Entre uma música e outra, lembranças de tempos remotos são resgatas e o diálogo com esses estranhos seres se torna uma legítima conversa de vizinhos (GUIMARÃES, 2011, p. 3).

Silva (2015a. Informação verbal) destaca que os motivos que influenciaram na escolha da região pelo grupo teatral estão associados à importância do bairro para a história de Belo Horizonte e ao estado de degradação em que atualmente a Lagoinha se encontra, esquecida perante o poder público e a sociedade. Por outro lado, o bairro é muito rico em suas práticas cotidianas,

⁷¹ Eberth é ator, músico e professor de música. Participou em 2011 por meio do Teatro Público do projeto denominado Naquele Bairro Encantado que consistiu em intervenções teatrais desenvolvidas no Bairro Lagoinha.

sobretudo vinculadas à musicalidade e religiosidade, o que despertou o interesse do grupo de investigação da área. Assim, o projeto (Figura 20) buscou de certa forma contribuir para o resgate da história do bairro por meio de simulações de acontecimentos marcantes na Lagoinha e da criação de personagens fictícios mascarados que interagem com os moradores.

Figura 20 – Intervenção Naquele Bairro Encantado realizada no Bairro Lagoinha pelo Teatro Público



Fonte: Jornal O Tempo, 2011.

3.3.4 Verticalidades e horizontalidades no Bairro Lagoinha e adjacências

Apesar das tentativas de dessemantização da Lagoinha e bairros vizinhos por meio das visões negativas que são criadas a partir da mídia e de transeuntes que enxergam somente a região por suas "bordas", é relevante como a região ainda permanece carregada de significados e memórias afetivas que reforçam o sentimento de pertença dos moradores em relação a esse lugar. Sobre o conceito de lugar, Bessa (2011, p. 37) coloca que:

É a parte do território que, obrigatoriamente, resulta das relações afetivas dos homens com o meio, ecológico e/ou técnico, dos homens com os homens, onde se cria uma relação de pertencimento (o homem sentindo-se em casa), uma identidade entre comunidade e sítio. O lugar está na escala do homem, ao alcance de seus limites. É nele que acontece a história de cada um, que, somada às histórias de tantos outros, ao longo dos tempos, forma a memória coletiva.

De acordo com Santos (2006), são múltiplas as forças que atuam sobre o espaço urbano e que interferem na vivência cotidiana. Assim, é importante para o reconhecimento do contexto e dos fatores que interferem nas características locais, analisar as forças atuantes em uma escala macro (totalidade) e em uma escala micro (lugar): “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2006, p.231).

Ademais, Santos (2010) ressalta que as forças verticais atuam sobre o lugar em prol de interesses ou motivações que muitas vezes distanciam da realidade local. Esses processos podem provocar estranhamentos e reações dos microatores contra esses macroatores que buscam transformar o espaço urbano por meio de uma lógica hegemônica, técnica e científica.

Já nas forças horizontais predominam ações colaborativas que se inserem no cotidiano e que são construídas coletivamente (SANTOS, 2010):

Esse espaço banal, essa extensão continuada, em que os atores são considerados na sua contiguidade, são espaços que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção. [...] Em tais circunstâncias pode-se dizer que a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência do comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum (SANTOS, 2010, p.109).

Tendo em vista as forças que atuam sobre o espaço urbano, configuram manifestações de verticalidades na Lagoinha e adjacências:

- o poder público e parceiros privados que têm atuado na região nas últimas décadas produzindo mutilações no espaço urbano pelas obras viárias e interferido negativamente no cotidiano da população residente;

- empresas que têm atuado na compra de imóveis e terrenos no local e que têm potencializado a derrubada de edificações históricas. Neste sentido, é importante mencionar que a Lagoinha possui muitos imóveis subutilizados e terrenos vazios sendo veladas as questões que envolvem a especulação imobiliária na região;

- organizações sociais atuantes no Bairro Lagoinha e adjacências que podem ser vistas tanto como macroatores, quando reivindicam interesses particulares sem o consentimento dos moradores, quanto como forças horizontais, quando articulam interesses coletivos, como a manifestação que ocorreu contra o Decreto de Desapropriação em 2013.

Já como forças horizontais podemos citar, entre outras:

- os projetos culturais que tem ocorrido no Mercado da Lagoinha que buscam resgatar a memória coletiva e as práticas culturais que são singulares na região;

- as ações sociais vinculadas às Igrejas Nossa Senhora da Conceição, do Bonfim e Batista da Lagoinha e aos Centros Espíritas;

- as ações pontuais de moradores que tem promovido o resgate da história e de manifestações culturais na região, além de contribuir para o fortalecimento do sentido de comunidade;

- as instituições acadêmicas, ao mesmo tempo em que podem atuar como forças horizontais colaborando para o fortalecimento da comunidade, das práticas culturais e memória da região, podem também ser reconhecidas como verticalidades quando não estabelecem uma relação de troca de conhecimento com os moradores.

Bessa (2011) atribui ainda outra conceituação para as forças que são capazes de modificar as estruturas organizacionais verticais e horizontais. São denominadas de forças de filtro:

Assim, as forças de filtro são legislações e ordenamentos públicos que são criados de fora dos territórios e disciplinam ações e comportamentos que valem para diversas localidades. Elas podem modificar a ação das forças verticais e/ou horizontais, podendo ser acionadas tanto pelos macroatores que comandam as verticalidades quanto pelos atores que comandam as forças horizontais (BESSA, 2011, p.243).

Neste sentido, podemos citar no caso da Lagoinha a Secretaria Municipal de Cultura que têm atuado na conservação da paisagem por meio de ações de proteção de tombamento de imóveis na região. A apropriação dos instrumentos de proteção de tombamento de imóveis por forças hegemônicas podem provocar o “congelamento” da paisagem e o progressivo estado de degradação dos bens pela falta de articulação com políticas de restauro e de conscientização social, todavia, quando apropriado por forças horizontais como a população residente, o vínculo com o lugar pode contribuir para o interesse coletivo em recuperar o patrimônio histórico e cultural.

Outro instrumento que pode ser acionado tanto por macroatores quanto pelo interesse coletivo da população residente é a legislação da OUC ACLO. Quando o instrumento é apropriado essencialmente por macroatores, representados pelo poder público e parceiros privados, sem o envolvimento da comunidade, pode resultar em ações perversas de renovação do espaço urbano. Já quando há o envolvimento com as comunidades locais pode se caracterizar como ações horizontais. Nesse sentido, na Lagoinha e adjacências verifica-se de forma incipiente a tentativa do corpo técnico do setor de planejamento da prefeitura em manter um diálogo mais próximo da escala local, contudo, tendo em vista que a construção da proposta se deu, sobretudo, pela contribuição das lideranças de bairro não é possível afirmar que há o envolvimento significativo da população local na etapa de elaboração do projeto.

Todavia, é importante ressaltar que essas forças atuantes sobre o espaço urbano não se esgotam, foram mencionadas nesse trabalho aquelas que adquirem maior relevância a partir da análise da influência dessas forças no cotidiano.

3.3.5 Perspectivas futuras: a OUC ACLO na visão dos moradores da Lagoinha e adjacências

Apesar de a OUC ACLO prever no plano urbanístico melhorias para a região, muitos moradores mostraram-se receosos com a proposta ou alegaram não ter conhecimento das diretrizes que estão sendo preconizadas para a Lagoinha. Embora alguns moradores tenham participado da etapa de discussão dos Planos Regionais, a descrença no processo participativo intensificou o desinteresse por ações direcionadas ao bairro vinculadas ao poder público.

Utsch (2015. Informação verbal), que tem se envolvido em algumas discussões públicas e mobilizações que visam melhorias para o bairro, enfatiza que teve uma experiência negativa em 2013 com a proposta do decreto de desapropriação que foi divulgado no bairro sem consentimento dos moradores.

Ainda, Utsch (2015. Informação verbal) ressalta que em 2013 participou das audiências públicas regionais e que foi traumático o posicionamento “grosseiro” dos técnicos da prefeitura. Destaca como um dos episódios marcantes nas audiências ocorridas no período a postura desrespeitosa do então secretário adjunto

de planejamento urbano Marcello Faulhaber, que disse energicamente que a Lagoinha era um bairro de prostitutas, traficantes e de “desmanchadores de carro”:

Teve aquele Faulhaber, aquele louco, que falou que na Lagoinha só tinha prostituta, traficante e desmanchador de carro e que a gente não queria o Centro Administrativo porque isso iria acabar com os nossos negócios, ‘né’ [sic], da prostituição, do tráfico e do desmanche de carro. Então assim, foi um absurdo. [...]. Uma falta de respeito muito grande com os moradores (UTSCH, 2015. Informação verbal).

Faria Junior (2015. Informação verbal), que também participou de algumas reuniões iniciais da operação urbana quando da definição dos grupos para discussão dos planos regionais (Nova BH), relata que desistiu de continuar a acompanhar as reuniões devido à ineficácia dos processos participativos. Para ele, apesar de serem destinados esses espaços para discussão, o que prevalece nas intervenções conduzidas pelo poder público é o interesse de quem pode financeiramente contribuir por meio das parcerias público-privadas na renovação urbana da cidade.

Faria Junior (2015. Informação verbal) acha que a Lagoinha é muito cobiçada pelas grandes construtoras por ser uma das poucas áreas que ainda apresenta vazios com interesse de adensamento. Na visão dele, estas propostas de renovação urbana que estão sendo direcionadas para a Lagoinha a partir da operação visam explorar o potencial turístico do bairro a partir da sua história, o que impulsiona investimentos voltados ao turismo e aos interesses do mercado imobiliário na região.

O que eu sinto uma das razões para eu perder o interesse é que essa coisa aparentemente participativa ela é muito fictícia. [...] a decisão está em quem vai pagar mais na negociata na construção da cidade. [...]. Então na verdade o interesse eu acho que é só atender a ‘goela’ [sic] grande do mercado imobiliário mesmo. Eu não tenho outra expectativa (FARIA JUNIOR, 2015. Informação verbal).

Dantas (2015. Informação verbal), que tem conhecimento da proposta da OUC ACLO a partir do Movimento Lagoinha Viva e da sua participação em discussões públicas, não concorda com a forma como vem sendo conduzida a operação devido à previsão de execução do projeto em longo prazo, o que não garante que as intervenções serão executadas, e pelo receio de que poderá não haver a participação da comunidade no processo. Ainda, Dantas (2015. Informação verbal) coloca que a comunidade não tem sido informada ou consultada para a definição das propostas.

Para Dantas (2015. Informação verbal) já foram conduzidas muitas obras viárias na Lagoinha e atualmente o que a região necessita é de projetos sociais. Ela acredita que a proposta da OUC ACLO não poderá resolver a “cracolândia” que interfere negativamente no cotidiano dos moradores, já que é um problema social.

Ademais, Dantas (2015. Informação verbal) enfatiza que não é possível desenvolver um projeto desta magnitude ouvindo somente presidentes de associações, pois nem sempre eles vão representar o interesse da comunidade. Para Cida Dantas, conduzir um projeto nessa escala e dessa maneira reflete o interesse do poder público em vender a cidade para empresários. Dantas (2015. Informação verbal) acompanhou grande parte da trajetória do Projeto Nova BH e sua mudança para OUC ACLO, mas acabou desanimando por achar que não havia o envolvimento efetivo da comunidade nas propostas:

Porque quando era o Nova BH, eles fizeram o projeto na calada da noite, não ouviu ninguém, só ouviram quem eles queriam [...] que iam concordar com eles, que são alguns presidentes de associações que se julgam presidente da comunidade mas que na verdade não tem nada a ver, não passa nada para a comunidade. Não representa a comunidade. Então é muito fácil você discutir um projeto desta dimensão com dez pessoas (DANTAS, 2015. Informação verbal).

Sobre a proposta de revitalização da Lagoinha a partir da OUC ACLO, Silveira (2015. Informação verbal) sente muita desconfiança sobre o processo e manifesta receio de que a possibilidade de valorização cultural do bairro poderá resultar na descaracterização do que é tradicional na região. Para ela, a possibilidade de revitalizar a Lagoinha está associada ao cuidado que se deve ter tanto com o patrimônio material quanto imaterial da região e deve ser construído de forma coletiva. Ainda sobre a OUC ACLO, Silveira (2015. Informação verbal) afirma ter conhecimento das propostas que têm sido direcionadas no bairro, mas que grande parte dos moradores não tem.

Silveira (2015. Informação verbal) não tem participado dos grupos de discussões da OUC ACLO devido às reuniões serem incompatíveis com horários de trabalho. Ela considera tal ação inadequada, pois dificulta o envolvimento e acesso da população às informações de interesse comum.

Apesar dos aspectos negativos da operação urbana, Silveira (2015. Informação verbal) percebe o esforço por parte do corpo técnico da PBH em conduzir o processo participativo na OUC ACLO, entretanto, pelo fato de não serem moradores e por não se envolverem em mobilizações, são vistos com desconfiança

pela população residente. Olga Silveira acha que há uma grande distância entre aquilo que é colocado como ideal pelo corpo técnico para Lagoinha e o real, inserido nas práticas cotidianas.

Eu acho que tem um esforço [...]. Porque eles não são moradores, não conhecem o bairro. As pessoas aqui elas são meio que desconfiadas. É muito família mesmo, muito fechado. Então assim, por mais que eles tentem chegar, não conseguem chegar pela desconfiança, por não estar aqui mobilizando. Porque uma coisa é isso que estou te falando, assim, eu sou de comunidade, eu vou de porta em porta e quando eu bato eu tenho a legitimidade de dizer: “Olha. Ô gente, vamos à missa. Ô gente, é festa do Senhor do Bonfim, quem vai participar? Ô gente, vai ter a festa tal dia, vocês podem doar o quê?”. Eu estou aqui. Eu transito nisso aqui todos os dias (SILVEIRA, 2015. Informação verbal).

Pedro Pereira (2015. Informação verbal), também morador da Lagoinha, tem receios sobre as intervenções urbanas que estão sendo propostas com a OUC ACLO e teme a expulsão de moradores, a perda da história do bairro ou o aumento da “cracolândia”. Acredita que é incerto o futuro do bairro. Pereira (2015. Informação verbal) tem conhecimento de algumas propostas da OUC ACLO que têm sido direcionadas para o bairro relacionadas com a revitalização e a mudança de critérios de adensamento. Contudo, questiona quais os objetivos da revitalização e quem será beneficiado. Ainda, questiona o fato dos moradores não participarem diretamente na consolidação das propostas.

Morador 1 (2015. Informação verbal) apesar de conhecer pouco sobre a proposta da operação urbana, não nota transparência sobre a divulgação das informações, de forma que, para ele, não há clareza sobre o que está sendo proposto no bairro. Ainda, considera que não é de interesse da prefeitura que os moradores participem na construção da proposta, já que as reuniões públicas não são bem divulgadas e muitas vezes ocorrem em horários incompatíveis com jornada de trabalho.

Como ponto positivo da proposta da OUC, Morador 1 (2015. Informação verbal) destaca o incentivo a política habitacional, tendo em vista o esvaziamento populacional do bairro. Todavia, mostra-se receoso quanto a possibilidade de adensamento e verticalização da região. Assim, para ele, o adensamento poderia trazer problemas na circulação no bairro devido ao trânsito que acarretaria e na qualidade de vida, caso não sejam previstos equipamentos e serviços compatíveis com tal adensamento.

A partir dos depoimentos é possível inferir que grande parte dos moradores entrevistados desconhece a proposta da OUC ACLO e considera insuficiente a divulgação, tendo em vista que não são informados de reuniões públicas ou do projeto que está sendo direcionado para a região.

Outro fator que dificulta o entendimento das propostas, de acordo com Utsch (2015. Informação verbal), é a falta de conhecimento técnico dos moradores do bairro. Utsch (2015. Informação verbal) encara a OUC ACLO com desconfiança já que o corpo técnico ressalta apenas os pontos positivos, o que dificulta o entendimento do que está sendo realmente proposto. Para ela, o desconhecimento das propostas configura uma estratégia conveniente do poder público.

Ainda, Utsch (2015. Informação verbal) destaca ainda que não há uma clareza quanto aos impactos que serão ocasionados na área por conta das propostas de adensamento previsto nas quadras adjacentes a Antônio Carlos, principalmente em relação aos pequenos comerciantes e aos moradores por conta da possibilidade de aumento do custo de vida. Além disso, ressalta que futuramente poderá ocorrer aumento do valor de aluguel na área, de IPTU e pressão imobiliária para a venda de imóveis na região.

Utsch (2015. Informação verbal) acredita que com a proposta da operação poderá ocorrer um processo de gentrificação da área e de descaracterização do bairro, já que, possivelmente, passará a configurar uma extensão do Centro e correrá o risco de perder todas as suas particularidades.

Neste sentido, é importante destacar que o interesse em tornar a região um corredor cultural poderá repercutir negativamente nas manifestações culturais tradicionais que são presenciadas no bairro e que constituem o patrimônio imaterial da Lagoinha. O interesse turístico da região por meio da OUC ACLO poderá resultar na elitização da área e no incentivo de outras práticas culturais diversas àquelas que são tradicionais na região. O lugar, nessa perspectiva, transforma-se em produto de tal modo que para o turismo não tem importância a constituição de memórias afetivas ou as relações sociais particulares da região, mas as relações de consumo, tal como colocado por Bessa (2011):

No turismo, as relações são sempre provisórias, temporárias, fugazes e têm sempre a regê-las um interesse comercial. Por mais que exista encantamento, identificação, o turista não cria relações afetivas permanentes e gratuitas; se isto vier a ocorrer, ele deixa a condição de turista. O turista não participa continuamente do cotidiano do lugar (o

lugar pede continuidade) e suas relações são sempre provisórias e de fora, como espectador (BESSA, 2011, p.37).

Ainda sobre a proposta da operação urbana, a partir do depoimento dos moradores é possível inferir que, apesar da mudança no processo participativo do Projeto Nova BH para a OUC ACLO, ainda não tem sido efetiva a divulgação da proposta no âmbito local. Pode-se dizer que no caso do Bairro Lagoinha e adjacências, há o envolvimento expressivo do Movimento Lagoinha Viva e da ARCA Bonfim nos grupos de discussão da OUC ACLO e a contribuição na definição das diretrizes por parte das lideranças. Contudo, grande parte dos moradores ainda desconhecem a proposta.

Essa situação de desconhecimento da proposta por grande parte dos moradores é reflexo, entre outros fatores, da dificuldade de entendimento dos termos técnicos pela população residente a partir do material divulgado pela prefeitura, do desentusiasmo de parte dos moradores em procurar informações sobre a proposta como consequência das sucessivas decepções com a não concretização de projetos previstos para a região e da negligência do poder público nas últimas décadas, no que tange a possibilidade de melhorias urbanísticas para o bairro no âmbito local.

Além disso, a dificuldade de mobilizações na região (com exceção do episódio de manifestação contra o decreto de desapropriação em 2013), que pode ser atribuído aos interesses muitas vezes divergentes de lideranças e a dificuldade de reivindicarem questões comuns, também repercutem negativamente no envolvimento dos moradores do Bairro Lagoinha na trajetória da OUC. O fato das famílias tradicionais no bairro estarem envelhecendo poderia também ser considerado um fator limitador da participação dos moradores nas reuniões e audiências públicas por problemas de mobilidade.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo deste trabalho de analisar as práticas cotidianas em contraponto com as propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha, tendo como pano de fundo as diretrizes da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I - Leste-Oeste, é possível inferir que as ações institucionalizadas que têm sido direcionadas ao bairro nas últimas décadas têm contribuído para a intensificação do processo de dessemantização da Lagoinha. Esse processo de dessemantização tem sido instigado principalmente pelo poder público e pela mídia e tem induzido a perda da vitalidade do bairro no que tange a potencialidade da região para apropriações, mobilizações e manifestações socioculturais.

Entende-se como ações institucionalizadas as intervenções que têm sido conduzidas no bairro pelo poder público por meio das obras viárias e mutilações presenciadas no espaço urbano, sobretudo para atender aos interesses de mobilidade no âmbito metropolitano, e as recentes propostas da OUC ACLO direcionadas para a Lagoinha. Neste sentido, é conflituosa a relação estabelecida entre a demanda progressiva de obras viárias e de renovação urbana da região na escala metropolitana e as necessidades urbanas do bairro na escala local, expressas a partir da população residente.

Assim, aos olhos de quem utiliza o bairro como local de passagem, do poder público e da mídia, prevalece um imaginário de degradação, esquecimento e abandono sobre a região. Pode-se dizer que o que motiva a construção desse imaginário são as características físicas da região quando analisada a partir de suas “bordas” ou de seus limites. Ou seja, os vazios urbanos resultantes da implantação dos viadutos, a presença de imóveis degradados e a apropriação do espaço público por uma população flutuante composta por moradores de rua e dependentes químicos que se concentram nas vias que delimitam a região e que constituem importantes acessos para o Vetor Norte e bairros vizinhos - Rua Itapecerica, Avenida Antônio Carlos e Avenida Nossa Senhora de Fátima - contribuem para a construção de visões negativas sobre a Lagoinha. Neste sentido, essas características físicas da região que sobressaem a partir de seus limites dificultam ou impossibilitam o conhecimento da riqueza sociocultural e da vivência cotidiana por quem utiliza a região somente como local de passagem.

Apesar das mutilações urbanas visíveis no bairro, observamos que a Lagoinha ainda resiste por meio dos simbolismos, do cotidiano e do próprio interesse dos moradores e filhos de moradores antigos em perpetuarem sua importância para a história e para o patrimônio material e imaterial de Belo Horizonte. Desta forma, é relevante destacar que o bairro apresenta singularidades pela sua riqueza cultural presente nas celebrações, na musicalidade; pelas práticas interioranas e pelas memórias afetivas de seus moradores e frequentadores da região.

Ainda, práticas de resistência são presenciadas no bairro por meio das manifestações dos moradores contra as ações do poder público e de empresas atuantes na região. Tais práticas são verificadas, sobretudo, em momentos de ameaça dos interesses individuais pelas ações destrutivas empreendidas no espaço urbano. A resistência se faz presente também nas práticas interioranas de celebrações tradicionais que ocorrem nas ruas da Lagoinha e adjacências, como as festas religiosas, que se contrasta com o contexto metropolitano em que o bairro se encontra inserido; na manutenção dos quintais e no seu compartilhamento entre familiares que se opõem ao ritmo acelerado instituído pelas obras viárias; nas edificações históricas que perduram mesmo com a falta de incentivos do poder público para recuperação e manutenção do patrimônio.

Em relação ao potencial do Bairro Lagoinha para encontros, trocas de experiências, reivindicações e decisões no que tange o interesse coletivo da população residente, percebe-se que a escassez de espaços públicos para permanência na região tem contribuído para intensificar a condição de isolamento entre os moradores e dificultado mobilizações. Tais espaços se limitam à Praça 15 de Junho, situada no final da Rua Além Paraíba, muito utilizada para manifestações religiosas; à quadra do Santuário Nossa Senhora da Conceição, também situado na Rua Além Paraíba, que tem sido utilizada esporadicamente para reuniões com a comunidade e mobilizações e ao Mercado Popular da Lagoinha, situado na Rua Formiga, que tem possibilitado a realização de ensaios ou reuniões de interesse cultural. Deste modo, nota-se na região o enfraquecimento da dimensão política e social dos espaços públicos.

É importante mencionar que outro fator que tem dificultado mobilizações na Lagoinha e que tem contribuído para o enfraquecimento dos espaços públicos como locais de diálogo e de trocas de experiências é que, apesar da riqueza em

representatividade verificada por meio das organizações sociais existentes no Bairro Lagoinha e adjacências, os interesses e reivindicações dessas lideranças não são articulados. O que ocorre neste sentido é o que Sennett (2014) denomina de “comunidade destrutiva”, ou seja, as relações sociais se restringem aos indivíduos que compartilham dos mesmos ideais ou interesses para a região.

Tal situação limita os diálogos, a diversidade e a possibilidade de construção coletiva do futuro da Lagoinha e adjacências. Predomina o interesse em se estabelecer um consenso em grupos fechados ao invés de possibilitar a reflexão crítica sobre a situação atual da região a partir da contribuição de visões diversas e da construção coletiva de possíveis caminhos mais inclusivos para a condução dos processos urbanos na região. Para construção de uma relação mais horizontal é preciso que a comunicação seja constantemente reconstruída por meio do diálogo e que seja alimentada pelas diferenças e diversidade de opiniões.

Além disso, verifica-se como reflexo dessa falta de articulação entre as lideranças existentes no bairro o desconhecimento das propostas da OUC ACLO direcionadas ao Bairro Lagoinha e adjacências por parte significativa da população residente. Essa situação de desconhecimento das propostas da OUC ACLO pelos moradores também ocorre em consequência da ineficiente divulgação das reuniões e audiências pelo poder público. A divulgação tem ocorrido, sobretudo, pelo acesso ao site da prefeitura e os horários muitas vezes são incompatíveis com a jornada de trabalho dos moradores. A presença de um número significativo de idosos no bairro também dificulta o comparecimento às reuniões públicas devido aos problemas relativos à mobilidade.

Ademais, de forma geral, os moradores da Lagoinha sentem-se receosos em relação à proposta da OUC ACLO, temem a possibilidade de realização de desapropriações para renovação urbana do bairro e a intensificação da especulação imobiliária associada ao aumento no custo de vida que poderia provocar a expulsão da população residente. Ainda, os moradores consideram que a proposta de requalificação do bairro deve ser construída coletivamente, a partir dos interesses e reivindicações da população residente, tendo em vista que o bairro necessita de melhorias urbanas no âmbito local e somente a vivência cotidiana pode revelar quais são as necessidades mais iminentes.

Sobre a instituição da esfera pública como local de discussão dos interesses comuns da sociedade a partir dos arranjos participativos estabelecidos em Belo Horizonte – audiências públicas, reuniões do COMPUR e conferências – é importante ressaltar que ainda que haja o esforço do corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH em instituir uma gestão municipal mais democrática, percebem-se fragilidades no processo participativo. Podemos citar, dentre outros fatores que fragilizam as instâncias participativas: o número limitado de representantes da sociedade civil nos arranjos participativos; a prevalência de interesses específicos de setores ligados ao mercado na agenda pública; os horários das reuniões muitas vezes incompatíveis com jornadas de trabalho; a dificuldade em se estabelecer o diálogo entre o poder público e o setor popular pelos termos técnicos empregados nos discursos e a complexidade em se articular demandas de escala local nas deliberações de questões de interesse coletivo.

Ainda sobre a manifestação da institucionalidade no Bairro Lagoinha, a proposta inicial de operação urbana consorciada divulgada pelo poder público como Nova BH (2013) evidenciou por meio das audiências públicas regionais um corpo técnico pouco preparado para lidar com o envolvimento da sociedade civil nas instâncias participativas. Tratando especificamente do Bairro Lagoinha, por meio das entrevistas realizadas com os moradores do bairro que participaram dessa etapa da operação, foram recorrentes nas falas a insatisfação e desmotivação em relação ao processo participativo, diante do predomínio de decisões consensuais onde o que prevalece são os interesses políticos e econômicos. Ademais, foi enfatizada a postura desrespeitosa do então secretário adjunto de planejamento urbano ao tratar do Bairro Lagoinha e a falta de continuidade do processo participativo junto à comunidade.

Assim, apesar de na teoria esses espaços institucionalizados serem destinados à discussão e debate de questões de interesse coletivo, verifica-se uma tendência dos processos participativos serem favoráveis a interesses individuais de empresários ou do poder público. Tal constatação pode ser averiguada, sobretudo nas reuniões do COMPUR, onde a composição dos conselheiros - setor executivo (8 representantes) e sociedade civil (8 representantes) acaba favorecendo nas deliberações o poder executivo que ainda se beneficia do voto de minerva no caso de empate em votações.

Todavia, apesar desses entraves verificados no processo participativo, a mudança da Operação Urbana Consorciada Nova BH (2013) para OUC ACLO (2015) trouxe avanços em relação à abertura à participação popular nas discussões e deliberações de políticas públicas.

Diante das irregularidades encaminhadas ao Ministério Público da Operação Urbana Consorciada Nova BH, presenciaram-se mudanças significativas no que tange o sistema de gestão e a condução do processo participativo pelo corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH. Destacam-se nessa nova proposta de operação urbana consorciada: as audiências públicas realizadas; a formação de grupos de trabalho com a participação de lideranças das regionais que seriam afetadas pela operação; o maior preparo do corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH em lidar com o processo participativo e a incorporação de demandas pontuais da população residente nas áreas que serão afetadas a partir do plano urbanístico.

Neste contexto, no Bairro Lagoinha e adjacências nota-se com a mudança da Nova BH para a OUC ACLO um maior envolvimento, sobretudo das lideranças dos Bairros Lagoinha e Bonfim, nas discussões acerca do Plano Urbanístico.

Contudo, é necessário mencionar que na discussão das questões estruturantes da operação a participação popular ficou restrita, principalmente, ao envolvimento das lideranças, que nem sempre conseguem representar a diversidade de interesses das comunidades. Assim, quando forem previstas as discussões com a população no âmbito local, será um desafio para o corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano lidar com a diversidade de agentes sociais, de interesses e de opiniões inerentes à região.

É relevante destacar que foram incorporadas no Plano Urbanístico da OUC ACLO como propostas sugeridas pelos moradores a implantação do Centro Cultural Casa da Loba e do Museu do Cotidiano e a requalificação da praça e do Cemitério do Bonfim, com ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico-cultural. Essas diretrizes revelam a preocupação dos moradores da Lagoinha e adjacências em perpetuar a história do bairro e de requalificá-lo a partir de seus simbolismos – a Rua Itapecerica com suas edificações históricas e

antiquários, o Cemitério do Bonfim com sua arte sacra e vista privilegiada proporcionada a partir da Rua Além Paraíba, que delinea o horizonte do bairro.

Não obstante, outros símbolos no bairro vinculados ao patrimônio imaterial também necessitam de incentivos emergentes voltados para a sua preservação como: o congado, importante tradição cultural e religiosa do bairro herdada dos negros; as celebrações do Santuário Nossa Senhora da Conceição, Igreja do Bonfim e Santa Edwiges; a musicalidade expressa por meio das serestas, do samba e dos compositores da Lagoinha. Esse patrimônio imaterial tem sido enfraquecido juntamente com o envelhecimento das famílias tradicionais da região.

Ainda, a partir da fala dos moradores percebe-se que mesmo que seja marcante o histórico de transformações ocorridas no Bairro Lagoinha nas últimas décadas, ele ainda permanece vivo nas memórias coletivas, evocadas com saudosismo por seus moradores antigos. Apesar das inúmeras propostas direcionadas para a região por meio de trabalhos acadêmicos e do poder público não terem sido concretizadas, ainda existe esperança de requalificar a Lagoinha. Contudo, os moradores ressaltam a necessidade de se elaborar propostas de forma coletiva, a partir da contribuição da população residente.

Desta forma, confirma-se a hipótese levantada de que apesar das tentativas de dessemantização do bairro considerando os interesses mercadológicos e políticos que incidem sobre a região, em um contexto micro, o Bairro Lagoinha pode revelar outras perspectivas e significados apoiados na vivência coletiva e no imaginário coletivo.

Ainda, considera-se fundamental a aplicação do método de história oral como forma de resgate e fortalecimento da memória e identidade do bairro. Quando se dá a voz para pessoas que muitas vezes permanecem invisíveis pela institucionalidade, a vocalização desses sujeitos revela uma riqueza de memórias afetivas sobre a história do bairro e singularidades sobre a vida cotidiana na Lagoinha.

Por fim, é importante reforçar que esse trabalho não encerra as possibilidades de investigação e de interpretação da Lagoinha, tendo em vista a complexidade de fatores sociais, políticos e econômicos que envolvem a região. Entretanto, acredita-se que a realização desse trabalho poderá contribuir, ao elucidar questões importantes sobre o cotidiano do bairro, para a formulação de

políticas públicas mais condizentes com a realidade local. Ainda, essa investigação possibilitará aprofundar a relação da OUC ACLO com o Bairro Lagoinha a partir de pesquisas futuras considerando que a discussão do Plano Urbanístico em escala local poderá trazer outras reflexões e perspectivas para o bairro por meio da contribuição da população residente.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público**: do urbano ao político. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora; Fapesp, 2008. 194 p.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. 443f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Unidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/VCSA-6X4NU4>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236 p.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.11-74.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2007, 174 p. Título original: *The Human Condition*.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Arquidiocese em Movimento: ações socioeducacionais, políticas e culturais da Arquidiocese de Belo Horizonte em 2014**. Belo Horizonte: Assessoria de Comunicação e Marketing da Arquidiocese de BH, 2014. 125 p.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CENTRO-LAGOINHA, 1, 2015. Teatro Marília (Belo Horizonte). **Relatório Síntese da apresentação pública da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/ Pedro I – Leste-Oeste**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 16 abr. 2015. 20 p.

AUDIÊNCIA PÚBLICA NOVA BH, 1, 2013. Colégio Marconi (Belo Horizonte). **Audiência Pública sobre a Operação Urbana Consorciada Nova BH**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 06 dez. 2013. 15 p.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 43-64, Jun. 2008.

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade, **EURE**, Santiago, v. 28, n. 84, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S025071612002008400008&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 01 de março de 2012. Número 170, 6 p. Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:

<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 23 de maio de 2013c. Número 185, 5 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:
<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 27 de junho de 2013d. Número 186, 7 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:
<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2013e. Número 191, 5 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:
<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 23 de janeiro de 2014a. Número 193, 4 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:
<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião extraordinária realizada no dia 30 de janeiro de 2014b. Número 49, 6 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:
<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 24 de abril de 2014c. Número 196, 3 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:
<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião extraordinária realizada no dia 15 de maio de 2014d. Número 52, 4 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em:

<<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 26 de fevereiro de 2015a. Número 206, 8 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 26 de março de 2015b. Número 207, 5 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Auditório da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Ata da reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2015i. Número 216, 5 p. (Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana). Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DomDia>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Cartilha Nova BH, 2013a**. Belo Horizonte: PBH, 25 Out. 2013. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=cartilhano_vabh.pdf> Acesso em: 22 out. 2014.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Conheça o Projeto Nova BH: é a nossa cidade crescendo do jeito certo, 2013b**. Belo Horizonte: PBH, 25 Out. 2013. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=129779&&pIdPlc=&app=salanoticias>> Acesso em: 22 out. 2014.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Deliberação normativa. Altera o regimento interno do Conselho Municipal de Política Urbana. Ano XIX, 4348 ed., 10 jul. 2013f. Belo Horizonte, **Diário Oficial [do Município]**. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1103156>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Lagoinha em estudo: análise diagnóstico-propositiva do Bairro Lagoinha em Belo Horizonte**. 2013g. Disponível em: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=diagnostico_lagoinha.pdf> Acesso em: 20 fev. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 7165 de 27 de agosto de 1996a. Instituí o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, **Câmara**

Municipal, 1996, 48 p. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 7166 de 27 de agosto de 1996b. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo no Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 1996, 61 p. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Lei nº 9959 de 20 de julho de 2010. Altera as leis nº 7.165/96 - que institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte - e nº 7.166/96 - que estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município -, estabelece normas e condições para a urbanização e a regularização fundiária das Zonas de Especial Interesse Social, dispõe sobre parcelamento, ocupação e uso do solo nas Áreas de Especial Interesse Social, e dá outras providências. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 2010, 120 p. Disponível em: <<http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao>>. Acesso em: 02 mai. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Operação urbana consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste: Plano Urbanístico e Estudo de Impacto de Vizinhança, 2015c**. Belo Horizonte: PBH, 25 Out. 2015. Disponível em: <www.pbh.gov.br/ouc> Acesso em: 24 nov. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Projeto de Lei nº 1.749, de 22 de setembro de 2015h. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, **Câmara Municipal**, 2015, 159 p. Disponível em: <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/proposicoes>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. **Regimento da IV Conferência Municipal de Política urbana**. Ano XX, 4487 ed., 29 jan. 2014e.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano. **Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Parâmetros Urbanísticos da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste realizada no dia 22 de janeiro de 2015d**. 4p. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=ouc&tax=46663&lang=pt_BR&pg=10687&taxp=0&. Acesso em: 29 nov. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano. **Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Parâmetros Urbanísticos da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste realizada no dia 12 de fevereiro de 2015e**. 4p. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=ouc&tax=46663&lang=pt_BR&pg=10687&taxp=0&. Acesso em: 29 nov. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano. **Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Parâmetros Urbanísticos da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste realizada no dia 26 de fevereiro de 2015f.**

4p. Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=ouc&tax=46663&lang=pt_BR&pg=10687&taxp=0&. Acesso em: 29 nov. 2015.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano. **Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Parâmetros Urbanísticos da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste realizada no dia 02 de junho de 2015g.** 4p.

Disponível em:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=ouc&tax=46663&lang=pt_BR&pg=10687&taxp=0&. Acesso em: 29 nov. 2015.

BERNARDES, Brenda. **Os Complexos Viários e o Meio Urbano: Cenários da Lagoinha.** 2011. 130 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, Belo Horizonte, 2011.

BESSA, Altamiro Sérgio. **A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real.** 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-11072011-140556/pt-br.php>>. Acesso em: 29 mai. 2016.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 171 p. (Coleção Pensamento Crítico, 63).

BORGES, Cristiane. Corporação Musical da Lagoinha é a 1ª da cidade. **Gazeta da Lagoinha.** Belo Horizonte, 31 mar. 2011. Disponível em:

<http://www.gazetadalagoinha.com.br/2011/03/corporacao-musical-da-lagoinha-e-1-da.html>. Acesso em: 09 fev. 2016.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos.** 1. ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1983. 402 p.(Estudos brasileiros, 1).

BRANDÃO, Lucas. **Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular.** 2011. 328 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Disponível em: <

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-16082012-125217/pt-br.php> >. Acesso em: 26 ago. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Federal. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. Governo Federal. Resolução da 2ª Conferência Nacional das Cidades: Construindo uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Ministério das Cidades**, 2006. Disponível em <www.cidades.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes da política urbana e dá outras providências. Brasília, **Câmara dos deputados**, 2001, 17 p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CAPEL, Horacio. **El debate sobre la construcción de la ciudad y el llamado “Modelo Barcelona”**, *Scripta Nova, Universidad de Barcelona*, vol. XI, n. p. 233, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Política, Instrumentos**. 1. ed. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009. 384 p.

CEMITÉRIO do Bonfim, um museu a céu aberto. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Belo Horizonte, out. 2008. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/banco-de-noticias/566-cemiterio-do-bonfim-um-museu-a-ceu-aberto>. Acesso em: 14 dez. 2015.

CENTRO Cultural Liberalino Alves de Oliveira. Prefeitura de Belo Horizonte. Fundação Municipal de Cultura. Disponível em: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pldPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=11325&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0 &. Acesso em: 17 ago. 2016.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 376 p.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. 125 p.

COELHO NETTO, José. **A construção do sentido na Arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979. 182 p.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, IV, 2015a. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (Belo Horizonte). **Relatório-síntese da Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 20 jan. 2015. 3 p.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, IV, 2015b. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (Belo Horizonte). **Relatório-síntese da Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da**

Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 22 jan. 2015. 4 p.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, IV, 2015c. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (Belo Horizonte). **Relatório-síntese da Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste.** Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 12 fev. 2015. 4 p.

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, IV, 2015d. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (Belo Horizonte). **Relatório-síntese da Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste-Oeste.** Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 12 mar. 2015. 5 p.

COSTA, Márcia. **Participação democrática e planejamento urbano:** O Conselho de Política Urbana e as Conferências de Política Urbana em Belo Horizonte. 2011. 337 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000798226>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

COSTA, Stael. **A ação das forças políticas, sociais e econômicas na especulação do tecido urbano.** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., 1998, Campinas. Anais.... Campinas: Universidade Federal Fluminense, 1998. p. 1-20.

COTA, Daniela. **A parceria público-privada na política urbana brasileira recente:** reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte. 2010. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós – Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-87YGXX>. Acesso em: 26 ago. 2015.

DEL RIO, Vicente. Em busca do tempo perdido: O Renascimento dos Centros Urbanos. **Vitruvius**, [São Paulo], Nov. 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/963>>. Acesso em: 26 ago. 2015.

FERNANDES, Edésio. O Estatuto da Cidade e a ordem jurídico-urbanística. In: CARVALHO, Celso (Org.); ROSSBACH, Anacláudia. **O Estatuto da Cidade:** comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010, v.1, cap. 4, p. 55-70. Disponível em: <<https://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>>. Acesso em: 28 Ago. 2015.

FERNANDES, Edésio. Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: COSTA, Geraldo (Org.); MENDONÇA, Jupira (Org.). **Planejamento urbano no Brasil:** trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. v.1, p.123-135.

FERREIRA, Pedro. BH vai estudar área para proteger imóveis na Lagoinha e Bonfim, mas muitos foram demolidos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 jul. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/07/24/interna_gerais,671692/bh-vai-estudar-area-para-protoger-imoveis-na-lagoinha-e-bonfim-mas-mu.shtml. Acesso em: 01 mai. 2016.

FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria: operações urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI, Maria Cristina (Org.); BENTAFFI, Dênio (Org.). **Urbanismo: dossiê São Paulo** – Rio de Janeiro. Campinas: PUC Campinas/Prourb, 2003, p. 1-15.

FREIRE, Cíntia. **Cotidiano, Memória e Identidade: o Bairro Lagoinha (Belo Horizonte, MG) na voz dos seus moradores**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_FreireCM_1.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2015.

GONÇALVES, Patrícia. **Limites e possibilidades da democracia representativa na produção do espaço urbano: uma análise a partir da atuação da Câmara Municipal de Belo Horizonte**. 2008. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-7HHZ2/disserta__o_de_mestrado___vers_o_final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 jul. 2015.

GONÇALVES, Raquel; SIMÃO, Karina; BERNARDES, Brenda. Participação popular institucionalizada e participação espontânea: entre consensos, dissensos, táticas e estratégias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XVI, 2015, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2015, p.1-17.

GUIMARÃES, Julia. Uma deriva pelo Lagoinha ao lado de seres mascarados. **O Tempo**, Belo Horizonte, 23 out. 2011. Caderno Teatro, p.3.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública** – investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. Original alemão.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990, 133 p. Título original: *La mémoire collective*.

LAGE, Selena Duarte Lage e. **A pertinência das Operações Urbanas no paradigma do urbanismo democrático e incluyente: reflexões a partir da análise da regulamentação e aplicação do instrumento em Belo Horizonte**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em:

http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/RAAO-7FWPTC/dissertacao_selena_lage.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 abr. 2016.

LEMOS, Celina. A Lagoinha e suas imagens – a refiguração do seu presente. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 121-160, mai.1996.

MACHADO, Heloisa. A recuperação da Lagoinha dentro de uma nova concepção de política urbana. **Caderno de História**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.36-49, out. 1997.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias – Planejamento Urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.121-192.

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, João. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade? In: OSÓRIO, Letícia (Org.). **Estatuto da cidade e reforma urbana**: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2002.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana. In: _____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011, v. 1, p.15-88.

MOL, Natália. **Leis e Urbes**: um estudo do impacto da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de 1996 em Belo Horizonte. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MPBB-74EF4N/dissertacao_completa.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 jul. 2015.

MONTEIRO, Livia. Operação urbana consorciada em Belo Horizonte: a recomposição das margens de um “abismo de mobilidade” conformado pelas Avenidas Antônio Carlos e Dom Pedro I. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XV, 2013, Recife. **Anais...** Recife. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, p. 1-17.

MORAES, Fernanda; GOULART, Maurício. As dinâmicas da reabilitação urbana: impactos do Projeto Lagoinha. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 9, n. 10, p. 51-71, dez. 2002.

PIRES, Roberto. O Orçamento Participativo em Belo Horizonte e seus Efeitos Distributivos sobre a Exclusão Territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, X, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2003, p. 1-15.

REESE-SCHAFFER, Walter. **Compreender Habermas**. Tradução de Vilmar Schneider. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 184 p.(Série Compreender). Título original: *Jürgen Habermas*.

REVISTA DE ARQUITETURA AP. **Preservação e Desenvolvimento**: O Projeto Lagoinha. Belo Horizonte, v. 1, n.3, p. 73-86, nov.1995.

RIBEIRO, Ana Clara. Imaginação e metrópole: as ofertas paradigmáticas do Rio de Janeiro e São Paulo. In: MACHADO, Denise (Org.); VASCONCELOS, Eduardo Mendes de (Org.). **Cidade e Imaginação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p. 55-62.

RODRIGUES, Evanisa; BARBOSA, Benedito Roberto. Movimentos populares e o Estatuto da Cidade. In: CARVALHO, Celso (Org.); ROSSBACH, Anaclaudia. **O Estatuto da Cidade**: comentado. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010, v.1, cap. 2, p. 23-34. Disponível em: <<https://www.ifrc.org/docs/idrl/947PT.pdf>>. Acesso em: 28 Ago. 2015.

ROLNIK, Raquel. Dez anos do Estatuto da Cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo. In: RIBEIRO, Ana Clara; VAZ, Lilian; SILVA, Maria Lais (Org.). **Leituras da Cidade**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, 2012, p. 87-104.

SANTOS, Boaventura; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura (Org.). **Democratizar a Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002, p. 1-53.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Reforma Urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora. In: COSTA, Geraldo (Org.); MENDONÇA, Jupira (Org.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. v.1, p. 136-155.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos, 1). 260 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19. ed.. Rio de Janeiro: Record, 2010. 176 p.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Tradução de Lygia Araujo. 1ed. Rio de Janeiro: Record, 2014, 530p. Título original: *The fall of public man*.

SILVEIRA, Brenda. **Lagoinha a cidade encantada**. Belo Horizonte: Edição da autora, 2005. 160p.

SOUZA, Felipe Francisco de. **Métodos de planejamento urbano, projetos de landreadjustment e redesenvolvimento urbano**. São Paulo: Paulos's Editora [Paulo's Comunicação e Artes Gráficas Ltda], 2009. 300p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 560 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Planejamento urbano alternativo? In: _____. **O Desafio Metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.273-295.

TONNUCI FILHO, João Bosco. **Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte**: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI – RMBH. 2012. 235 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/.../dissertacao_planejamento_RMBH_jtonucci.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2015.

VAINER, Carlos. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR , XIV, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2011, p. 1-14.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.75-103.

VALE, João Henrique do. MP recomenda que Compur não vote ou aprove Projeto Nova BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 nov. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/11/28/interna_gerais,474458/mp-recomenda-que-compur-nao-vote-ou-aprove-projeto-nova-bh.shtml>. Acesso em: 24 nov. 2015.

VALE, João Henrique do; OLIVEIRA, Junia. COMPUR aprova projeto Nova BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 jan. 2014. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/30/interna_gerais,493449/compur-aprova-projeto-nova-bh.shtml>. Acesso em: 22 out. 2014.

VALLE, Maria Isabel Marques do. **A participação social na elaboração de planos diretores em municípios de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado). Fundação João Pinheiro, Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho. Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.fjp.mg.gov.br/handle/123456789/152>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. 1. ed. São Paulo: Edição do autor, 2005. 95 p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP; Lincoln Institute, 2001. 373p.

DOCUMENTOS SONOROS

ALMEIDA, Manoel Aparecido. Entrevista I. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (28min21seg).

AUDIÊNCIA PÚBLICA LAGOINHA/BONFIM, 1, 2015. Centro Cultural da Lagoinha. Mercado da Lagoinha (Belo Horizonte). 1 arquivo .mp3 (02h25min55seg).

BAKIR, Rosemary. Entrevista I. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (54min12seg).

CAMPOS, Creso. Entrevista I. [nov. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (1h59min41seg).

COSTA, Tiago Gonçalves da. Entrevista II. [nov. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (30min13seg).

DANTAS, Maria Aparecida. Entrevista II. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h30min41seg).

FARIA JUNIOR, Leri. Entrevista II. [set. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h24min21seg).

FERRARI, Juraci. Entrevista II. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h09min07seg).

GONÇALVES FILHO, José. Entrevista III. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (34min19seg).

GONÇALVES, Oscar. Entrevista IV. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h41min08seg).

GUERRA, Iolanda; OLIVEIRA, Gilberto. Entrevista IV. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (47min14seg).

HORTA, Milton. Entrevista V. [nov. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h09min19seg).

LIMA, Pablo. Entrevista V. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (31min16seg).

MELO, Izabel. Entrevista V. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (48min48seg).

MORADOR 1. Entrevista V. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h10min18seg).

MUNIZ, Izidro Cirilo. Entrevista VI. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 2 arquivos .mp3 (52min27seg).

PEREIRA, Pedro. Entrevista VI. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 2 arquivos .mp3 (01h00min53seg).

PONTES, Paulo. Entrevista VII. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h29min26seg).

RICH, Frederico. Entrevista VII. [nov. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (11min21seg).

SANTOS, Filipe Thales dos. Entrevista VII. [set. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (1h30min59seg).

SILVA, Eberth Guimarães da. Entrevista VII. [out. 2015a]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h10min59seg).

SILVA, Maria Teresa. Entrevista VII. [out. 2015b]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h48min33seg).

SILVEIRA, Olga de Souza. Entrevista VIII. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h54min19seg).

TÁRCIA, Lorena. Entrevista VIII. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (59min05seg).

UTCH, Jullie. Entrevista VII. [out. 2015]. Entrevistadora: Brenda Melo Bernardes. Belo Horizonte, 2015. 1 arquivo .mp3 (01h18min40seg).

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) _____,

Convido-o (a) para participar da pesquisa sobre memória, cotidiano e propostas institucionalizadas direcionadas ao Bairro Lagoinha. Trata-se da elaboração de dissertação para o mestrado que curso no Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Prof^a Dr^a Raquel Garcia Gonçalves.

Sua participação é de fundamental importância para a realização deste trabalho e seu consentimento em participar deve considerar as seguintes informações:

1- Sua participação é voluntária e você pode desistir a qualquer momento, caso deseje, sem risco de qualquer natureza;

2- O seu nome será mantido em anonimato, caso deseje, ou seja, não será revelado a ninguém, bem como o sigilo de todos os dados prestados;

3- Você não terá nenhum tipo de despesa e não receberá nenhuma gratificação para participação desta pesquisa;

4- Não há qualquer benefício direto pela sua participação, mas o conhecimento da sua opinião a respeito deste tema é muito importante para a discussão que se propõe na pesquisa. Suas respostas serão usadas exclusivamente para os fins desta pesquisa;

5- Fragmentos de suas respostas, sem a sua identificação, serão reproduzidos nos trabalhos para publicação e/ou apresentação em reuniões científicas, como acontece com a utilização da metodologia qualitativa.

Você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento que lhe convier. Brenda _____ E-mail: brenda.mbernardes@gmail.com

Termo de consentimento

Eu, _____
_____, após ter lido este termo de consentimento e esclarecido minhas dúvidas, concordo em participar da pesquisa, uma vez que fui devidamente orientado (a) sobre a finalidade e objetivo do estudo, bem como da utilização dos dados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura do cedente

Brenda Melo Bernardes

Data: ____/____/____

APÊNDICE B – Roteiro geral das entrevistas realizadas com os moradores do Bairro Lagoinha e adjacências

- Em qual período e por quanto tempo o (a) senhor (a) morou no Bairro Lagoinha? Qual a origem da sua família? Sabe por quais motivos vieram morar no bairro?

- Quais as transformações que o (a) senhor (a) presenciou no Bairro Lagoinha? Em sua opinião essas transformações foram boas ou ruins? Por quê? O senhor (a) tem alguma memória sobre remoções de moradores na região para implantação dos viadutos e alargamento de vias?

- Como era o cotidiano no Bairro Lagoinha antigamente? O que mudou no cotidiano do bairro se compararmos antigamente com os dias atuais? Algumas dessas características que eram específicas do bairro ainda estão presentes nos dias de hoje?

- O que o (a) senhor (a) faz no bairro, como é sua rotina diária? Caso fosse possível, o que o (a) senhor (a) mudaria na sua rotina?

- O que o (a) senhor (a) gosta e o que não gosta na Lagoinha?

- Como o (a) senhor (a) imagina o bairro daqui a alguns anos? O que espera de mudanças?

- Em sua opinião, quais os lugares mais representativos do bairro (que definem suas características particulares)?

- Quando o (a) senhor (a) pensa na Lagoinha quais as imagens e/ou acontecimentos que lhe vêm na memória? Por quais razões?

- A partir das imagens antigas (fotografias mostradas durante a entrevista) do Bairro Lagoinha, quais as lembranças que lhe vêm na mente? Essas imagens apresentam algum significado para o (a) senhor (a)?

- Se possível, relatar fatos ocorridos nesses espaços (fotografias mostradas durante a entrevista) que foram significativos para o (a) senhor (a) e o que observa de transformações do passado para os dias atuais.

- Tem algum material (como documentos, fotografias do bairro) que possam auxiliar na compreensão da sua história e do seu cotidiano que poderia emprestar para consulta durante a pesquisa?

- Existem lideranças no Bairro Lagoinha e adjacências (associações, representantes da Igreja, etc.)? Faz parte de alguma? Como elas têm atuado no bairro?

- Quais os interesses das lideranças sobre as necessidades e possibilidades de melhorias no bairro? As lideranças se diferem em opiniões ou defendem causas diferentes?

- Existem grupos que têm contribuído para o resgate da história da Lagoinha (grupos de serestas, de samba etc.)? Existem associações dos quais os moradores antigos da Lagoinha fazem parte?

- Existe alguma mobilização voltada para a recuperação do Bairro Lagoinha?

- O (a) senhor (a) tem conhecimento de algum projeto de melhoria direcionado para a região?

- O (a) senhor (a) tem conhecimento sobre as propostas direcionadas para o Bairro Lagoinha pelo Projeto Nova BH (atualmente denominado de Antônio Carlos/ Pedro I – Leste-Oeste)? Vê como algo positivo ou negativo?

- Quais as suas expectativas em relação à revitalização da área?

- Tem participado dos grupos de discussão sobre a operação? Participou de reuniões?

- Como se posiciona a respeito das propostas que têm sido direcionadas para a Lagoinha e sobre a atuação da prefeitura?

- Em sua visão, como as pessoas que trabalham na prefeitura têm atuado diante das demandas existentes no bairro?

APÊNDICE C – Roteiro geral das entrevistas realizadas com o corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano da PBH

- Qual a visão do corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano em relação à OUC no que tange as diretrizes apresentadas para o Bairro Lagoinha?
- Quais os pontos positivos e negativos da OUC ACLO para o Bairro Lagoinha?
- Quais as propostas apresentadas no plano urbanístico da OUC ACLO que serão prioritárias na Lagoinha?
- Quais os riscos de desapropriações no Bairro Lagoinha a partir da proposta apresentada?
- Quais as propostas apresentadas pelos moradores que foram incorporadas na OUC ACLO?
- Quais os principais contatos do corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano no Bairro Lagoinha?
- Quais são os representantes do bairro reconhecidos pelo corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano que exercem o papel de interlocutores bairro/prefeitura?
- Existem terrenos da PBH no bairro? Onde estão situados? Existe interesse da PBH em utilizá-los para abrigar equipamentos comunitários?
- Quais os mecanismos que serão utilizados pela prefeitura para evitar o risco de gentrificação que poderá ser causado pela OUC ACLO no Bairro Lagoinha?
- A partir do diagnóstico realizado sobre o bairro e da conversa com os moradores, quais as características do Bairro Lagoinha que na visão do corpo técnico o diferencia dos demais? Definem suas singularidades?
- Quais as principais mudanças do Projeto Nova BH para a OUC ACLO?
- Como funcionará a área de fruição pública prevista nas quadras galerias e nas quadras praças nas áreas adjacentes à Avenida Antônio Carlos?
- Como garantir que os moradores e frequentadores do bairro possam usufruir dessas áreas de uso público ao invés de ser uma área restrita aos proprietários dos lotes ou empreendimentos?

- Foi citado na audiência pública realizada no dia 30 de setembro de 2015 no Mercado da Lagoinha que muitos moradores do bairro não possuem registro de imóvel. Vocês possuem dados que comprovem essa afirmação?

- Como o corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano pretende lidar com a falta de registro de imóveis de moradores do bairro (o bairro configura um dos mais antigos de Belo Horizonte, com lotes de grandes dimensões, muito deles divididos entre familiares ou herdados)? A falta de registro poderia favorecer possíveis desapropriações no bairro? Poderia influenciar na redução do seu valor de venda?

- O corpo técnico da Secretaria de Planejamento Urbano tem conhecimento das empresas interessadas no Bairro Lagoinha a partir da proposta da OUC?

- Como o corpo técnico avalia o envolvimento dos moradores do Bairro Lagoinha na trajetória da OUC?

- Como o corpo técnico da prefeitura tem lidado com os entraves no processo participativo da Operação Urbana Consorciada?

- Tendo em vista que o Bairro Lagoinha é um dos mais antigos de Belo Horizonte e que há uma forte presença de idosos, quais as estratégias que têm sido utilizadas pelo corpo técnico para divulgação e conhecimento das audiências públicas e reuniões sobre a operação no bairro?